

Janaina Rigo Caierão

**ENCAPSULAMENTO ANAFÓRICO: um fenômeno linguístico
textual constituído na relação sintático-semântica**

Passo Fundo, Junho de 2012.

Janaina Rigo Caierão

**ENCAPSULAMENTO ANAFÓRICO: um fenômeno linguístico
textual constituído na relação sintático-semântica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Letras, sob a orientação do(a) Prof.(a) Dr.Claudia .Stumpf Toldo.

Passo Fundo

2012

Agradeço

À minha família, minha filha que com apenas seis anos
acompanhou essa etapa tão feliz de minha vida e
que me ensina sempre com as coisas simples da vida.

Ao meu marido Eduardo pelo seu amor, dedicação,
paciência, apoio, força, companheirismo...

Amo vocês!

À minha orientadora professora Dr. Claudia Stumpf Toldo,
que sempre demonstrou confiança em mim, em minhas ideias.

Sem você não teria conseguido realizar esse trabalho,
admiro muito sua capacidade em compartilhar e ensinar aos seus alunos
todos os conhecimentos que possui. Muito obrigada pelo estímulo e disponibilidade.

Aos meus professores do Mestrado em Letras e
colegas que participaram dessa etapa de minha vida.

DEDICO

À minha mãe que sempre me incentivou a estudar
e me ensinou a ser a pessoa que sou.
À minha sogra pelo seu incentivo em vários aspectos
e suas orientações para a realização desse trabalho.
Muito obrigada por vocês existirem em minha vida.

O mundo

Um homem da aldeia de Neguá, no litoral da Colômbia, conseguiu subir aos céus.

Quando voltou, contou. Disse que tinha contemplado, lá do alto, a vida humana. E disse que somos um mar de fogueirinhas.

— O mundo é isso – revelou – . — Um montão de gente, um mar de fogueirinhas.

Cada pessoa brilha com luz própria entre todas as outras. Não existem duas fogueiras iguais. Existem fogueiras grandes e fogueiras pequenas e fogueiras de todas as cores. Existe gente de fogo sereno, que nem percebe o vento, e gente de fogo louco, que enche o ar de chispas. Alguns fogos, fogos bobos, não alumiam nem queimam; mas outros incendeiam a vida com tamanha vontade que é impossível olhar para eles sem pestanejar, e quem chegar perto pega fogo.

Eduardo Galeano

RESUMO

Neste trabalho, propomo-nos a apresentar um estudo da anáfora encapsuladora, como recurso coesivo que mobiliza tanto escolhas quanto combinações lexicais, para a construção do sentido de um texto. Isso será apresentado sob duas perspectivas: à luz das relações sintagmáticas e relações associativas, apresentadas na obra “Curso de Linguística Geral (CLG)” e, também, dos estudos da Linguística Textual. Este estudo observa a ocorrência do encapsulamento anafórico em três crônicas de diferentes jornais do Estado do RS. Apresentamos, como principais autores deste estudo, Ferdinand de Saussure, Simon Bouquet, Ingedore Villaça Koch e Mônica Magalhães Cavalcante. A pesquisa realizada demonstra que a anáfora encapsuladora trata de importante recurso coesivo de referência e de organização textual, pois é capaz de evidenciar tanto relações sintagmáticas quanto associativas na tessitura do texto, o que possibilita construir seu sentido. Feito o estudo de anáforas encapsuladoras, formadas, principalmente, por expressão nominal, presentes nas crônicas selecionadas, verificamos sua atuação no *corpus* em questão e procedemos à sua análise, levando em consideração critérios previamente estabelecidos nos procedimentos metodológicos. A partir disso observamos que escolhas e combinações lexicais, construções sintáticas e a anáfora encapsuladora são elementos fundamentais e necessários, uns em relação aos outros, para a construção da coesão de um texto e, por sua vez, de seu sentido que evidencia as possíveis relações que se podem estabelecer entre as unidades da língua.

Palavras-chave: Encapsulamento anafórico – referência – relações sintagmáticas e associativas.

ABSTRACT

This study is intended to present an analysis on encapsulating anaphor as a cohesive resource which mobilizes both the lexical choices and combinations to build the meaning of a text. This will be presented on the basis of two perspectives: in the light of syntagmatic and associative relations presented in “General Linguistic Course” (GLC) and also based on Textual Language studies. This work has noted that the occurrence of anaphoric encapsulating in three different chronics from different newspapers in RS state. We have taken Ferdinand de Saussure, Simon Bouquet, Ingedore Villaça Kock and Monica Magalhaes Cavalcante as main authors for this study. The research demonstrates that encapsulating anaphor is an important cohesive resource for referral and text organization, for it is able to demonstrate both associative and syntagmatic relations in a text tessitura, which allows the building of its sense. As the identification of this encapsulating anaphor was made, mainly formed by nominal expression, in each selected chronic, we have verified its performance in the corpus in question and proceeded to its analysis, taking previously established criteria in the methodological procedures into account. Based on this, we have noted that lexical choices and combinations, syntactic constructions and encapsulating anaphors are fundamentally necessary toward each other, in order to build the cohesion of a text and, in turn, its sense, highlighting the possible relationships which can be established between language units.

Keywords: Anaphoric encapsulating. Referral. Syntagmatic and associative relations.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 – Semelhanças entre línguas distintas.....	28
Figura 1 – Eixo de seleção e combinação.....	32
Figura 2 – Relação entre o significado e o significante.....	39
Quadro 2 – Identificação do referente e expressão nominal anafórica (crônica 1)	85
Quadro 3 - Identificação do referente e expressão nominal anafórica (crônica 2)	92
Quadro 4 - Identificação do referente e expressão nominal anafórica (crônica 3)	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 DO CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL: ALGUNS CONCEITOS	14
1.1 O CLG NOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS.....	14
1.2 CONCEITOS NO CLG: UM RECORTE NECESSÁRIO.....	17
1.2.1 LÍNGUA E FALA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA	19
1.2.2. AS DUAS FACES DO SIGNO: SIGNIFICANTE E SIGNIFICADO	23
1.2.3 SINCRONIA VERSUS DIACRONIA: CONCEITOS COEXISTENTES.....	28
1.2.4 RELAÇÕES SINTAGMÁTICAS E RELAÇÕES ASSOCIATIVAS: A PRESENÇA E A AUSÊNCIA	31
1.2.5 O VALOR DO SIGNO.....	36
2 LINGUÍSTICA TEXTUAL: UM SABER NO CAMPO DA LINGUÍSTICA	46
2.1 ORIGENS E PRECURSORES: UM CAMINHO TRILHADO	46
2.2 LINGUÍSTICA TEXTUAL: ALGUNS CONCEITOS.....	52
2.2.1 TEXTO E TEXTUALIDADE.....	53
2.2.2 COESÃO: UM PRINCÍPIO ORGANIZADOR DO TEXTO	60
3 A COESÃO VISTA PELA REFERENCIAÇÃO	65
3.1 ANÁFORA: UM DOS PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO	68
3.2 TIPOS DE ANÁFORA NO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO.....	70
3.3 A ANÁFORA ENCAPSULADORA: UM FENÔMENO LINGUÍSTICO	75
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE.....	81
4.1 ANÁLISE 1	82
4.2 ANÁLISE 2	89
4.3 ANÁLISE 3	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade mostrar que o encapsulamento anafórico é um recurso coesivo que mobiliza tanto escolhas quanto combinações lexicais para a construção do sentido do texto. Isso se dá pelas relações sintagmáticas e relações associativas. Essas relações são estudadas com base no Curso de Linguística Geral (CLG), obra póstuma que traz os principais conceitos e contribuições de Ferdinand de Saussure aos estudos linguísticos, a partir dos três cursos de linguística que ministrou em Genebra.

Partimos da seguinte definição, apresentada no CLG: num estado de língua, tudo se baseia em relações. As relações e as diferenças entre termos linguísticos se desenvolvem de duas formas bastante distintas, sendo que cada uma é geradora de certa ordem de valores e que, justamente esse fenômeno linguístico, nos faz compreender melhor a natureza de cada uma. Assim, correspondem a duas formas de nossa atividade mental, ambas essenciais para a vida da língua. Uma delas é que as palavras, fora do discurso, que apresentam algo de comum se associam na memória e, assim, formam grupos dentro dos quais regem relações muito diferenciadas. Essas coordenações são de uma espécie bem diferente, pois elas não têm por base a extensão, já que seu princípio está no que constitui o tesouro interior que forma a língua de cada indivíduo. São as chamadas relações associativas.

Por outro lado, no texto, através de seu encadeamento, os termos estabelecem entre si relações fundadas no caráter linear da língua, o que impossibilita a pronúncia de dois elementos ao mesmo tempo. Dessa forma, os termos se alinham um após o outro na cadeia da fala, sendo que tais combinações, que se apóiam na extensão, podem ser chamadas de sintagmas. Essas unidades consecutivas só têm valor quando se opõem umas às outras. São as chamadas relações de combinação.

A partir disso, o CLG traz que uma unidade linguística pode ser comparada a uma parte determinada de um edifício, uma coluna, por exemplo. Cada coluna se acha, de um lado, numa certa relação com a arquitrave que a sustenta e essa disposição de duas unidades igualmente presentes nos faz pensar na relação sintagmática (relação horizontal).

Assim, entendendo o sistema linguístico como uma rede, em que cada parte está relacionada com as demais partes, o trabalho aqui apresentado tem o propósito de trazer uma contribuição teórica sobre o encapsulamento anafórico, observado pelas relações sintagmáticas e associativas, apresentadas no CLG. A grande maioria dos trabalhos sobre este fenômeno linguístico advém das pesquisas em Linguística Textual, focados principalmente na

construção da coesão do texto, mas não, necessariamente, trazendo o papel e a importância da anáfora como elemento de organização e compreensão textual, tomando por base elementos como as relações sintagmáticas e associativas, aproximando, então, perspectivas teóricas significativas nos estudos linguísticos.

Para tanto, além do objetivo principal que é mostrar que o encapsulamento anafórico é um recurso coesivo que mobiliza tanto escolhas quanto combinações lexicais, para a construção do sentido do texto, observado pelas relações sintagmáticas e associativas, apresentadas no CLG, propomos alguns objetivos específicos: recortar alguns conceitos apresentados no CLG, para mesclá-los com considerações feitas por leitores de Saussure; estudar e aproximar conceitos estudados anteriormente a outros estudos na Linguística Textual; estudar a coesão enquanto contribuição para a construção da textualidade dos enunciados; tratar da coesão sob a ótica da referenciação; apresentar alguns tipos de anáforas, especificamente da anáfora encapsuladora, objeto deste estudo.

A pesquisa em questão é definida como descritiva, bibliográfica e qualitativa (PRODANOV; FREITAS, 2009), uma vez que fazemos um estudo da anáfora encapsuladora, enquanto fenômeno linguístico que evidencia tanto relações sintagmáticas quanto associativas. Isso ressalta nossa hipótese de que a anáfora encapsuladora constrói um sentido para o texto produzido, através de escolhas e combinações que têm como resultado o texto que lemos.

Para *corpus* de análise, escolhemos três crônicas de autores diferentes, extraídas de jornais e elencamos os seguintes procedimentos a serem adotados: a) apresentação do texto em análise, observando as características do gênero crônica; b) comentário sobre o que o texto trata; c) identificação da anáfora encapsuladora e do termo e/ou ideia retomada pela anáfora; d) trabalho sistêmico com o léxico que compõe a anáfora em duas dimensões - da escolha e da combinação e, e) observação da relação do item c e d.

Para a concretização dos nossos objetivos, organizamos este estudo em quatro capítulos com a intenção de tentar esclarecer alguns questionamentos: como essas relações, apresentadas no CLG, funcionam na organização do sentido de um texto? É possível estabelecer ligação entre as relações sintagmáticas e associativas apresentadas no CLG e as relações coesivas de que trata a Linguística Textual, tendo presente o encapsulamento anafórico? Será que a dicotomia língua e fala não é necessária para pensarmos as relações de escolhas e combinações na organização de um texto?

No primeiro capítulo, dedicamo-nos a recortar alguns conceitos (língua e fala, significante e significado, sincronia e diacronia, relações sintagmáticas e associativas) que

foram estudados com base em considerações presentes no CLG e em considerações feitas por leitores de Saussure. Isso foi feito para estudá-los e aproximá-los de outros conceitos que, a nosso ver, podem dialogar com alguns apresentados pela Linguística Textual, e trabalhados no segundo capítulo.

Abordamos reflexões e conceitos da Linguística Textual em nosso segundo capítulo e, mesmo que brevemente, a trajetória percorrida por esse ramo da Linguística até nossos dias. Dessa forma, verificamos que (aqueles que não acompanharam o seu caminho estão distantes de poder avaliar o que), hoje, essa disciplina vem propondo como objeto de investigação o estudo do texto, especialmente, a sua organização interna que produz determinados sentidos. Nessa direção, com relação aos estudos da Linguística Textual e tendo presente os objetivos deste estudo, destacamos os seguintes conceitos: texto, textualidade e coesão. Sabemos que o conceito de texto depende, evidentemente, das concepções que se tenha de língua e sujeito. Nesse sentido, enfocamos a concepção interacional da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, e assim o texto passa a ser caracterizado por um conjunto de relações que evidenciam uma textualidade, e os interlocutores, como sujeitos ativos que nele se contróem e são construídos. Ainda, neste capítulo, em função da análise que realizamos em um quarto momento, abordamos a coesão enquanto contribuição para a construção da textualidade dos enunciados.

Iniciamos o terceiro capítulo tratando da coesão sob a ótica da referenciação, já que os elementos linguísticos que estabelecem a conexão entre as palavras do texto, assumem importância fundamental na construção do seu sentido. Cabe enfatizar que não se entende aqui a referência no sentido em que lhe é mais tradicionalmente atribuído, como simples representação extensional de referentes do mundo, mas sim, como aquilo que representamos, pelo uso da língua, ou seja, as entidades designadas são vistas como objetos-de-discurso e não como objetos-de-mundo. Posteriormente a essa etapa, apresentamos alguns tipos de anáforas e, em seguida, tratamos especificamente do encapsulamento anafórico, um fenômeno textualmente relevante por se tratar de um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora de uma porção precedente do texto.

No quarto e último capítulo, fazemos a apresentação do *corpus* de análise e a descrição dos procedimentos e da metodologia adotada para o presente trabalho, destacando a análise das expressões nominais anafóricas e seus referentes nas crônicas que compõem este *corpus*, focalizando a anáfora encapsuladora, objeto deste estudo. Relatamos, ainda, as principais conclusões obtidas na análise da anáfora encapsuladora nas crônicas selecionadas, observando-a pelas relações sintagmáticas e associativas, apresentadas no CLG.

Neste trabalho, em suma, queremos olhar para a organização de um texto, focalizando a anáfora encapsuladora, pelo viés da Linguística Textual. Porém, além disso, queremos tratar das questões teóricas aí envolvidas por meio de conceitos fundadores dos estudos linguísticos já propostos no CLG.

1 DO CURSO DE LINGÜÍSTICA GERAL: ALGUNS CONCEITOS

O objetivo deste capítulo é recortar alguns conceitos colocados no CLG¹, para que possamos estudá-los e aproximá-los de outros que, a nosso ver, podem dialogar com alguns conceitos de uma perspectiva teórico-metodológica mais recente que aqueles: a Linguística Textual. Alguns dos conceitos que queremos chamar a atenção, a partir do CLG, são os conceitos de língua, refletindo sobre o lugar que ela ocupa nos fatos de linguagem e o de signo linguístico, observando suas características essenciais. Dedicaremos uma atenção especial ao que respeita às relações entre os elementos linguísticos e as dicotomias apresentadas no CLG, principalmente nas questões referentes às relações sintagmáticas e às associativas. Destacaremos, ainda, algumas reflexões acerca da tarefa da Linguística, bem como de seu objeto.

Temos como ponto de partida, neste estudo, a leitura do CLG, que teve sua primeira edição em 1916, ou seja, três anos depois da morte de Ferdinand Saussure, em 1913. A partir dessa leitura, faremos um recorte de alguns elementos que nos são caros nesta dissertação e, portanto, apresentados a seguir.

1.1 O CLG NOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

Destacamos as considerações de Flores (2009a) em relação às condições de aparecimento do CLG, já que sabemos que alguns alunos de Saussure o escreveram. Nessa direção, o autor comenta que o livro foi organizado por pessoas que não participaram de todas as aulas do mestre e que se basearam muito nas notas dos cadernos dos alunos de Saussure.

¹ Usaremos a sigla CLG sempre que nos referirmos ao Curso de Linguística Geral. Assim como as referências a esta obra e suas citações serão da tradução brasileira editada pela Cultrix. Destacamos, ainda, que esta obra não foi escrita por Saussure, pois se trata de uma obra construída a partir de anotações de aula de seus alunos: Charles Bally, Albert Sechehaye e A. Riedlinger.

Segundo Flores (2009a), Albert Sechehaye e Charles Bally não assistiram integralmente aos Cursos de Saussure e afirmam isso no prefácio que fazem à obra².

O que geralmente sabemos é que o CLG inaugura a fase estruturalista³ dos estudos da linguagem e rompe com algo que era feito até então: uma linguística comparativa, baseada na lógica, que visava apenas distinguir as formas corretas das incorretas, desprovida de uma visão científica mais preocupada com questões reflexivas sobre a língua e seu funcionamento enquanto um sistema organizado de signos⁴.

Nesse sentido, Flores (2009a) afirma que Saussure não utilizou a palavra *estrutura* e o CLG é fiel a isso, já que o termo utilizado foi *sistema*⁵. Ainda para Flores, a palavra *estrutura* veio a ser utilizada apenas no final da década seguinte, mais especificamente em 1929, nas teses formuladas no *Congresso Internacional de Linguística de Haia* pelos lingüistas Roman Jakobson e Nicolas Troubetzkoy.

Milner (*apud* NORMAND, 2009b) sobre o título *Saussure*, incita à leitura do CLG tanto os linguistas quanto aqueles a quem a linguagem interessa. Será que isso quer dizer que é necessário ver em Saussure um filósofo? Trata-se de um questionamento feito por Normand (2009b), ao qual a linguista responde afirmando que todo empenho de revisão de terminologia, assim como a maneira como Saussure chega à questão do núcleo teórico da linguística de seu tempo, levam a fortes indícios de um empreendimento de um cientista pesquisador, entretanto preocupado em resolver as práticas de descrição em que se viu emaranhado na questão filosófica dos fundamentos. Assim, podemos perceber que um estudo resultante abre-se para uma teoria do ser enquanto ser. A semiologia, composta por princípios que foram apresentados por Saussure, seria então a filosofia capaz de fundar novas ciências, aquelas que ele prenuncia como “semiológicas”.

Segundo Normand (2009b), podemos pensar que Saussure desempenhou um papel contrário ao discurso dominante da ciência de sua época, uma vez que colocou em questão, no contexto de uma ciência positivista, a garantia do discurso do sujeito falante e de sua

² “... obrigações profissionais nos haviam impedido quase completamente de nos aproveitarmos de seus de Saussure] derradeiros ensinamentos...” (Bally e Sechehaye, Prefácio à primeira edição, p. 2) *apud* Flores, 2009a, p. 8.

³ É importante destacar que Saussure nunca se intitulou estruturalista, mas a leitura que se fez dele é que é estruturalista. Na verdade, seus conceitos serviram de base para o desenvolvimento do estruturalismo no século XX.

⁴ A fim de aprofundarmos o estudo dos elementos linguísticos que compõem o sistema linguístico, retornaremos ao estudo do signo linguístico, o qual será examinado na dicotomia significante *versus* significado, através da qual ele é definido.

⁵ Dosse confirma isso; “Saussure só fizera uso do termo sistema, múltiplas vezes citado, 138 vezes nas 300 páginas do CLG” (DOSSE, 1993, p. 66 *apud* FLORES, 2009a, p.8).

consciência. Isso nos perturba ainda muito. Conforme Normand (2009b), Saussure atraiu a atenção sobre a atividade do ser falante, ao mesmo tempo consciente e inconsciente das operações linguísticas que realiza, e que somente existe porque ele a divide com outros falantes e porque elas o obrigam, de fora, escolher o que dizer.

É fundamental, ainda, acrescentar sobre o *Curso* a pesquisa que contribui para produzir novas leituras da obra fundante de Saussure, desenvolvida por Eliane Silveira. O objetivo de Silveira (2007), em seu primeiro capítulo: *uma edição chamada curso de linguística geral*, é realizar uma reflexão a respeito da edição do CLG enquanto um estatuto específico na fundação da linguística.

Silveira (2007) inicia sua reflexão afirmando que Saussure é conhecido pela edição que fizeram de seus manuscritos, escritos por ele supostamente em preparação para os cursos de Linguística Geral que ministrou em 1907, 1908, 1909 e 1910⁶. Além dos manuscritos de Saussure, também foram editadas as anotações de seus alunos a partir dos cursos a que assistiram. Com base nesse material, Sechehaye e Bally construíram o livro CLG, autoria atribuída à Ferdinand de Saussure. Nesse instante, Silveira (2007) questiona se existe maneira mais indireta de chegar a alguém ou a origem de seu pensamento? Segundo Silveira, podem existir maneiras mais indiretas de conhecer alguém, porém essa é uma forma única de fundar uma ciência. É unânime entre os pensadores ocidentais do século XX que Saussure é fundador da linguística e do estruturalismo. Desse modo, através de uma edição um tanto quanto polêmica, é bastante natural que se multipliquem as compreensões referentes ao *Curso*. Segundo a mesma reflexão, mesmo que o *Curso* pareça ter tido o seu auge no instante em que a teoria de Saussure conseguiu alcançar o seu valor legítimo na linguística e incutiu outras teorias como a antropologia e a psicanálise, nas décadas de 1950, 1960 e, até mesmo 1970, podemos inclusive afirmar que teve a sua declinação, a partir da década de 1970, no momento em que a crítica ao estruturalismo e conseqüentemente à Saussure (conhecido através do CLG) recaiu sobre as chamadas *exclusões saussurianas*.

Nesse sentido, é muito interessante a forma como Isaac Nicolau Salum, no prefácio do CLG, apresenta a questão a respeito do próprio *Curso* e a edição que o constituiu:

Entretanto, hoje não se pode deixar de reconhecer que o *Cours* levanta uma série interminável de problemas. Porque, no que toca a eles, Saussure – como Sócrates e

⁶ 1º curso- de 16 de janeiro a 3 de julho de 1907; 2º curso- da 1ª semana de novembro de 1908 a 24 de julho de 1909; 3º curso- de 23 de outubro de 1910 a 4 de julho de 1911. Salum, Prefácio à edição brasileira do Curso de Linguística Geral- edição brasileira de 1973 (*apud* SILVEIRA, 2007, p. 19).

Jesus – é recebido de “segunda mão”. Conhecemos Sócrates pelo que Xenofonte e Platão escreveram como sendo dele. O primeiro era muito pouco filósofo para entendê-lo, e o segundo, filósofo demais para não ir além dele, ambos distorcendo-o. Jesus nada escreveu senão na areia: seus ensinamentos não foram testemunhas oculares. Dá-se o mesmo com o *Cours* de Saussure. (CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL, 2006, p. XVI).

Silveira (2007) chama-nos a atenção com relação ao prefácio da 1ª edição, no qual os editores procuram detalhar as situações constrangedoras em que essa edição foi feita e não tiveram dúvida em demonstrar as dificuldades marcadas na primeira verificação:

Após a morte do mestre, esperávamos encontrar-lhe nos manuscritos [...] a imagem foi ou pelo menos suficientemente fiel de suas geniais lições; entrevíamos a possibilidade de uma publicação fundada num simples arranjo de anotações pessoais de Ferdinand de Saussure, combinadas com as notas de estudantes. Grande foi nossa decepção; não encontramos nada ou quase nada que correspondesse aos cadernos de seus discípulos; F. de Saussure ia destruindo a cada dia, o esboço de sua exposição! (CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL, 2006, p. 1).

Nesse sentido, para Silveira (2007), a edição nos é apresentada como um presente de grego, já que se trata de reflexos da palavra de Saussure, mas na forma de um “todo orgânico”. Silveira afirma que a leitura do CLG, durante toda a sua trajetória, confirma essa ideia dos editores sobre o resgate dos ecos de Saussure, mais especificamente com relação à noção de valor.

Como temos o objetivo de, em um segundo capítulo, nos dedicar ao estudo de alguns conceitos trabalhados na perspectiva teórica da Linguística Textual, a partir do objeto de estudo da linguística, definido por Saussure, iremos, inicialmente, refletir sobre detalhes importantes das dicotomias saussureanas, dando ênfase às relações sintagmáticas e às associativas. Faremos isso tomando considerações, presentes no CLG, e outras feitas por leitores de Ferdinand de Saussure.

1.2 CONCEITOS NO CLG: UM RECORTE NECESSÁRIO

Segundo Pietroforte (2002), não há menção ao termo dicotomia no texto do *Curso*, como geralmente chamamos os quatro pares de conceitos, os quais fazem um resumo das propostas de Saussure para a criação de um novo objeto teórico para a Linguística. Para Pietroforte (2002), não devemos pensar, no caso de uma dicotomia presente no texto de

Saussure, como algo que é dividido em dois e, sim, devemos pensar de outra maneira. O que Pietroforte afirma é que uma dicotomia em Saussure diz respeito a um par de conceitos que devem ser definidos um em relação ao outro, de modo que um só faz sentido em relação ao outro.

Nessa linha, conforme Flores (2009a), Saussure é geralmente associado a várias dicotomias, como por exemplo: significante, significado; paradigma, sintagma; diacronia, sincronia; língua e fala. Entretanto, para o mesmo autor, Saussure nunca tomou essas dicotomias como sendo específicas. Assim, Flores (2009a) apresenta tais relações da seguinte forma: para a dicotomia significante/significado, há o signo; para paradigma (que Saussure chamava de eixo associativo)/sintagma, há o sistema; para diacronia/sincronia, há a pancronia; para língua/fala, há a linguagem. Tudo interligado pela noção de valor.

Normand (2009a) também afirma que, normalmente, o pensamento de Saussure é associado a uma série de dicotomias. Entretanto, uma leitura mais atenta do CLG permite afirmar que Saussure parece não ter apresentado essas dicotomias como dicotomias *stricto sensu*. Pelo contrário, tudo aponta para um terceiro elemento, apresentado por Saussure, mediador da relação binária: o valor, conceito que sustenta a arquitetura teórica de Saussure.

Para Normand (2009a), relacionado ao conceito de *valor* está o de pura diferença, a qual não supõe substancialização. A ideia de pura diferença, que leva Saussure a abordar em pura negação, o princípio da arbitrariedade do signo e a teoria do valor compõe, de um modo geral, a base de uma teoria que supõe dessubstancialização da língua e a negação de uma explicação causal que exista anteriormente à própria língua.

Segundo Silveira (2007), da diacronia à sincronia, ou da fala à língua, o corte inaugural de Saussure, que se dá com a diferença constitutiva da língua e deixa uma herança aos linguistas que lhe sucedem que não é sinônimo de não-relação. Para Silveira, o corte recai antes na não-diferenciação dessas instâncias e tem como resultado a possibilidade de construir um outro funcionamento da língua. Ou seja, para essa linguista, o deslocamento teórico é dado por um deslocamento da fala em relação à língua e da sincronia em relação à diacronia, movimento que funda a ordem própria da língua.

Ao encontro das ideias anteriores, apresentaremos considerações sobre cada uma delas, uma vez que essas dicotomias só fazem sentido se relacionadas umas às outras.

1.2.1 LÍNGUA E FALA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA ⁷

Os conceitos de língua e fala são constitutivos da dicotomia que os aborda. Essa dicotomia deve ser tomada como uma relação necessária, uma vez que um conceito não se sustenta sem o outro. É a relação entre eles que lhes dá o sentido e que lhes dá o status dicotômico.

Somente a partir da definição de língua como sistema, é que Saussure define um novo objeto de estudo para a Linguística. O CLG (2006), apresenta a dicotomia entre língua e fala, a partir da qual define o conceito de língua. A língua opõe-se à fala, porque a língua é coletiva e a fala é particular, o que significa que a língua se encontra no plano social e a fala no plano individual. A língua não é uma função do falante, mas sim, um produto que o indivíduo registra passivamente; a fala é um ato de inteligência, pois o falante exprime seus pensamentos. Com relação à natureza da língua, ela é homogênea, caso contrário não nos entenderíamos, enquanto a fala é individual e heterogênea.

Além disso, segundo o *Curso* (2006), a língua é exterior ao indivíduo, pois é um contrato estabelecido entre os membros de uma comunidade. A língua, assim como a fala, é um objeto de natureza concreta porque tem um sistema organizado, o que oferece vantagem para o seu estudo. Assim, podemos perceber que as pessoas que falam a mesma língua têm a capacidade de comunicar-se porque, por mais que utilizem diferentes falas, existe a utilização da mesma língua.

Conforme Câmara (1975), Saussure considerava que a língua devia ser estudada em si mesma e que seus princípios gerais deviam servir como elementos para a criação de uma ciência geral de signos humanos. Devido à sua natureza simbólica, a língua parecia para Saussure uma entidade abstrata, resultante da relação que uma comunidade estabelecia entre os complexos sons vocais e os outros conceitos. A partir desse ponto de vista, a língua é vista por Saussure como um sistema de relações. Para o autor, uma visão muito importante de Saussure⁸ para o desenvolvimento da análise linguística foi sua interpretação da língua como um sistema bem organizado. Tal visão já era motivo de debate entre analogistas e anomalistas

⁷ (Curso de Linguística Geral, 2006, p. 19-32). Ao longo de nosso texto, marcamos as páginas em que, nessa edição, estão expostos os conceitos que buscamos discutir.

⁸ Câmara (1975), intitula o capítulo da seguinte forma: A visão saussureana da linguagem. Nesse sentido, este estudioso cita Saussure ou *Cours* de Saussure, e não o título Curso de Linguística Geral.

da filosofia grega, visão essa que foi reformulada por Saussure em linhas mais profundas e exatas. Segundo Câmara (1975), Saussure coloca a ideia de sistema linguístico como base para a investigação linguística. Assim, Saussure apresenta o sistema linguístico como algo composto de oposições e contrastes de formas.

A partir disso, podemos notar que, para o CLG (2006), o objeto de estudos da Linguística é a língua, e não a fala, pois a língua é definida como um sistema de elementos. O *Curso* exemplifica essa definição, comparando a língua a uma sinfonia, em que a sua realidade independe da maneira como é executada. Dessa forma, os erros que podem cometer os músicos que a executam não comprometem em absolutamente nada tal realidade. Entretanto, o que podemos entender por sistema e o que são os elementos que compõem um sistema linguístico?

Conforme o CLG (2006), a língua é vista como um sistema que conhece somente sua ordem própria. Para exemplificar essa ideia, o *Curso* faz uma comparação com o jogo de xadrez, onde o fato de se ter passado da Pérsia para a Europa é de ordem externa. Por outro lado, com relação ao interno, é tudo quanto o que está relacionado ao sistema e às regras. Mesmo que houver a substituição de peças de madeira, por peças de marfim, a troca não irá alterar em nada o sistema, mas se houver a redução ou o aumento de número de peças, essa mudança irá atingir profundamente o *sistema* do jogo. Com esse exemplo, o CLG afirma que é interno tudo quanto provoca mudança do sistema em qualquer grau.

Segundo Pietroforte (2002), podemos definir um sistema como um conjunto organizado em que um elemento se define pelos outros. Dessa forma, o conjunto é visto como uma totalidade de quaisquer elementos. Para existir organização, necessariamente, um elemento deve estar em função dos outros, de forma que a sua função se define em relação aos demais elementos que compõem esse conjunto. O mesmo autor define esse conjunto organizado, em que um elemento se define pelos outros, como um sistema, ou seja, como uma estrutura.

Se a língua pode ser vista como um sistema, pode ser definida como um todo organizado em que um elemento se define em relação aos demais componentes. Nesse sentido, Pietroforte (2002) define esses elementos como signos linguísticos e chega à conclusão de que a língua é, portanto, um conjunto de signos em que um signo se define pelos demais signos do conjunto.

A fim de descrever esse ponto de vista sistemático, podemos utilizar a metáfora da rede, como Pietroforte (2002), através da qual o sistema linguístico pode ser entendido como uma rede, em que cada nó está relacionado com os demais nós que formam a rede, assim

como os signos que formam um sistema linguístico estão relacionados entre si. Conforme Pietroforte (2002) esse conjunto de relações que as unidades linguísticas têm entre si constitui uma forma. Por esse motivo, Saussure, no CLG (2006), afirma que a língua é forma e não substância. São essas diferenças que estabelecem os conceitos e os sons na massa amorfa do pensamento e no plano fônico indeterminado que o aparelho fonador pode produzir. Para melhor exemplificar esse conceito, *o Curso* (2006) utiliza a seguinte metáfora: o que define o que é uma rainha, não é o seu formato nem o material de que a peça é feita, mas o seu valor no jogo, ou seja, sua oposição em relação às demais peças – os movimentos que ela pode fazer e as outras não podem. Pietroforte (2002), então, afirma que, na língua, isso também acontece, pois o que importa é o valor das unidades, ou seja, sua diferença em relação às demais.

Na dicotomia língua versus fala, segundo Pietroforte (2002), *o Curso* separa os fatos de língua dos fatos de fala: os fatos de língua dizem respeito à estrutura do sistema linguístico e os fatos de fala dizem respeito ao uso desse sistema.

Normand (2009b) afirma que a língua é um sistema e que, em um primeiro momento, isso não é grande novidade, já que todos os elementos de uma língua se ligam, determinam-se uns pelos outros e que são objeto de estudo das gramáticas, as quais se esforçam em descrever as relações próprias de uma língua. Segundo esta mesma estudiosa, Saussure aborda os elementos que compõem uma língua a partir de um sentido mais determinado, até de certo modo mais técnico. Assim, apresentado como funcionamento ou mecanismo, conduz a uma característica essencial das unidades linguísticas, o fato de que é impossível tomar conhecimento delas isoladas do sistema próprio em que são tomadas, pois é nesse sistema que se encontra o modo de realidade. Para Normand (2009b), elas têm existência para um locutor nas relações mútuas que mantêm e que lhes dão sentido. Distantes dessas relações, as unidades linguísticas são meros elementos que não têm significação alguma, ou seja, não tem valor.

Para Silveira (2007), considerando que a teoria do valor é que dá base à formulação de Saussure sobre o signo linguístico e que sustenta a afirmação de que existe uma ordem própria da língua, é necessário não esquecer que a teoria do valor se apresenta como uma rede de diferenças, na qual cada componente não tem identidade própria, porém, apenas na ligação com os outros componentes do sistema.

Desse modo, conforme Milani (2009), Saussure, que tinha toda a tradição de estudos linguísticos do século XIX à sua disposição, não poderia ver o desenvolvimento da língua e da fala de outra forma: a língua representa a sociedade, que é predominante e superior, e a fala

representa o indivíduo, ativo e diminuto. Para o autor, o indivíduo faz a modificação da sociedade e da língua, mas é obrigado a seguir os caminhos da sociedade e se utilizar das imposições culturais advindas da língua. Nesse sentido, Milani (2009) afirma que Saussure especifica, a partir do conceito de língua, o poder superior da sociedade e a diminuição do indivíduo diante do poder esmagador que se transformara a coletividade daquela época.

De acordo com o *Curso*, a dicotomia língua versus fala é pertinente à medida que os fatos de língua podem ser estudados separadamente dos fatos de fala. Entretanto, se nessa oposição entre língua e fala aponta-se para a diferença entre um fato de língua e de fala, o CLG não deixa de considerar, também, as interferências entre os dois tipos de fatos. Para o *Curso* (2006), uma mudança no sistema pode advir de fatos de fala e modificam o sistema fônico. Dessa forma, só são pertinentes para o estudo do sistema da língua quando interferem diretamente nas relações internas entre seus elementos sistematizados.

Segundo o CLG (2006), o estudo da linguagem comporta duas partes: uma essencial, que tem por objeto a língua, a qual é social em sua essência e independente do indivíduo; trata-se de um estudo unicamente psíquico; outra, secundária, que tem por objeto a parte individual da linguagem, a fala. Entretanto, essas duas partes estão ligadas entre si e uma depende da outra, uma vez que a fala depende da língua para ser inteligível e a língua depende da fala para que se estabeleça historicamente. A fala é que faz evoluir a língua, já que são as impressões recebidas pelos outros que modificam nossos hábitos linguísticos.

Portanto, existe interdependência da língua e da fala: aquela é, ao mesmo tempo, o instrumento e o produto desta. Porém, tudo isso não impede que sejam absolutamente distintas. Uma língua só existe dentro de uma coletividade, independente da vontade do falante.

Conforme o *Curso* (2006), a língua é a soma de tudo o que as pessoas dizem e envolve dois aspectos importantes: as combinações individuais, dependentes da vontade dos que falam; os atos de fonação igualmente voluntários, necessários para a execução dessas combinações. Assim, nada há de coletivo na fala, pois suas manifestações são individuais e momentâneas. Por todas essas razões apresentadas, no CLG (2006, p.28) é concebida a existência de duas Linguísticas: a da língua, que estuda a coletividade; e a da fala, que estuda a individualidade, sendo que a primeira é sua principal preocupação, uma vez que a língua é definida como um sistema de elementos: “Por estas razões, seria ilusório reunir, sob o mesmo ponto de vista, a língua e a fala. O conjunto global da linguagem é incognoscível, já que não é homogêneo, ao passo que a diferenciação e subordinação propostas esclarecem tudo”

Segundo o *Curso* (2006), quando se procura estabelecer a teoria da linguagem essa é primeira bifurcação que encontramos. Podemos até utilizar o nome de Linguística da fala, entretanto não podemos confundi-la com a Linguística propriamente dita, cujo único objeto é a língua. E é desta última que o CLG se ocupa.

Em razão de todas essas colocações, para o *Curso* (2006), a língua pode ser vista como um sistema e, assim, pode ser definida como um todo organizado em que um elemento se define em relação aos demais componentes. Dessa forma, devemos definir esses elementos que compõem esse conjunto chamado de língua. O *Curso* define esse elemento, que une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica⁹ como signo linguístico. Este, o signo linguístico, apresenta duas faces: significante e significado. A seguir, essas faces são reveladas.

1.2.2. AS DUAS FACES DO SIGNO: SIGNIFICANTE E SIGNIFICADO¹⁰

Nesta seção, estudaremos com mais atenção o conceito de signo. Segundo o CLG (2006), o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica, aqui compreendida como representação natural da palavra, em que o aspecto motor não ocupa mais que um lugar subordinado em relação à imagem acústica.

Câmara (1975) comenta que, no momento em que Saussure afirma que a língua nada mais é que um sistema de relações, ele coloca de um lado o que chamou de significante, e de outro significado. Para esse autor, um fonema ou significante relaciona-se a um conceito ou conjunto de ideias, ou seja, ao significado, e desta relação resulta a forma linguística. O linguista em questão afirma que essa relação parecia a Saussure arbitrária, uma vez que não é determinada pela natureza dos conceitos, de forma que, independente do significante, é capaz de se relacionar com qualquer significado.

⁹ Para F. de Saussure a língua é essencialmente um depósito, uma coisa recebida de fora. A imagem acústica é, por excelência, a representação natural da palavra enquanto fato de língua virtual, fora de toda realização pela fala. O aspecto motor pode, então, ficar subentendido ou, em todo caso, não ocupar mais que um lugar subordinado em relação à imagem acústica (*Curso de Linguística Geral*, 2006, p. 80).

¹⁰ *Curso de Linguística Geral* (2006, p. 79-93).

O signo linguístico é uma entidade psíquica de duas faces, já que dois elementos estão intimamente interrelacionados e um reclama o outro: conceito e imagem acústica. O *Curso* (2006) exemplifica da seguinte forma: quando buscamos o sentido da palavra latina *arbor*, ou a palavra com que o latim designa o conceito “árvore”, somente as vinculações consagradas pela língua nos parecem conformes à realidade, e deixamos de lado toda e qualquer outra que se possa imaginar. Dessa forma, chamamos signo a combinação do conceito e da imagem acústica e que, no uso corrente, designa geralmente a imagem acústica apenas, por exemplo, uma palavra: *arbor*. Isso porque se chamamos a *arbor* signo, é somente porque exprime o conceito “árvore”, de tal forma que a ideia da parte sensorial implica a do total.

No *Curso* (2006), essa ambiguidade desapareceria se fossem designadas três noções aqui presentes por nomes que se relacionem entre si, ao mesmo tempo em que se opõem. Nesse sentido, o CLG propõe-se a conservar o termo signo para designar o total, e a substituir conceito e imagem acústica respectivamente por significado e significante, justamente porque esses dois termos assinalam facilmente a oposição que os separa entre si e do total que fazem parte. Com relação a signo, o *Curso* afirma que devemos nos contentar com o termo porque não sabemos por o que substituí-lo, visto que a língua usual não nos sugere nenhum outro.

Da forma que signo linguístico foi definido no *Curso* (2006), esse termo apresenta duas características essenciais:

a) Primeiro princípio: a arbitrariedade do signo – a relação que une o significante ao significado é arbitrária, porque o *Curso* apresenta o conceito de signo como o total resultante da associação de um significante com um significado. Simplesmente, segundo o CLG, o signo linguístico é arbitrário.

b) Segundo princípio: caráter linear do significante- pelo fato de o significante ser de natureza auditiva desenvolve-se unicamente no tempo e apresenta assim características que toma do tempo. Nesse sentido, representa uma extensão e essa extensão é mensurável numa só dimensão, já que é uma linha.

A palavra arbitrário requer nossa atenção, uma vez que não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha daquele que fala, pois não está ao alcance da pessoa trocar coisa alguma em um signo, já que este é estabelecido por um grupo linguístico. O que o *Curso* quer dizer é que o significante é imotivado, ou seja, é arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade.

Segundo Bouquet (1997), o conceito de arbitrário é fundamental na teoria de Saussure, uma vez que apoia diretamente o conceito de valor. Para esse autor, o CLG

apresenta uma visão deformada da problemática do arbitrário, a tal ponto que a ideia de “arbitrário do signo”, que se tornou, na primeira metade do século, objeto de inúmeros debates sobre a base do *Curso*, aparece, em parte, como uma ilusão de óptica criada por Bally e Sechehaye.

Nessa direção, Bouquet (1997) comenta que a confusão do arbitrário no CLG (2006) é resultado, em primeiro lugar, de uma ambiguidade relacionada ao conceito de signo. Segundo este estudioso, Saussure emprega o termo signo ao longo de suas aulas e de seus escritos, em dois sentidos: de um lado, esse termo significa a entidade linguística total formada de uma parte fonológica e de uma parte semântica; de outro lado, ele significa apenas a parte fonológica, uma vez que Ferdinand de Saussure tem plena consciência desse duplo sentido, justificando-o de maneira muito própria.

Entretanto, o que deve ficar claro é que esse conceito de “arbitrário” em referência a uma entidade global do signo é um conceito de Saussure e não tem absolutamente nada de turvo. Mas, segundo Bouquet (1997), por uma estranha ironia, somente um texto explicita a noção de arbitrário de uma forma mais ampla do que a de noção do significante, entretanto foi deixado de lado pelos editores: texto que pertence à aula de 12 de maio de 1911. Para esse autor, o texto é, ao mesmo tempo, uma retomada distante da primeira aula que abordou o arbitrário (a de 2 de maio) e, mais efetivamente, a apresentação sobre o arbitrário absoluto e o arbitrário relativo¹¹ de que faz parte formalmente.

Conforme o texto que pertence à aula de 12 de maio de 1911, a ideia de relação arbitrária faz intervir duas relações, as quais são necessárias diferenciar minuciosamente. Temos, de um lado, a relação que envolvia conceito e imagem acústica e, de outro, a relação entre termo A e termo B. Para Bouquet (1997), aqui, aparece claramente que o fato do arbitrário da forma como Saussure o realizou no auge de sua reflexão, tem dois compromissos: primeiro, o fato de o significante de cada signo ser, por natureza, livremente determinado pelas línguas e, segundo, o corte da matéria a significar acontece ao sabor das línguas. Nessa direção, esse linguista afirma que é este duplo fato que se liga num acontecimento bastante complexo e que pode, desta vez, ser determinado como arbitrário do signo e que ele denomina aqui arbitrário da língua, a fim de não criar confusões com o que o *Curso* diz.

¹¹ Conforme Bouquet (1997), Saussure apresenta a limitação do arbitrário ao contrapor as línguas como o chinês, que o imotivado do signo está em seu ponto máximo e as línguas gramaticais como o grego ou o sânscrito, nas quais a sintaxe atua para motivar relativamente os signos.

Por outro lado, não basta afirmar que a língua é um produto da sociedade para que se veja claramente que não é livre. Além de constituir sempre herança de uma época precedente, deve-se acrescentar que essas forças sociais atuam em função do tempo. O fato de apresentar um caráter de fixidez, não é somente porque está ligada ao peso da coletividade, mas também porque está situada no tempo. Os dois fatores são inseparáveis: língua e tempo. Assim, a solidariedade com o passado põe em questão a liberdade de escolher. Porém, para o CLG (2006) isso não impede que exista, no fenômeno total, uma ligação entre esses dois fatores “antinômicos”: o convencional arbitrário, em virtude do qual a escolha se faz livremente, e o tempo, graças ao qual a escolha se acha fixada. Pelo fato de o signo ser arbitrário, não se conhece outra lei senão a da tradição, e é por basear-se na tradição que pode ser arbitrário.

Conforme Bouquet (1997), a ideia saussuriana do arbitrário pode ser explicada nos cursos e nos escritos, com um conteúdo bem elaborado, sem, no entanto, determinar uma nomenclatura, salvo o próprio termo arbitrário. Esse termo é utilizado por Saussure para se referir a duas relações bem diferentes: ele utiliza, de um lado, para relação interna do signo, entre significante e significado, entretanto utiliza de outro lado, para a relação que une entre eles os termos do sistema de uma língua dada. Dessa forma, se o mesmo termo, arbitrário, é capaz de recuperar as duas relações, é nesse sentido que ele se refere, nas duas ocorrências, a uma realidade que atravessa essas relações: a que requer a tese da generalidade do específico, ou seja, a realidade de que uma língua se define, quanto a essas duas relações, como sendo diferente das outras línguas. Em outras palavras, para Bouquet (1997), arbitrário significa especificamente, seja em um caso ou em outro, contingente a uma língua, sendo que essa eventualidade, na visão interna da língua, é uma necessidade.

No *Curso* (2006), este princípio é evidente, porém lhe parece que sempre se negligenciou enunciá-lo, uma vez que foi sempre considerado simples demais. No entanto, todo mecanismo da língua depende deste mecanismo, já que os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, o que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Isso quer dizer que os elementos que constituem os significantes acústicos se apresentam um após outro e assim formam uma cadeia. Esse caráter fica evidente quando os representamos pela escrita e substituímos a sucessão do tempo pela linha espacial dos signos gráficos.

Com relação à imutabilidade do signo linguístico, o CLG (2006) afirma que se o significante aparece como escolhido livremente, em compensação, com relação à comunidade linguística que o emprega, não é livre, e sim é imposto. Em nenhum momento se consulta a

sociedade com relação ao significante escolhido pela língua, se poderia ser substituído por outro.

Dessa forma, a língua não pode ser comparada a um contrato puro e simples, e é justamente por isso que o estudo do signo linguístico é fundamental. Assim, fica claro que a lei admitida na coletividade é algo que se sustenta e que não se trata apenas de uma regra livremente consentida, mesmo porque é a própria língua que oferece a prova disso.

Segundo Normand (2009b), Saussure não se fundamenta na história e, mais amplamente, no aspecto social da língua. Essas afirmações parecem ser contrárias frente a algumas ideias apresentadas no *Curso* (2006), como por exemplo: que um estado de língua é sempre o resultado de fatores históricos; que a língua é herança de uma época anterior; o tempo que garante a continuidade da língua tem um outro efeito de modificar em um espaço de tempo os signos linguísticos; a língua é uma instituição social.

Nesse sentido, para Normand (2009b) o fato social é fundamental, entretanto, diferentemente do sistema, ele não determina, em Saussure, um método próprio. Poderíamos afirmar que o que acontece é o contrário, uma vez que Saussure não nega ser a língua social, nem ser comunicação e afirma, assim como todos os seus contemporâneos, que se trata de um produto social da faculdade da linguagem. Por outro lado, Saussure não considera essa característica a mais ilustrativa para determinar sua natureza específica, pois a língua divide esse componente com todas as demais instituições.

Desse modo, o *Curso* explica por que a questão da origem da linguagem não tem a importância que geralmente lhe é atribuída. Não se trata de uma questão a ser proposta, pois o único objeto da Linguística é a vida cotidiana de um idioma já constituído. Um determinado estado de língua é sempre o produto de fatores históricos e são esses fatores que explicam por que o signo não muda e ainda por que resiste a toda substituição.

Um último aspecto apresentado no CLG (2006), é o fato de a língua sofrer a todo instante a influência de todos, assim ela é considerada um produto de forças sociais e então não é livre. Tais forças atuam em função do tempo. Dessa forma, esse caráter de fixidez é explicado a partir de duas razões: peso da coletividade e pelo fato de estar situado no tempo, o que constitui fatos inseparáveis. A conclusão apresentada no *Curso* é a seguinte: porque o signo é arbitrário, não conhece outra lei senão a da tradição, e é por basear-se na tradição que pode ser arbitrário.

Para Pietroforte (2002), o significante da língua é a própria imagem acústica, a qual se realiza na fala formando uma substância sonora. Pelo fato de encontrar-se no patamar do som, sua realização acontece no tempo. Diferentemente aos significantes visuais, que

acontecem no espaço, os significantes sonoros, como os significantes linguísticos ou musicais, acontecem no tempo, de maneira que dois sons só se realizam em uma continuidade.

Isso é fundamental para explicar as relações que eles estabelecem entre si. A distribuição dos signos e suas relações também definem um estado sincrônico e diacrônico da língua.

1.2.3 SINCRONIA VERSUS DIACRONIA: CONCEITOS COEXISTENTES¹²

Não podemos afirmar que Saussure foi o “pai” da Linguística. Na verdade, ele definiu um objeto de estudos para a Linguística, de uma maneira diferente do que se fazia até então. Portanto, para conhecermos como a Linguística era feita na época de Saussure, precisamos investigar o que ele estudou e o que fez em sua formação como linguista.

Inicialmente, a matéria da Linguística era constituída por todas as manifestações da linguagem humana, ou seja, toda e qualquer forma de expressão, independente de nação, de povo ou de período histórico.

A Linguística feita durante o século XIX costumava ser chamada de Linguística Comparativa e Histórica (ROBINS, 1979, p. 132-160 *apud* PIETROFORTE 2002, p.78), uma vez que seu trabalho estava baseado na comparação entre fenômenos linguísticos que se realizavam em línguas distintas. Podemos observar esse fenômeno em certas palavras de algumas línguas modernas faladas na Europa, que apresentam semelhança sistemática entre palavras do português, do espanhol, do francês e do italiano.

Pietroforte (2002), exemplifica em nível lexical, as semelhanças entre línguas distintas (Quadro 1):

português	espanhol	francês	Italiano
pai	padre	Père	Padre

Quadro 1 - Semelhanças entre línguas distintas
Fonte: Pietroforte (2002, p. 78)

A partir de um exame mais detalhado de outras propriedades lexicais e gramaticais dessas línguas, podemos verificar que há mais semelhanças entre elas e de que essas

¹² Curso de Linguística Geral (2006, p. 13-18; 94-118).

semelhanças são sistemáticas. Nesse sentido, Pietroforte (2002) afirma que existe um grau de parentesco entre elas, e que, comparando as semelhanças e as diferenças entre essas línguas, podemos chegar a uma língua anterior, que serve de base para essas diferentes línguas se originarem. Segundo Pietroforte (2002), essa língua anterior é a língua-mãe daquelas línguas-filhas e, assim, pelo trabalho comparativo, temos condições de reconstruir o percurso histórico dessas línguas, ou seja, podemos assim determinar como uma língua modifica-se através do tempo, transformando-se em outras línguas.

A partir disso, Pietroforte (2002) chega a duas conclusões. A primeira é com relação à determinação de um ponto de vista com o qual se fixa um objeto de estudos. Dessa forma, com relação ao estudo da língua, o que foi observado foram as suas mudanças, ou seja, a mudança é próprio objeto teórico desse estudo. A segunda conclusão deste estudioso, diz respeito aos resultados dessa Linguística Comparativa e Histórica. Pelo fato de a escrita de algumas línguas aparecerem tardiamente, o trabalho do linguista, então, tornou-se um trabalho de reconstrução de uma língua a partir dos indícios que ela deixou nas línguas que dela se originaram.

As pesquisas de Saussure aconteceram nesse meio, já que seu trabalho acadêmico, basicamente, era sobre a Linguística indo-européia. Segundo Bouquet (1997), Saussure foi um pesquisador brilhante em sua época, pois produziu o mais belo livro de gramática comparada, aos vinte e quatro anos: *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* – escrito e publicado em 1878.

O *Curso* chamou essa linguística, que trabalha com mudanças que ocorrem nas línguas através do tempo, de linguística diacrônica em oposição a uma linguística sincrônica. Conforme Pietroforte (2002), diacronia do grego *dia* “através” e *chrónos* “tempo”, quer dizer “através do tempo”, e sincronia, do grego *syn* “juntamente” e *chrónos* “tempo”, significa “ao mesmo tempo”. Dessa forma, o *Curso* faz uma diferenciação entre dois pontos de vista diferentes de olhar para o mesmo fenômeno e define um novo objeto de estudos para a Linguística. De acordo com Pietroforte (2002), o ponto de vista sincrônico vê a língua como um sistema em que um elemento se define pelos demais elementos. Para esse estudo, um determinado estado de uma língua é isolado de suas transformações através do tempo e passa a ser estudado como um conjunto de elementos linguísticos. Esses elementos passam a ser estudados nas relações que eles adquirem concomitante uns com os outros, e não mais em suas transformações históricas.

Segundo o CLG (2006), o objeto da Linguística sincrônica é estabelecer diretrizes fundamentais dos fatores que compõem todo estado de língua. Nessa direção, um estado de

língua não é propriamente um ponto, mas um espaço de tempo, relativamente longo, onde as modificações ocorridas são mínimas. Dessa forma, para o *Curso*, uma língua mudará pouco durante um longo intervalo de tempo, para logo após apresentar transformações que podem ser levadas em consideração em alguns anos.

Para demonstrar simultaneamente a autonomia e a interdependência do sincrônico e do diacrônico, o CLG (2006) utiliza-se da seguinte metáfora: a língua atua como o tronco de uma árvore em desenvolvimento, de modo que uma incisão transversal em seu lenho evidencia uma relação sincrônica entre as partes que o compõem e uma incisão longitudinal mostra um progresso diacrônico dessas situações sincrônicas.

A partir dessa dicotomia, sincronia *versus* diacronia, o CLG (2006) determina uma diferenciação entre fatos sincrônicos e fatos diacrônicos. Os fatos sincrônicos são gerais, porém não têm caráter imperativo, uma vez que são de origem sistemática. Dessa forma, os fatos sincrônicos definem princípios de regularidade, como acontece em português, que todo verbo tem morfemas de modo, tempo, número e pessoa, assim como todos os substantivos têm morfemas de gênero e número.

Para Câmara (1975), a visão da língua, como um sistema, levou Saussure a pontuar o estudo do sistema como tal, independentemente de suas transformações através do tempo. Nesse sentido, o estudo descritivo da língua foi acrescentado à linguística, ao lado do estudo histórico, que até então tinha sido o único interesse desse objeto de estudo. Saussure desenvolveu este novo conceito e definiu a descrição científica da língua à qual intitulou de Linguística Sincrônica, e o estudo da transformação linguística, ao qual chamou de Linguística Diacrônica. Além disso, Saussure deixa claro que existe uma verdade em linguística sincrônica independente da verdade da linguística diacrônica. Por outro lado, os fatos diacrônicos são imperativos, pois se impõem à língua.

Para exemplificar que o fato diacrônico é imperativo, Pietroforte (2002) afirma que nenhum substantivo do português tem caso e todos os substantivos latinos o têm, pois quando acontece a mudança, ela se realiza em todo o sistema, recobrando tudo o que é classificado como substantivo nessas duas línguas. Segundo o autor, não devemos pensar que Saussure tenha acrescentado um ponto de vista sincrônico a outro ponto de vista já existente, o diacrônico. Em realidade, no momento em que Saussure definiu a língua como sistema e ao determinar a sincronia como o estudo de um sistema num determinado momento do tempo, põe em discussão uma nova definição do conceito de diacronia, que será compreendida como a sucessão de diversos sistemas no decorrer do tempo. A determinação de um ponto de vista

sincrônico não se limita à proposta de um método de trabalho em Linguística, pois a partir dela, determina-se um novo objeto de estudos que é a própria língua como um sistema.

Segundo Normand (2009b), a definição pelo sistema de signos está extremamente relacionada à delimitação sincronia/diacronia. Para esta estudiosa, diacronia é a evolução de uma língua no tempo, a sequência das modificações que a tornaram diferente e que podem, através da comparação, ser concluídas das formas anteriores. A sincronia é oposta à diacronia, uma vez que se trata da forma fixada pelo linguista, a qual está relacionada ao sentimento linguístico de um determinado locutor que desconhece a história da língua. Para Normand (2009b), é no estado de língua que se encontra esse locutor comum que, ao falar, não precisa conhecer o passado da língua que utiliza para entender o funcionamento do sistema. Dessa forma, as noções de sincronia e de sistema estão estreitamente relacionadas.

A autora afirma, também, que pelo fato de a teoria de Saussure ter sido elaborada em uma época em que os neogramáticos afirmavam que a língua se definia somente pela história, Saussure insiste em separar os dois procedimentos: sincronia/diacronia, na tentativa de distanciar as condições que se encontravam fora de sua teoria. Por outro lado, para Normand (2009b) a insistência de Saussure também pode ser explicada por motivos internos à sua teoria: a construção de um novo ponto de vista que autoriza pensar o sistema. Definir a língua como o sistema utilizado pelo locutor quer dizer que ele se apresenta em uma sincronia.

Portanto, duas partes da Linguística são delimitadas pelo CLG (2006): uma Linguística Sincrônica, que se ocupa das relações lógicas e psicológicas que unem os termos e que formam sistemas, os quais são percebidos pelo coletivo, e uma Linguística Diacrônica, que estuda as relações que unem termos sucessivos não percebidos pelo coletivo e que se substituem uns pelos outros, sem formar sistema entre si, estuda a ocorrência do signo com o passar do tempo. Essa língua que possibilita reflexões sobre formas fixadas pelo sistema e outras pelo tempo traz questões como as relações. Essas serão trabalhadas na próxima seção.

1.2.4 RELAÇÕES SINTAGMÁTICAS E RELAÇÕES ASSOCIATIVAS: A PRESENÇA E A AUSÊNCIA

Se, em um estado de língua, tudo se baseia em relações, como elas funcionam? Esse é um primeiro questionamento que se encontra no capítulo 5 do *Curso* (2006), sobre o qual iremos estudar nesta seção.

Para Pietroforte (2002), as relações entre os elementos linguísticos podem ser estabelecidas em duas esferas distintas. Segundo o *Curso*, a oposição entre essas duas ordens faz compreender melhor a natureza de cada uma, sendo que ambas correspondem a duas formas de nossa atividade mental e, que são indispensáveis para a vida da língua. Dessa forma, Pietroforte (2002) comenta que a linguagem tem dois eixos, um de seleção e um eixo de combinação, conforme descritos na Figura 1:

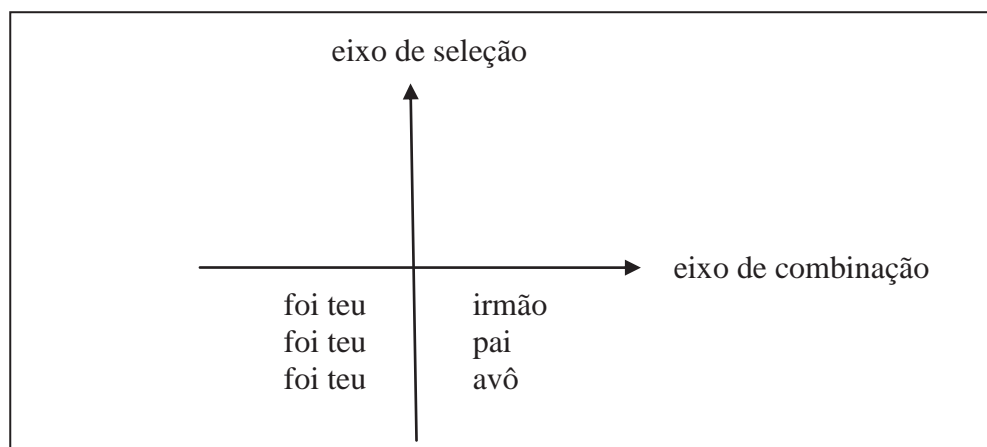


Figura 1 - Eixo de seleção e combinação
Fonte: Pietroforte (2002, p. 88)

Nessa linha, devido ao caráter linear dos significantes, não há possibilidade de que os signos linguísticos aconteçam ao mesmo tempo na cadeia da fala. Assim, segundo Pietroforte (2002), enunciados um após o outro, eles formam um alinhamento que os divide em relações de combinação entre, no mínimo, dois elementos. A essas relações de combinação entre os signos, o *Curso* chama de relações sintagmáticas (2006), do grego *syntagma*, que quer dizer “coisa posta em ordem”. Ainda para o *Curso*, colocado em um sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos.

Para Silveira (2007), considerando então que a teoria do valor é que dá base à formulação de Saussure sobre o signo linguístico e que sustenta a afirmação de que existe uma ordem própria da língua, é necessário, também, não esquecer o conceito fundamental da teoria do valor, a qual se apresenta como uma rede de diferenças, na qual cada componente não tem identidade própria, porém apenas na ligação com os outros componentes do sistema.

Segundo Bouquet (1997), a teoria do valor rascunhada em algumas aulas de junho de 1911¹³ é, ao mesmo tempo, caracterizada por seu caráter único e apresentada “em toda a sua complexidade”. A teoria do valor linguístico trata-se de uma teoria unificada, na medida em que o fenômeno que ela reflete, denominado de duas formas por Saussure: sentido ou significação, é realizado de maneira unitária. Também, é considerada complexa essa teoria do valor, na medida em que coordena dois fatos, eles mesmos complexos. Conforme Bouquet (1997), o primeiro fato (que pode ser chamado do valor *in absentia* – relações em ausência) faz corresponder termo a termo à teoria do valor e à teoria do arbitrário. O segundo fato associa a esse valor, que vem do arbitrário da língua, um valor proveniente do fato sintagmático, que pode ser conceituado como o valor *in praesentia* - relações em presença. Para Bouquet (1997), é na combinação desses dois fatos que o linguista vê a essência do fato semântico. Antes de apresentar uma descrição detalhada de cada uma das “ordens de valor”, Saussure inicia a aula de 27 de junho¹⁴ apresentando sua subdivisão, afirmando que toda palavra da língua, o termo palavra tomado no sentido de “unidade”, tem a ver com outras palavras, ou melhor, ela não existe a não ser em relação às outras palavras, e em virtude do que está à volta dela. Para Saussure, o valor de uma palavra só tem validade em todos os momentos, em relação às outras unidades semelhantes. Desse modo, a relação e a diferença das palavras entre si se desenvolvem conforme duas ordens, em duas esferas bastante diferenciadas: cada uma dessas esferas irá gerar uma nova ordem de valor, e a própria oposição que existe entre as duas deixa mais clara cada uma delas. Trata-se, portanto, de duas esferas ou de duas maneiras de coordenar as palavras com outras.

Essas duas esferas apresentadas por Saussure e comentadas por Bouquet (1997) correspondem, primeiramente, à coordenação sintagmática e à esfera das relações sintagmáticas, onde os termos opostos entre si encontram-se numa oposição espacial, e a relação que se estabelece entre eles tem por fundamento esse princípio espacial. O espaço de que fala Saussure é entendido como um espaço de tempo. O que coexiste sintagmaticamente coexiste na extensão como as peças de uma máquina. Em um segundo momento, correspondem à coordenação associativa, que acontece por associação psíquica com outros termos que existem na língua¹⁵.

¹³ Os textos são dos cadernos dos alunos, citados conforme a edição crítica de Rudolf Engler.

¹⁴ Segundo Bouquet (1997), a aula de 23 de junho consistiu em observações preliminares sobre o caráter esquemático e puramente operatório do conceito que fundamenta a linguística estática: “estado de língua”.

¹⁵ Conforme Bouquet (1997), na aula de 2 de junho, que apresentava o entroncamento da linguística estática e da linguística histórica, essa subdivisão já tinha sido mencionada: na associação que constitui o signo, em que o arbitrário é a única lei para a escolha primordial, a complicação de fatos de valor atingirá seu máximo, pois cada

Bouquet (1997) destaca que, no término da aula, Saussure propõe ainda uma outra denominação para esses dois tipos de relações: para sintagma, poderíamos dizer o agrupamento *in praesentia* e na série associativa o agrupamento *in absentia*. Na aula seguinte, a de 30 de junho, Saussure retoma o princípio exposto três dias antes, afirmando que “essas duas ordens de relações são irreduzíveis e todas as duas ativas”, e que a noção de *sistema*, aplicada à língua, supõe o duplo caráter do valor. Nessa mesma aula, Saussure afirma que, seja qual for a ordem de relações em que uma palavra funciona, e ela é convidada a funcionar nas duas, uma palavra é sempre, antes de tudo, membro de um sistema, solidária a outras palavras, ora em uma ordem de relações, ora numa outra ordem de relações. E é isso que, para Saussure, constitui o valor. Bouquet (1997) explica que, à primeira vista, o emprego da palavra sistema para designar apenas as relações *in absentia* tem alguma coisa de “paradoxal”. Assim, o valor de uma palavra só será determinado pelo concurso dos termos que a limitam; ou, para insistir ainda mais no paradoxo revelado, ou seja, o que está na palavra só é determinado pelo concurso que existe em torno dela sintagmaticamente ou associativamente. Desse modo, é preciso abordar a palavra, partindo do sistema e dos termos coexistentes.

Bouquet (1997) continua sua reflexão afirmando que, em outro momento dessa mesma aula de Saussure, a oposição entre essas duas esferas é assimilada à oposição entre língua, esfera das relações *in absentia*, e fala, esfera das relações *in praesentia*. Para finalizar, o escritor ressalta que, quando relemos o conjunto dos cursos e dos escritos, tendo em mente a divisão assim apresentada entre um valor procedente do arbitrário e um valor procedente do fato sintagmático, a teoria de saussuriana do valor se destaca facilmente e, em particular, a teoria do valor semântico.

Pietroforte (2002) afirma também que, além das relações sintagmáticas, baseadas na combinação, existem relações baseadas na seleção de elementos que são combinados. Dessa forma, pelo fato de apresentarem algo em comum, esse mesmo estudioso comenta que um signo pode ser associado a outros signos por, no mínimo, três formas: por meio de seu significado, com seus diferentes sentidos; por meio de seu significante, com imagens acústicas parecidas; e por meio de outros signos, em processos morfológicos comuns.

Conforme o CLG (2006), enquanto um sintagma promove a ideia de uma ordem de sucessão e de um número determinado de elementos, os termos de uma família associativa

valor dependerá de um outro, vizinho ou oposto. Vizinho que deve ser entendido, aqui, no sentido de coordenado sintagmaticamente (*in praesentia*); oposto, no sentido de coordenado associativamente (*in absentia*).

não se apresentam em número exato nem numa ordem definida. Assim, não há a possibilidade de se dizer antecipadamente qual será o número de palavras sugeridas pela memória ou a ordem em que essas irão aparecer se associarmos, por exemplo, os termos *desejoso, caloroso, medroso*. Um termo dado é como o centro de uma constelação, o ponto para onde convergem outros coordenados cuja soma apresenta uma soma indefinida. Dessa forma, a partir do signo *ensinamento*, o *Curso*, por meio do significado desse termo, associa *ensinamento* à *aprendizagem, educação*. A partir de seu significante, associa *ensinamento* a *elemento, lento*. E, através de outros signos, que apresentam processos morfológicos semelhantes, o *Curso* associa *ensinamento* a *ensinar, ensinemos*.

Podemos perceber que essas coordenações são de uma espécie diferente das primeiras, uma vez que elas não têm por base a extensão e sim, sua base encontra-se no cérebro. Da forma como são apresentadas no *Curso* (2006), elas fazem parte desse tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo. A essas relações entre os elementos do sistema linguístico o *Curso* chama relações associativas.

Para Normand (2009b), o surpreendente é que os membros de uma mesma comunidade compreendem-se, reconhecem-se como pertencentes a essa comunidade, tendo as mesmas possibilidades de expressão (palavras, variações, construções gramaticais, sem prejudicar se o que acontece é uma mensagem ou é comunicação. Aqui se encontra o problema do gramático: não se trata mais da função de representação, nem da história, mas do funcionamento que obriga a colocar a existência de um mecanismo comum, chamado por Saussure de língua: um tesouro depositado pela prática da fala nos sujeitos pertencentes a uma mesma comunidade, um sistema gramatical existente virtualmente em cada cérebro. Assim, a língua não está completa em nenhum, ela existe perfeitamente apenas na massa.

Segundo Pietroforte (2002), para se referir às relações associativas entre os signos, a Linguística consagrou o termo relações paradigmáticas, do grego *paradégma*, que significa modelo, exemplo. Dessa forma, acontece a dicotomia paradigma versus sintagma, na qual se definem as relações de seleção e as relações de combinação entre os elementos linguísticos.

Para Pietroforte (2002), o *Curso* definiu, em sentido bastante amplo, as relações paradigmáticas e sintagmáticas. A fim de tornar funcionais os conceitos de sintagma e de paradigma, a Linguística posterior ao *Curso* vai precisá-los. Segundo o autor, o paradigma não é qualquer associação de signos pelo som e pelos sentidos, mas uma série de elementos linguísticos capazes de representar no mesmo ponto do enunciado, se o sentido for diferente. Pietroforte (2002) exemplifica, utilizando os enunciados citados anteriormente: no enunciado *foi o teu avô*, no lugar de *teu*, poderiam representar, se o sentido fosse o mesmo, os termos

seu, meu, nosso, o,um. Assim, o estudioso afirma que esses elementos compõem um paradigma, do qual o falante escolhe um termo para representar no enunciado. Por outro lado, também menciona que no sintagma não se combinam quaisquer elementos aleatoriamente, pois a combinação no sintagma obedece a um padrão definido pelo sistema. Dessa forma, podemos combinar um artigo e um substantivo e, nesse caso, o artigo deve sempre vir antes do substantivo. Nesse sentido, Pietroforte (2002) nos chama a atenção para que não se confunda paradigma com língua e sintagma com fala, pois tanto um quanto outro pertencem ao sistema, aquele por estabelecer os elementos que podem representar num determinado ponto da cadeia falada e este por obedecer a um padrão de combinação. Portanto, os elementos linguísticos que se combinam no sintagma adquirem valor que possibilita o sentido do texto.

1.2.5 O VALOR DO SIGNO

Segundo Pietroforte (2002), a diferença entre as relações sintagmáticas e as paradigmáticas não é a mesma que há entre língua e fala. O autor afirma que as relações sintagmáticas, por ligarem no mínimo dois elementos linguísticos, compõem um tipo de relação em que os elementos ligados se encontram em presença um do outro. Já, as relações paradigmáticas, porque dizem respeito à seleção entre elementos, compõem um tipo de relação em que o elemento selecionado exclui os outros elementos da relação. Portanto, as relações paradigmáticas entre os elementos linguísticos acontecem em presença, ao contrário das sintagmáticas, que acontecem pela ausência dos elementos relacionados. Ainda, para o autor, tanto as relações paradigmáticas, quanto as sintagmáticas encontram-se no domínio da língua e não da fala, uma vez que dizem respeito às relações entre os elementos que constituem o sistema da língua.

Para Bouquet (1997), a diversidade dos fatos de valor aparece, então, em um primeiro momento, na ordem do valor que vem do arbitrário, chamado de valor *in absentia*¹⁶. Nesse sentido, a noção de valor envolve cinco fatos, todos pertencentes a duas categorias. A primeira categoria é a do arbitrário interno do signo e o fenômeno que ela abrange é o valor interno do signo.

¹⁶ Bouquet (1997), afirma que uma das categorias desse valor, no caso a do valor interno do signo, diz respeito à relação que pode ser dita *in praesentia* de um significante e de um significado (ainda que o significado seja ausente no sentido de imaterial, pois é precisamente o significante que o evoca. A questão geral *in absentia* remete aqui ao fato de que o signo é considerado na língua, na ausência de toda inserção sintagmática.

Ao procurar especificar o que é valor na língua, segundo Silveira (2007), o *Curso* diferencia-o de significação e qualifica o valor como uma presença (podemos pensar aqui na palavra, mas também em qualquer manifestação da língua) desprovida de propriedades intrínsecas. Silveira ainda afirma que, para dizer sobre a presença, isso que comparece como positivo, é necessário pedir auxílio a uma ausência, ou ao negativo, que, contudo, opera a presença. É necessário notar que esse negativo não parece ser de outra natureza que a da própria língua. Com relação às propriedades de um termo da língua, segundo o *Curso*, é fundamental perceber que seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela. Para Silveira (2007), é importante destacar que o valor depende das relações existentes no sistema, assim como diz o CLG que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com outros termos do sistema.

Segundo Bouquet (1997), existem três acepções da palavra valor nos textos de Saussure e esses três valores obedecem às seguintes razões: a primeira é que o significante responde pelo seu significado, assim, o significado é o valor desse significante; a segunda é que o significado responde pelo seu significante, dessa forma, o significante é o valor desse significado; a terceira é que o significante e significado respondem, ao mesmo tempo, um pelo outro, assim, o significante e o significado são simultaneamente o valor um do outro.

O primeiro valor desses três é, certamente, o mais evidente, conforme Bouquet (1997): sinônimo, independente de toda teorização semântica, de sentido ou significação (em termos saussurianos, de significado), esse conceito de valor aparece com frequência no terceiro curso e se contrapõe a termo (compreendido no sentido de significante). Existem exemplos dessa utilização num panorama sincrônico, que são os equilíbrios determinados dos termos e dos valores encontrados em certas relações, bem como em uma perspectiva diacrônica, que é a transferência da relação global dos termos e dos valores. Essa ideia está relacionada com a etimologia clássica da palavra valor, como é observado por Saussure, onde há termos há também valores. Desse modo, fica difícil separar essas duas ideias, pois, quando falamos de valor, torna-se sinônimo de sentido e/ou significação.

Para Bouquet (1997), o segundo valor trata-se de uma consequência da abstração teórica, uma vez que apresenta o signo como um par. Ao contrário da ocorrência de valor sinônimo de significado, que se firma na etimologia clássica, a ocorrência de valor sinônimo de significante se fundamenta na prática comparatista. Desse modo, esses dois valores são colocados com existências simultâneas, já que a ideia apresentada por Saussure é que, na associação que forma o signo, depois do primeiro instante, não há nada além de dois valores

que são coexistentes. Conforme o autor, a palavra é concebida como um conjunto solitário e independente. Em seu interior, ela contém a imagem auditiva que tem por contrapartida um conceito. Entretanto, é justamente a significação, a qual nos aparece como a contrapartida da imagem auditiva, que compõe a oposição dos termos coexistentes na língua. Dessa forma, Bouquet (1997), conclui que a língua é um sistema em que todos os termos são ligados.

De acordo com Bouquet (1997), a palavra significação, nesse momento, não deve ser entendida em seu sentido evidente que indica um valor interno ao signo. Essa noção, aqui, deve ser compreendida como sentido, como significado, como sinônimo desse novo conceito de valor, estendido, que envolve os valores interno e sistêmico¹⁷. Por outro lado, o conceito evidente de significação resiste inclusive no discurso de Saussure, uma vez que o próprio mestre genebrino, e depois dele Bally e Sechehaye, utilizam o vocábulo valor para designar apenas o valor sistêmico, contrapondo-o à significação interna do signo. Para Bouquet (1997), essa utilização explica algumas afirmações dos textos saussurianos tomadas de forma isolada, porém confundem a perspectiva de uma leitura sintetizada dessas propostas. No caso, os textos originais pagam o preço por serem apenas notas de cursos e de escritos espalhados, cuja segurança de nomenclatura não é garantida por nenhuma organização discursiva global. Nesse sentido, no *Curso* (2006), são apresentados alguns indícios dessa organização global ao limitar a fala de Saussure em uma única terminologia, até mesmo lógica, que existe mutuamente com um uso incerto de termos teóricos.

Bouquet (1997) comenta que com o objetivo de abandonar a ideia de que valor sistêmico diz respeito somente a certos termos da língua, em outras palavras, para negar a ideia de que uma língua possa de alguma forma refletir universais de substância¹⁸, Saussure apresenta, na aula de 30 de junho, o fato sistêmico como logicamente primeiro no centro da teoria do valor:

Não é preciso começar pela palavra, o termo, para daí deduzir o sistema. Isso seria imaginar que os termos têm de antemão um valor absoluto, que basta amontoá-los uns sobre os outros para que se tenha o sistema. Ao contrário, é do sistema do todo solidário que é preciso partir (TERCEIRO CURSO, 1910-1911, *apud* BOUQUET, 1997, p. 264).

¹⁷ Devido a isso, conforme Bouquet (1997), o terceiro curso afirma que a palavra não existe nem sem um significado nem sem um significante. Mas o significado é apenas o resumo do valor linguístico que supõe o jogo dos termos entre si em cada sistema de língua.

¹⁸ Bouquet (1997), afirma que a extensão, por definição, do fato do valor a todos os termos linguísticos é colocada nestas sentenças inacabadas.

Em sua última aula, do dia 4 de julho, Saussure retoma essa ideia conforme apresentado na Figura 2, com o objetivo de representar o significado em relação ao significante:

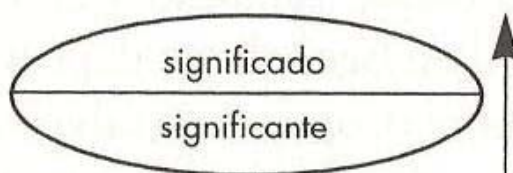


Figura 2 - Relação entre o significado e o significante
Fonte: Bouquet (1997, p. 264)

Dessa forma, Bouquet (1997) nos traz a seguinte contribuição:

Se voltarmos agora à figura que representava o significado em relação ao significante, veremos que ela tem sua razão de ser mais que ela é apenas um produto secundário do valor. O significado sozinho nada é; ele se confunde numa massa informe. Ocorre o mesmo com o significante. Mas significante e significado adquirem uma ligação em virtude dos valores determinados que nascem da combinação com um número determinado de signos acústicos com um número determinado de cortes que podemos fazer na massa. O que seria preciso para que essa relação entre o significante e o significado fosse dada em si? Seria preciso antes de tudo que a ideia fosse determinada de antemão e ela não é. (Seria preciso, antes de tudo, que o significado fosse de antemão uma coisa determinada, e ele não o é.) É por isso que essa relação é apenas uma outra expressão dos valores tomados em sua oposição, no seu sistema. Isso é verdade em que não importa que ordem de língua. (TERCEIRO CURSO, 1910-1911, *apud* BOUQUET, 1997, p. 264-265).

Segundo Bouquet (1997), a relação linguística de valor *in absentia*, concebida como transversal, não importando a ordem de língua, é esclarecida através de exemplos que pertencem aos diversos planos da língua, em que ela permite uma determinada sedimentação: os planos lexicológico, morfológico e sintático. Para tais exemplificações, Saussure utiliza o método comparativo, confrontando a língua inglesa com a francesa, de maneira a fazer com que as diferenças semânticas, ligadas à especificidade do sistema de cada língua, toquem seus ouvidos de forma objetiva.

Na aula seguinte, Saussure abre com uma outra ilustração do valor, que Dégallier¹⁹ anotou sobre o sentido de um termo, o qual depende da presença ou da ausência de um termo vizinho. Segundo este aluno, depois do sistema, chegamos à ideia de valor, e não de sentido²⁰, pois é o sistema que conduz ao termo. Então, iremos perceber que a significação é determinada por o que está ao seu redor.

Para Bouquet (1997), Sechehaye observou com precisão que “o que a rodeia” remete aqui ao contexto sintagmático. Com esse exemplo, estamos frente à outra “ordem de valor” abordada em 27 de junho durante a explicação da primeira ramificação de valor, “a coordenação sintagmática e a esfera das relações sintagmáticas”: a ordem do valor *in praesentia*. Em seu comentário sobre o terceiro curso, Sechehaye escreve: “o que rodeia deve querer dizer a ocasião, contexto, e não as relações que estabelecem o valor como poderíamos acreditar” (BOUQUET, 1997, p. 267). Para Bouquet (1997), essa observação tem um outro interesse, mostrar que Sechehaye não compreendeu que a noção de valor é destinada justamente a incluir a ocasião, o contexto. Em outras palavras, ele não compreendeu a relação *in praesentia* da sintagmação, que é repetido frequentemente nos cursos. Além disso, segundo o autor, o termo contexto é precisamente utilizado e explicitado por Saussure nesse sentido: a) “o que uma palavra tem à sua volta” pode ter dois sentidos diferentes. Sintagmaticamente, é o contexto, o que vem antes ou depois. Associativamente, é uma simultaneidade pela ligação da consciência, não da ideia de espaço.

Para Bouquet (1997), se o valor interno e o valor sistêmico são encaminhados a se conjugar para criar um fato sem divisão na consciência do falante²¹, no caso o valor *in absentia*, esse fato só constrói uma parte do valor semântico, uma vez que ele próprio deve entrar em conjunção com o fato do valor que provém da sintagmação, termo o qual é tomado emprestado de Émile Benveniste, para constituir o todo do valor semântico. Conforme o autor, na medida em que atraem, como se fosse um ímã, os componentes do complexo semântico, a palavra valor acaba tendendo naturalmente, nos textos de Saussure, a significar o todo desse complexo: o todo do valor *in absentia* e do valor *in praesentia* e, assim, se chega a

¹⁹ O CLG foi editado por Charles Bally, Albert Sechehaye, com a colaboração de A. Riedlinger. As anotações foram provenientes dos alunos: L. Caille, L. Gautier, Paul Regard, Mme. A. Sechehaye, George Dégallier, Francis Joseph, e as notas de A. Riedlinger (CLG, 2006. Prefácio à edição brasileira).

²⁰ Segundo Bouquet (1997), nessa passagem visivelmente anotada às pressas, a segunda ocorrência de sentido remete à noção de “valor” tomada em sua extensão máxima (valor interno + valor sistêmico + valor *in praesentia*), enquanto a ocorrência de sentido na frase precedente remete apenas a valor interno. Como observou Sechehaye, para quem essa nota era enigmática, *significação* na frase seguinte é aqui sinônimo de sentido, mas ele não observou que é da primeira ocorrência de sentido e não da segunda que significação é sinônimo.

²¹ Conforme Bouquet (1997), dessa indivisibilidade são testemunhas as formulações do vínculo entre o significante e o significado, considerado na perspectiva do valor sistêmico.

valor semântico. Tal complexidade do fato do valor, realizada na aula de 27 de junho de 1911, já citada anteriormente, tinha sido definida, com bastante clareza, no segundo curso:

Os dois agrupamentos, no espaço e mental (por famílias), estão todos os dois em atividade. [...] Isso vai tão longe quanto quisermos e nos dois sentidos: o valor resultará sempre do agrupamento por famílias e do agrupamento sintagmático. [...] São essas duas oposições perpétuas: por sintagmas e por tudo o que difere (o que não trazemos, mas que poderíamos trazer para o discurso) – é sobre essas duas oposições, modos de ser vizinho ou diferente de outra coisa, que repousa o mecanismo de um estado de língua (SEGUNDO CURSO, 1908-1909, *apud* BOUQUET, 1997, p. 268).

Para Bouquet (1997), Bally e Sechehaye acabam prejudicando esse princípio, uma vez que o capítulo IV da segunda parte do *Curso*, intitulado “La valeur linguistique”, trata apenas do valor *in absentia*; tudo o que se refere ao valor *in praesentia* é deixado para o capítulo seguinte. Bouquet afirma que esse recorte por capítulos mais a indeterminação, própria da complexidade do objeto conceituado como *valor*, tende a revelar somente uma das duas ordens de valor realizadas por Saussure (a associativa) como o fato de “o valor”, em detrimento da outra ordem (a sintagmática). Essa impressão é reforçada, pelo fato de Bally e Sechehaye criarem do nada, nos dois capítulos em questão, enunciados que relacionam a sintagmação à fala, o que auxilia para excluir da língua o valor *in praesentia* e, pelo fato de tirarem outros enunciados que discutem, em relação ao valor, a diferenciação entre língua e fala²². A consideração simultânea, no nível fenomênico, das duas ordens de valor que compõem um estado de língua, segundo Bouquet (1997), é requisito fundamental da gramática saussuriana do sentido e, é justamente porque essas duas ordens são ao mesmo tempo ativas que Saussure diz, já em seu primeiro curso, depois de ter analisado as relações associativas, que partiu de forma arbitrária da unidade da palavra e que poderia ter partido da unidade da frase.

Nesse instante, Bouquet (1997) questiona: Qual é a natureza empírica da ligação existente entre “as duas ordens do valor”, denominadas por Saussure? Ou, o que abrange tanto o que está situado no domínio próprio do valor *in absentia* e situado no plano do estudo empírico da linguagem, o domínio do valor *in praesentia*? Segundo Bouquet (1997), a resposta da última questão é clara, pois o valor *in praesentia* abrange tudo o que a sintaxe estuda na linguagem, sendo que a palavra sintaxe deve ser compreendida em um sentido

²² Para Bouquet (1997), esse fato não espanta mais quando lemos o comentário de Sechehaye, no qual transparece que este último não assimilou (e portanto *a priori* Bally também não) a complexidade da noção de “valor”.

amplo de uma teoria do fato sintagmático, ou seja, de uma teoria que é do ofício de o caráter linear, espacial da produção linguística. Por mais que não haja, conforme Bouquet, em relação a esse assunto, nenhuma descrição de um programa previsto de averiguação nos textos saussurianos, estes dão indícios de uma singularidade que não pode ser contestada e de um rigor perfeito quanto aos princípios epistemológicos aptos a servirem de base às teorias sintáticas que eles inauguraram.

Anteriormente, mencionamos que Saussure, nas aulas em que define as duas ordens *in praesentia* e *in absentia* do valor, considera essas ordens respectivamente homólogas da ordem da fala e da língua. Entretanto, Bouquet (1997) comenta que essa explicação é reconhecida por Saussure como não resolvida, uma vez que o aluno Robert Godel reconheceu, nas últimas páginas de *Sources manuscrites*, que a distinção entre língua e fala, em particular, permanece turva. Nesse sentido, na aula de 27 de junho de 1911, logo após ter feito a diferenciação entre “o agrupamento *in praesentia* e o agrupamento *in absentia*, Saussure continua:

Os sintagmas, embora constatados em combinações que não são frases, têm por tipo evidente as próprias frases. Toda frase será um sintagma. Ora, a frase pertence à fala e não à língua. Então, uma objeção: será que o sintagma não pertence à fala e será que não misturamos as duas esferas *língua-fala* para distinguir as duas esferas *sintagma-associação*? É com efeito aqui que há algo de delicado na fronteira dos dois domínios. Questão difícil de resolver (TERCEIRO CURSO, 1910-1911, *apud* BOUQUET, 1997, p. 272).

Segundo Bouquet (1997), Saussure, no CLG, acrescenta a este argumento a ideia de que mesmo nos fatos que pertencem à língua, há sintagmas. No início da aula seguinte, 30 de junho, Saussure retoma a afirmação de que a divisão das relações *in praesentia* e *in absentia* recobre a dos domínios da língua e da fala:

Revertendo a ordem das séries consideradas, podemos dizer: O espírito estabelece ao todo duas ordens de ligação entre as palavras: 1. fora da fala, a associação que se faz na memória entre palavras que oferecem qualquer coisa em comum- cria diferentes grupos, séries, famílias, no seio dos quais reinam as relações mais diversas mas inseridas numa só categoria; são as relações associativas; 2. na fala, as palavras são submetidas a um gênero de relações independente do primeiro e dependente de seu encadeamento, são as relações sintagmáticas (TERCEIRO CURSO, 1910-1911, *apud* BOUQUET, 1997, p. 273).

Bouquet (1997) resume da seguinte forma: pelo fato de Saussure ter mencionado que a língua poderia ser comparada a um “tesouro de signos”, a teoria do valor, que é um ponto essencial de sua linguística estática, abrangendo o valor *in praesentia*, indica que a língua não poderia ser diminuída a esse “tesouro”²³. Essa ideia fica clara, segundo Bouquet, na definição da linguística dada a Riedlinger em 1908: que exige a abrangência de uma teoria dos elementos do discurso nessa linguística ou na declaração do terceiro curso, conforme a qual a “faculdade de coordenação” deve ser somada ao fato do signo com o objetivo de atingir o conceito de língua. Para o autor, julgar a separação entre a língua e a fala é, portanto, tirar as consequências daquilo que Saussure realiza com perfeição, a saber, que o “agrupamento *in praesentia*” compõe um item distinguível mas indissociável do fato semântico.

Bouquet (1997) comenta que, no momento em que a formação dos signos é chamada fala, a separação da língua e da fala pode ser motivo de crítica não somente em nome da proposição da indestrutibilidade do valor *in absentia* e do valor *in praesentia*, porém ainda, mais especificamente, conforme os três argumentos a seguir:

a) A sintaxe só se manifesta na fala; ora, ela faz parte da língua. Pelo menos dois motivos, internos ao estudo de Saussure, amparam essa afirmação. O primeiro motivo é técnico, uma vez que as entidades sintáticas, apresentadas por Saussure como entidades da língua, só podem ser detalhadas na dimensão da fala. Nesse sentido, a teoria da língua (teoria da sintaxe ou teoria das posições) é uma teoria da fala. O segundo motivo é metafísico, pois o valor que provém da sintagmação (propriedades sintáticas concretas) é envolvido no que foi conceituado como generalidade do específico, ou seja, esse valor decorre, por definição, de uma língua específica. A partir desse ponto de vista, a capacidade sintática que tem um indivíduo que fala uma determinada língua, entra na definição dessa língua que, na verdade, é a “imagem admissível” da mesma dada em sua gramática. Bouquet (1997) apresenta um contraponto a essa ideia e afirma que, quando trazemos a suposição de um nível universal desse conhecimento sintático, esse nível fica reduzido apenas ao plano lógico da predicação. Trata-se de um nível, na medida em que compõe um fundamento que serve de base à atualização da generalidade do específico, pode fazer parte de uma teoria da língua.

b) O fato sintagmático é transversal às unidades lexicais da língua e às unidades da fala. A partir da leitura de Bouquet (1997), vimos os diversos níveis da sintagmação postos como níveis dos componentes que pertencem ao “tesouro” da língua: o nível das subunidades (os afixos e as desinências), o nível das palavras compostas ou derivadas e o nível das lexias.

²³ Para Bouquet (1997), o termo “tesouro” pertence, além disso, ao domínio da lexicologia clássica.

Estes níveis, segundo Saussure, são regidos por um princípio de organização homogênea. Essa proposição se baseia em uma propriedade lógico-gramatical atravessada a esses diferentes níveis. Nesse sentido, o autor afirma que o processo diacrônico dessas invenções linguísticas é claro, já que existe, em todos os casos, assim como observa Saussure, aglutinação de uma “combinação primordial que reside na frase”, por causa de um “sintagma que passa pela esfera associativa”. Desse modo, se esse acontecimento aponta para a capacidade da língua de usar uma forma lógico-gramatical como segmento de criação lexical, ele demonstra inclusive que a língua usa itens posicionais para compor termos morfológicos, como por exemplo, os termos flexionais, garantindo a importância do caráter posicional lógico-gramatical. Mais do que isso, se nas palavras compostas e nas lexias (vocábulo e/ou expressões), a fronteira entre língua e fala parece fácil de fixar, ele é, no entanto, fundamentalmente móvel, uma vez que a fala autoriza uma criação sem fim de “compostos provisórios” e, além de um sintagma único, os sintagmas que vão aparecendo na fala vão “transformando-se gradualmente em lexias”. Essa ideia, segundo Bouquet (1997) tem como consequência o seguinte:

c) Há relações sintagmáticas *in absentia*. Segundo Bouquet (1997), ao contrário dos argumentos anteriores, esta ideia não tem como base diretamente os enunciados de Saussure. Este último argumento é resultado da pura lógica da teoria do valor. Com efeito, entre as diversas “séries associativas” das quais, por determinação, toda palavra dada de uma língua realiza virtualmente parte, como por exemplo, os exemplos de termos imaginados a partir da palavra *ensinamento* que é exemplificado pelo *Curso*, cabe incluir a série dos sintagmas nas quais esse termo pode entrar, e principalmente aqueles nos quais ele pode ser incluído mais naturalmente. Para detalhar essa ideia, Bouquet (1997) apresenta o exemplo simples de um sintagma frásico. Existe um enunciado virtual que consiste, no quadro de uma “relação equativa”, ou seja, subordinada, em “associar a um signo o sentido desse signo”. É a esse tipo de enunciado que pertence a definição apresentada pelo dicionário da língua. Desse modo, a uma palavra como *ensinamento* pode ser naturalmente associado um sintagma como “o ensinamento é a transmissão de conhecimentos a um aluno”, mais naturalmente, por exemplo, do que o sintagma “o ensinamento é um mamífero aquático”.²⁴ Para Bouquet (1997), fica claro que o sentido dos termos lexicais está ligado, de forma estrutural e no processo de aquisição, a esses sintagmas, portanto são ligados *in absentia* aos termos lexicais. Assim, para

²⁴ Bouquet (1997) afirma que, da mesma forma, é graças a uma ligação predicativa (ou seja sintagmática) virtual que um adjetivo como *branco* forma um sistema com um substantivo como *neve*, que qualifica naturalmente.

este estudioso, podemos garantir absolutamente como um termo lexical é relacionado a todos os outros termos lexicais de uma língua, e como ele está também em relação, de diferentes maneiras, com todos os sintagmas virtuais em que pode estar em contato, ou seja, com toda a fala em que pode entrar²⁵.

Neste primeiro capítulo, fizemos um recorte de alguns conceitos presentes no CLG e trouxemos apontamentos feitos por leitores de Saussure. No segundo capítulo, traremos conceitos linguísticos na perspectiva da Linguística Textual, uma vez que estabeleceremos uma aproximação (no terceiro capítulo) entre alguns conceitos estudados no primeiro e no segundo capítulos.

²⁵ Conforme Bouquet (1997), se os itens lexicais de uma língua são em número finito, os sintagmas virtuais não são certamente em número infinito: eles são, no máximo, em número indefinido (pelo menos em razão de estreiteza de limitação que pesa sobre a possibilidade de recursividade linguística).

2 LINGUÍSTICA TEXTUAL: um saber no campo da linguística

Este segundo momento do trabalho tem o objetivo de apresentar reflexões e conceitos da Linguística Textual e, ainda que brevemente, o caminho percorrido por esse ramo da Linguística até nossos dias.

2.1 ORIGENS E PRECURSORES: UM CAMINHO TRILHADO

Em sua fase inicial, o que compreende a segunda metade da década de 1960 até meados da década de 1970, a Linguística Textual preocupou-se com o estudo dos mecanismos interfrásticos, ou seja, com o estudo das frases, das sentenças. Nesse sentido, segundo Koch (2009) o texto era então concebido como uma frase complexa, como um signo linguístico primário, como uma cadeia de pronominalização ininterruptas, como uma sequência coerente de enunciados, enfim como uma cadeia de pressuposições.

No estudo das relações que acontecem entre enunciados, enfatizaram-se as relações referenciais, mais especificamente a correferenciação, o que constitui um dos elementos principais da coesão textual. Nessa direção, Harweg (1968 *apud* KOCH, 2009) afirma que são os pronomes que irão compor uma sequência de frases em texto. Essa linguista aborda o termo pronome em um sentido bastante amplo, ou seja, como toda e qualquer expressão linguística que retoma outra expressão linguística, como um termo correferencial. Dessa forma, o texto é produto de um múltiplo referenciamento, o que resulta na definição de texto como uma soma de unidades linguísticas construídas a partir de uma concatenação pronominal ininterrupta.

Segundo Koch (2009), podemos perceber, inicialmente, que o estudo das relações referenciais restringia-se aos processos correferenciais: anafóricos e catafóricos. Os fenômenos remissivos não correferenciais (as anáforas associativas e indiretas, a dêixis textual, entre outros objetos de estudo da Linguística Textual) raramente eram abordados.

Pouco a pouco, autores alemães (Isenberg, 1968; Vater, 1979 *apud* KOCH, 2009) foram fazendo menção às anáforas de tipo associativo. Neste momento, a Linguística Textual ainda não levava muito em consideração a possibilidade de retomada anafórica de porções

textuais de maior ou menor tamanho, como acontece, frequentemente, com o uso de demonstrativos neutros *isto, isso, aquilo*.

Pelo fato, na construção de um texto, de a atividade de retomada ser fundamentalmente acompanhada de progressão, inúmeros autores voltaram-se aos estudos relacionados aos tipos de relações e/ou encadeamentos que acontecem entre enunciados, especificamente quando não apareciam marcados por conectores. Conseqüentemente, conforme Koch (2009), as pesquisas concentraram-se no estudo dos recursos de coesão textual, o qual envolvia o da coerência, nesse instante compreendida como simplesmente uma propriedade ou característica do texto.

Nessa primeira fase da Linguística Textual, a ideia de que o texto seria a unidade linguística mais alta, superior à sentença, fez com que os linguistas, de um modo geral, começassem a se preocupar em criar gramáticas textuais, por analogia com as gramáticas de frase. Segundo Koch (2009), tratava-se de descrever categorias e regras de combinação do texto em determinada língua. Essa estudiosa comenta que as tarefas essenciais de uma gramática do texto seriam: verificar o que faz com que um texto seja um texto; levantar critérios para a delimitação de textos e diferenciar as várias espécies de textos.

Dessa forma, passou-se a documentar a existência de uma competência textual, semelhante à competência linguística chomskyana²⁶, já que todo falante tem a capacidade de diferenciar um texto coerente de um amontoado incoerente de enunciados. Tal competência delimita-se à competência linguística, em seu sentido amplo: capacidade do falante de resumir, parafrasear, de dar um título, ou de produzir um texto a partir de um enunciado dado.

De acordo com Koch (2009), abandonou-se o método anterior: da frase para o texto, sendo que a partir da unidade mais alta (o texto) pretendia-se chegar, por intermédio da segmentação, às unidades menores, com o objetivo de classificá-las. Entretanto, esta classificação e segmentação somente seriam possíveis, desde que não se perdesse a função textual dos elementos individuais, levando em consideração que o texto não pode ser visto somente como uma sequência de cadeias significativas. Nesse sentido, Hartmann (1968 *apud* KOCH, 2009) afirma que o texto é considerado o signo linguístico que vem por primeiro, somando-se aos seus componentes o estatuto de signos parciais.

²⁶ Conforme Chomsky 1997, a gramática gerativa teve origem no contexto do que frequentemente é chamado de a revolução cognitiva dos anos 50, e foi um elemento fundamental no desenvolvimento dela. Nesse momento dos estudos linguísticos, aconteceu uma mudança de perspectiva importante, pois passou-se do estudo do comportamento e seus produtos (textos, por exemplo) para os mecanismos internos que entram em pauta no pensamento e na ação.

Inserido nesta linha teórica, o texto, encarado como a unidade linguística hierarquicamente mais elevada, compõe um estatuto do sistema linguístico, no qual as combinações possíveis em cada língua devem ser definidas pelas regras de uma gramática textual. Exemplos destas gramáticas são as documentadas por diversos autores, os quais deixaram na escola a herança de análises textuais da estrutura superficial e profunda (Weinrich, 1964, 1971, 1976, Petöfi, 1973, Van Dijk, 1972 *apud* KOCH, 2009).

Cabe aqui apresentarmos um pouco dos métodos, das pesquisas realizadas por esses gramáticos ao longo de seus estudos. Conforme Koch (2009), Harald Weinrich sempre teve como objetivo principal a elaboração de uma gramática textual. Seus trabalhos deram início à edificação de uma macrossintaxe do discurso, tendo como base o aspecto textual de categorias gramaticais como: os artigos, os verbos e alguns advérbios. Esse gramático também documentou como método de perguntas e respostas o da partitura textual, o qual consiste em juntar a análise por tipo de palavras e a formação sintática do texto num único modelo, como se fosse uma partitura musical de duas vozes. Para Weinrich *apud* KOCH (2009), toda linguística é fundamentalmente linguística de texto, já que sendo estruturalista, determina o texto como uma sequência linear composta por lexemas e morfemas, os quais formam o contexto do texto. Enfim, o texto é uma estrutura determinativa, em que todos os elementos estão interligados. Somente em 1982, depois de muitos anos de pesquisa, sua Gramática textual de língua francesa foi publicada e, em 1993, a Gramática textual de língua alemã, na qual o escritor pode colocar em prática sua ideia de elaborar gramáticas textuais.

Podemos destacar também o modelo apresentado por Janos Petöfi (1973 *apud* KOCH 2009), o qual consta de uma base textual, em que o fundamental é o léxico, com suas diferentes representações semânticas intensionais. Nesse sentido, o modelo possibilita: a análise, a síntese e a comparação de textos. Sua teoria previa também um componente contextual, composto por um subcomponente semântico-extensional, responsável pela interpretação semântica, e um subcomponente pragmático, responsável pelas questões de produção e recepção de textos. Sua teoria foi denominada como Estrutura do Texto/Estrutura do Mundo, a qual está direcionada na relação entre a estrutura de um texto e as suas interpretações extensionais do mundo.

Por sua vez, Teun van Dijk (1972 *apud* KOCH 2009) foi um dos pioneiros da Linguística Textual, pois trilhou um riquíssimo caminho dentro dos estudos do texto/discurso, dedicando-se à construção de gramáticas textuais. Para tanto, levantou a favor dessas gramáticas inúmeros argumentos, dentre eles que a gramática de texto oferece melhor base linguística para a elaboração de modelos cognitivos do desenvolvimento, produção e

compreensão da linguagem, e que uma gramática textual fornece um melhor embasamento para o estudo do texto e da conversação em diferentes contextos como, por exemplo os sociais e institucionais. Nesse sentido, quanto aos tipos de texto, a influência mais forte foi deste linguista, pois seu conceito de superestrutura, aplicado à descrição de diversos tipos de texto, teve grande aceitação no Brasil, tendo inspirado trabalhos bastante instigantes. O mesmo aconteceu com o conceito de macroestrutura e a descrição das estratégias de sumarização, que foram aplicadas não somente em uma série de trabalhos sobre compreensão e produção de textos e sobre a produção de resumos, publicados em livros e revistas especializadas, como também em inúmeras teses e dissertações orientadas pelos pesquisadores que atuam na área da Linguística Textual.

Koch (2009) comenta que o modelo de gramática apresentado por Teun van Dijk apresenta três pontos essenciais: a) insere-se no quadro teórico gerativo; b) utiliza em grande parte o instrumental teórico e metodológico da lógica formal; e c) busca integrar a gramática do enunciado na gramática do texto, afirmando que a tarefa principal de uma gramática textual é especificar as estruturas profundas a que denomina macroestruturas textuais.

Para van Dijk (1972), é a macroestrutura profunda que detalha a coerência do texto, ou seja, sua estrutura temático-semântica global. Koch (2009), explica que se trata da forma lógica do texto, que define a significação do texto como um todo. Por outro lado, a microestrutura é a estrutura superficial do texto, formada por um segmento de frases.

Nessa direção, van Dijk (1997) postula que uma caracterização semântica das estruturas discursivas deveria acontecer também em um nível de uma organização mais global, ou seja, nas macroestruturas. Para esse estudioso, as condições de coerência semântica têm que formular relação com noções tal como o Tópico de conversação²⁷ e o Tópico de discurso²⁸.

Esse mesmo estudioso, limita-se a algumas observações com a relação à natureza linguística e, em particular, semântica das macroestruturas, referindo-se indiretamente à evidência cognitiva que elas constituem um nível separado de análise linguística.

Cabe ainda destacar, conforme Koch (2009) que, além desses estudiosos, os quais se dedicaram à construção de gramáticas textuais, também outros dedicados à linguística do texto da época incluíram em suas pesquisas uma orientação semântica para tratar do que até

²⁷ Segundo van Dijk 1997, trata-se de um tópico que encontra-se na microestrutura do texto, ou seja, na estrutura superficial do texto; refere-se a todo processo de referenciação.

²⁸ De acordo com van Dijk 1997, refere-se à macroestrutura do texto que explicita a coerência do texto, ou seja, define a significação do texto como um todo.

então chamavam de texto. Dessa forma, são inúmeros os autores que abordam os fenômenos semânticos, como as cadeias isotópicas, as relações semânticas entre os enunciados do texto não relacionados por conectores, os que definem o texto como sequência coerente de enunciados e cadeia de pressuposições (Isenberg, 1970, Bellert, 1970 *apud* KOCH, 2009).

Alguns conceitos ganham um *status* mais significativo nos estudos do texto, uma vez que, sem eles, seus estudiosos perceberam que não se podia construir uma perspectiva teórica produtiva para o trabalho com e sobre o texto. Um deles é a coerência que ganha um espaço singular (podemos dizer até hoje) com as reflexões e pesquisas feitas pelo linguista Michel Charolles. O termo coerência de que falam, nessa época²⁹, mesmo que comece a diferenciar-se da coesão, ainda é simplesmente a coerência sintático-semântica. Charolles (1997) apresenta quatro macrorregras de coerência textual, ou seja, quatro regras necessárias para que um texto possa ser considerado coerente: conter, em seu desenvolvimento linear, elementos de recorrência estrita; existir no texto uma contribuição semântica permanentemente renovada, pela frequente soma de novos conteúdos; em seu desenvolvimento, não se introduzir nenhum elemento semântico que diga o contrário de um conteúdo apresentado ou pressuposto por uma utilização anterior; se todos os enunciados de um texto e os fatos que denotam no mundo nele representado estiverem relacionados entre si, de alguma forma. Posteriormente, Charolles (1997) apresenta o acréscimo da metarregra de macroestrutura, tomada de empréstimo a van Dijk.

Do ponto de vista de Dressler (1970, 1972 *apud* KOCH, 2009), é arbitrário estabelecer limites rígidos entre sintaxe e semântica, pois esta última é que deve constituir o ponto de partida. Nesse sentido, cabe à semântica explicar a representação da estrutura do sentido de um texto ou de uma parte deste, mais propriamente as relações de sentido que ultrapassam o significado das frases analisadas isoladamente.

Em seus estudos referentes à geração de textos, Dressler (1970, 1972 *apud* KOCH, 2009), dedica uma atenção especial ao tema texto que, conforme o estudioso, está ligado com o significado global (a base T-semântica) diante de um desenvolvimento temático e uma coesão semântica. Percebe-se, assim, que a década de 1970 foi produtiva para os estudos do texto, na medida em que coloca em pauta a organização do texto e a construção do seu

²⁹ O artigo *Introdução aos problemas de coerência dos textos* foi publicado na França, em 1978, no qual Charolles apresenta as condições teóricas para sua Gramática de Texto (GT). Cabe dizer que a GT foi considerada como o segundo momento da Linguística Textual, fase que procurou avançar em relação aos estudos transfrásticos (o texto como uma extensão da frase) para considerá-lo não mais como equivalente à soma de seus componentes sintáticos.

sentido³⁰. Essa organização do texto se dá por relações que se estabelecem entre signos linguísticos, “escolhidos” no inventário da língua e combinados em sintagmas.

Conforme Koch (2009), outros estudiosos como Brinker (1973), Rieser (1973,1978) e Viehweger (1976, 1977) afirmam que, na superfície do texto, apenas poderia ser encontrada parte do sentido de um texto, porém nunca a totalidade de suas informações semânticas, uma vez que para isso é fundamental retornar-se à sua estrutura semântica de base. Isso quer dizer que as estruturas de superfície compõem formas de atualização provindas de estruturas semânticas profundas. Dessa forma, esses autores postulam que os articuladores de ordem sintática funcionam apenas como marcas suplementares, as quais desempenham um papel de gerenciadoras da compreensão para o interlocutor. Entretanto, não demorou para que os linguistas de texto sentissem a necessidade de ir além da abordagem sintático-semântica, visto ser o texto a unidade essencial de comunicação/interação humana.

Nesse sentido, os estudos referentes à Linguística Textual ganham um novo tratamento: não se trata apenas de pesquisar a língua como um sistema que tem autonomia, mas sim, a sua função nos procedimentos de comunicação de uma sociedade real. Nesse momento, o que interessa são os textos-em-funções, ou seja, os textos deixam de ser encarados como produtos finalizados, que devem ser estudados sintática ou semanticamente, passando a ser vistos como elementos formadores de uma atividade difícil de solucionar, como formas de realização de intenções comunicativas e sociais do falante, como postula Heinemann (1982 *apud* KOCH, 2009).

Na metade da década de 1970, novas orientações vieram da Psicologia da Linguagem: um modelo de base que compreendia a língua como uma forma específica de comunicação social, da atividade verbal humana, interconectada com outras atividades (não-linguísticas) do ser humano. Diante disto, a Linguística Textual teria a tarefa de comprovar que os pressupostos e o suporte metodológico dessas teorias eram removíveis ao estudo dos textos e de sua produção/recepção, ou seja, que se teria condições de conceder também aos textos a aptidão de formas de ação verbal.

Inúmeros autores postularam sobre esta problemática, dentre eles Wunderlich (1976 *apud* KOCH, 2009), autor pertencente à primeira geração de linguistas alemães interessados em estudos referentes ao texto, que foi um dos principais responsáveis pelo acréscimo da pragmática às pesquisas sobre o texto.

³⁰ Por volta de 1970, esse sentido trazido pela Linguística Textual preocupava-se mais com a soma de ideias do que propriamente com as relações semânticas estabelecidas no texto, uma vez que não se tinha essa clareza, que hoje, com os estudos da referenciação se tem.

Uma teoria sociologicamente ampliada da comunicação linguística é proposta por Schmidt (1973 *apud* KOCH, 2009), o qual define o texto como todo elemento verbalmente enunciado de um ato de comunicação fundamental em uma interação comunicativa, que apresenta uma temática e desempenha uma função comunicativa compreensível. Para esse autor, é somente no momento em que o locutor realiza uma função sociocomunicativa identificável por parte dos envolvidos no ato de comunicação que o todo de enunciados linguísticos vem a compor um procedimento textual com coerência. Nesse sentido, a textualidade é a forma de todo e qualquer ato comunicativo transmitido por sinais, inclusive os linguísticos.

Segundo Koch (2009), a Linguística Textual investigou os meios e as regras relacionadas na produção e na recepção de textos-em-função, bem como o encaminhamento de um esboço de modelo de comunicação linguística, que formasse um sistema de sugestões relativas ao ato de comunicação e seus potenciais de ordem estruturais. Diante de todos esses avanços, o conceito de coerência passa a compor, juntamente dos fatores sintático-semânticos, inúmeros fatores de natureza pragmática e contextual. Neste exato momento, Charolles (1997) realiza uma virada pragmática importante em seu conceito de coerência textual, passando a enxergá-la como um princípio de interpretabilidade do discurso, o que leva a concluir que não há sequências de enunciados incoerentes em si, uma vez que, em uma troca social, é sempre possível criar um contexto em que uma sequência aparentemente incoerente passe a ter sentido.

Na próxima seção, trataremos dos principais conceitos da Linguística Textual, tendo presente os estudos das décadas de 1960 a 1980.

2.2 LINGUÍSTICA TEXTUAL: ALGUNS CONCEITOS

Com relação aos estudos da Linguística Textual, tendo presente os objetivos deste estudo, destacaremos a seguir os seguintes conceitos: texto, textualidade e coesão.

2.2.1 TEXTO E TEXTUALIDADE

Os estudos da Linguística Textual iniciados nos anos 60 sempre tiveram a preocupação de definir seu objeto – o TEXTO. Por muito tempo se estudou o que seria um texto.

Conforme Koch (1999), na primeira metade da década de 1980, publicaram-se em nosso país obras introdutórias, que visavam não somente apresentar ao leitor brasileiro a Linguística Textual, seus objetivos, pressupostos e categorias de análise, mas uma visão geral do que se vinha desenvolvendo nesse ramo em outros países: *Linguística de Texto: O Que é e Como se Faz*, de Luiz Antônio Marcuschi e *Linguística Textual: Introdução*, de Ingedore G. Villaça Koch e Leonor L. Fávero, ambos publicados em 1983 e o artigo de Ignácio Antônio Neis, intitulado *Por uma Gramática Textual*, 1981.

Para Koch (1999), os aspectos mais enfatizados nessa época, como também na segunda metade da década de 1980, foram os critérios ou padrões de textualidade propostos por Beaugrande e Dressler (1981 *apud* KOCH, 1999), especialmente a coesão textual, esta focalizada em geral sob a perspectiva de Halliday e Hasan (1976 *apud* KOCH, 1999), mas inspirando-se, também, nos estudos da escola funcionalista de Praga quanto às questões de progressão temática; a coerência textual; a intertextualidade; a tipologia de textos; a produção/compreensão/sumarização de textos; os mecanismos de conexão (conectores semânticos e pragmático/discursivos); outros processos linguísticos vistos sob a ótica textual (topicalização, referenciação, nominalização, tempos verbais; emprego do artigo, etc.).

A partir dessa trajetória de estudos, segundo Fávero e Koch (2002), o texto é tomado em duas acepções:

(...) texto, em sentido lato, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano, (quer se trate de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme etc.), isto é, qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos. Em se tratando da linguagem verbal, temos o discurso, atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor e o evento de sua enunciação. O discurso é manifestado, lingüisticamente, por meio de textos (sentido estrito). Neste sentido, o texto consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto – os critérios ou padrões de textualidade, dentre os quais merecem destaque especial: a coesão e a coerência (FÁVERO e KOCH, 2002, p. 25).

Dessa forma, o texto, enquanto um todo significativo, é dotado de fatores de textualidade: coesão, coerência, informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade e, dentre eles, está a coesão que é fundamental para que esse todo não seja um amontoado de frases desconexas. Assim, cabe aos mecanismos coesivos estabelecer relações textuais as quais compõem a tessitura do texto.

Segundo Koch (2009), surge uma nova orientação nos estudos do texto, na década de 1980: a abordagem procedural. A virada cognitivista acontece a partir da tomada de consciência de que toda ação é necessariamente acompanhada de processos mentais e tipos de operações realizadas por quem desempenha a ação comunicativa. A partir dessa abordagem, compreende-se que, tanto o locutor quanto o interlocutor, possuem saberes acumulados dependendo dos diversos tipos de atividades da vida social, e que, dessa forma, estes sujeitos têm conhecimentos representados na memória, os quais precisam ser ativados para que sua atividade social estabeleça comunicação. Dessa forma, trazem para o momento de comunicação determinadas probabilidades, conhecimentos de mundo, experiências, para todas as partes da construção do texto, não apenas para os signos linguísticos serem traduzidos pelo outro, mas, principalmente, para a concretização da atividade da compreensão de textos.

Nessa direção, segundo Beaugrande e Dressler (1981 *apud* KOCH, 2009), o texto surge por inúmeras operações cognitivas ligadas umas às outras, de modo que cabe à Linguística Textual aprimorar modelos procedurais de detalhamento do texto, os quais devem dar conta dos processos cognitivos, que possibilitam condições a conexão dos diferentes sistemas de conhecimento dos interlocutores, no detalhamento e na descoberta de processos para sua renovação e procedimento no campo das motivações e métodos de produção e compreensão de textos.

Conforme Heinemann e Viehweger (1991 *apud* KOCH, 2009), para o processamento de um texto, quatro grandes sistemas de conhecimento são necessários: o linguístico, o enciclopédico, o interacional e os modelos textuais globais. Veremos a seguir esses quatro conhecimentos, de uma forma mais detalhada:

a) O conhecimento linguístico é composto pelos conhecimentos gramatical e lexical, assim responde pela articulação som-sentido. É ele o responsável pela organização do conteúdo linguístico na superfície de um texto, pela utilização dos meios de coesão que a língua nos oferece para realizar o enfraquecimento ou a progressão textual, pela escolha lexical apropriada ao tema como também aos modelos cognitivos ativados.

b) O conhecimento enciclopédico é aquele que se encontra na memória do indivíduo, independente de ser do tipo declarativo, composto por orações e/ou frases a

respeito dos acontecimentos do mundo, ou do tipo episódico, formado por modelos cognitivos socioculturalmente construídos pelas experiências.

Nesse caso, Koch (2009) admite a existência de modelos cognitivos que têm origem tanto da Inteligência Artificial quanto da Psicologia da Cognição e recebem denominações diferentes, dependendo do estudioso ou da abordagem teórica: frames, scripts, cenários, esquemas, modelos mentais, modelos episódicos ou de situação etc. Tais modelos são caracterizados como formas complexas de conhecimentos, que reproduzem as vivências em sociedade e que são utilizadas como sustentação para os procedimentos conceituais. Com certa frequência são representados em forma de redes, nas quais as partes conceituais são ditas como variáveis ou *slots* que, no decorrer dos processos de compreensão, são ocupados com valores concretos ou *fillers*.

Podemos afirmar também, segundo Koch (2009), que esses modelos são formados por conjuntos de conhecimentos socioculturalmente dados e construídos pela vivência, os quais contêm conhecimentos de diferentes situações e eventos, bem como conhecimentos sobre como agir em determinadas situações, chamados de conhecimentos procedurais. Em um primeiro momento, são específicos, particulares, construídos no cotidiano e, por esse motivo, guardados na memória episódica. Após inúmeras experiências do mesmo gênero, tais modelos vão se tornando amplos ao ponto de abstrair as ocorrências particulares das específicas e, quando são comuns aos demais componentes de um grupo social, passam a compor a memória enciclopédica ou semântica.

Segundo van Dijk (1989 *apud* KOCK, 2009), para o processamento da informação selecionam-se os modelos com o auxílio dos quais o atual estado de coisas pode ser compreendido. As partes não explícitas no texto são *inferidas* do próprio modelo. Na ausência de informação explícita em contrário, utiliza-se como preenchedor (*filler*) a informação padrão (*standard*).

Com base nesses modelos podemos realizar certas inferências que nos dão condições para suprir lacunas ou ideias que se encontram incompletas na superfície do texto.

c) O conhecimento interacional, por sua vez, é o conhecimento referente às ações verbais, ou seja, sobre as maneiras de interação que acontecem através da linguagem. Envolve os conhecimentos do tipo ilocucional, comunicacional, metacomunicativo e superestrutural.

Com relação a este conhecimento, Koch (2009) comenta que ele oferece condições para saber os objetivos que um falante, em determinada situação de troca linguística, pretende alcançar. São conhecimentos a respeito de tipos de objetivos (ou tipos de atos de fala), que

frequentemente são verbalizados por intermédio de enunciações próprias, diretas, as quais exigem dos interlocutores o conhecimento suficiente para alcançar o objetivo ilocucional.

Ainda sobre este conhecimento, Koch (2009) ressalta que é aquele que engloba as normas comunicativas mais amplas, como as máximas trabalhadas por Grice (1975 *apud* KOCH, 2009) bem como envolve a quantidade de informação suficiente numa dada situação para que o interlocutor tenha condições de construir novamente o objetivo do produtor do texto. Além disso, este conhecimento envolve a seleção linguística necessária e adequada para cada situação de interação, o que engloba a adequação dos tipos de textos às situações de comunicação.

d) O conhecimento superestrutural ou modelos textuais globais, conforme Koch (2009), permite a quem produz o texto evitar determinados incômodos na comunicação ou sanar dificuldades frequentes na formulação textual, como por exemplo: repetições, correções, glosas etc. Esse conhecimento envolve inúmeros tipos de ações linguísticas que, de certo modo, permitem ao locutor garantir a compreensão do texto e atingir a aceitação, pelo parceiro de comunicação, de seus objetivos.

Ainda sobre estes modelos textuais globais, Koch (2009) afirma que ele permite aos interlocutores o reconhecimento de textos de determinado gênero ou tipo. Além disso, engloba conhecimentos sobre as macrocategorias ou unidades globais que diferenciam os inúmeros tipos de textos, sobre a sua ordem ou sequência, também chamadas de superestruturas textuais, assim como sobre a ligação entre objetivos. Conforme Heinemann e Viehweger (1991 *apud* KOCH, 2009) não saberiam responder em suas publicações iniciais quais conhecimentos específicos estariam aí relacionados. Entretanto, Koch (2009) aponta algumas aproximações, por exemplo, com os modelos cognitivos contextuais de van Dijk (1994, 1997), os tipos de atividades, sugeridos por Levinson (1979) entre outros, que mudam conforme a perspectiva teórica. Para Koch (2009) a aproximação mais produtiva poderia ser realizada com o conceito de gênero que, frequentemente, volta a ocupar lugar central nos estudos que dizem respeito ao texto e ao discurso.

Heinemann e Viehweger (1991 *apud* KOCH, 2009), destacam que a cada uma dessas operações de conhecimento corresponde um conhecimento específico sobre como praticá-lo, ou seja, um conhecimento de tipo procedural, o que significa abordar os procedimentos ou rotinas por meio dos quais esses sistemas de conhecimentos são colocados em prática na produção textual. Tal conhecimento funcionaria como um sistema de controle dos outros sistemas, com o objetivo de adaptá-los ou readequá-los às necessidades dos sujeitos no momento da comunicação.

Segundo Koch (2009), o conhecimento procedural envolve outros, como por exemplo, o saber a respeito das práticas particulares do meio sociocultural, bem como o conhecimento das estratégias de comunicação: polidez, negociação, representação positiva de si mesmo, atribuição de mal entendidos, ou fracassos na comunicação etc. Dessa forma, o processamento do texto é estratégico, uma vez que implica a mobilização de diferentes sistemas de conhecimento. Para efeito de exposição, Koch (2009) divide tais estratégias em: cognitivas, sociointeracionais e textualizadoras.

Nessa direção, van Dijk e Kintsch (1983 *apud* KOCH, 2009) afirmam que o processamento cognitivo de um texto é composto por diferentes estratégias procedurais, compreendendo-se estratégia como uma instrução global para cada escolha a ser feita no curso da ação. Essas estratégias consistem em hipóteses de operação de texto ou de todo um texto. Por procedimento estratégico devemos entender que os usuários da língua o realizam, ao mesmo tempo, em diferentes níveis passos interpretativos, ou seja, a informação é realizada *on-line*.

Isso quer dizer que o processamento estratégico depende não somente de detalhes textuais, mas também de propriedades dos usuários da língua, como seus objetivos, conhecimento de mundo, convicções, independente do tipo de conhecimento (como os citados anteriormente) representado na memória enciclopédica desse sujeito. Resumindo, as estratégias cognitivas são estratégias de uso do conhecimento. Nesse sentido, Dascal (1986) denomina este processo como Psicopragmática, o qual, em cada situação, depende dos objetivos do usuário, de seu conhecimento disponível a partir do texto e do contexto, assim como de suas opiniões e atitudes, o que proporciona, no instante da compreensão, construir novamente não apenas o sentido da intenção por quem produz o texto, mas também outros sentidos, não desejados ou previstos pelo produtor.

Segundo Koch (2009), as estratégias cognitivas são aquelas que consistem na execução de algum cálculo mental por parte dos membros da comunicação. Exemplo clássico são as inferências que permitem criar informação semântica nova, a partir daquela apresentada, em determinado contexto. As inferências constituem estratégias cognitivas através das quais o ouvinte ou leitor, tendo como ponto de partida a informação dada pelo texto e pelo contexto, constrói novas representações mentais entre informação explícita e não explícita no texto. Do ponto de vista de Beaugrande e Dressler (1981 *apud* KOCH, 2009) a inferenciação acontece toda vez que se coloca em prática conhecimento próprio para construir um mundo textual.

Conforme Koch (2009), todo processo de compreensão textual pressupõe tarefas do ouvinte/leitor, de forma que se caracteriza como um processo que exerce uma função e contínua, não apenas de reconstrução. Nesse processo, as unidades de sentido que são ativadas, a partir do texto, se ligam a elementos suplementares de conhecimento retirados de um modelo mais amplo que também é ativado na memória do ouvinte/leitor. Pelo fato de se encontrar nessa situação da produção, o locutor já antevê sobre essas inferências, de maneira que deixa implícitas determinadas partes do texto, supondo que tais lacunas serão preenchidas pelo interlocutor com seus conhecimentos prévios. Por esse motivo, dependendo desses conhecimentos e do contexto, diferentes interlocutores poderão construir várias interpretações de um mesmo texto. Isto quer dizer, então, que os textos só se tornarão coerentes para o leitor/ouvinte através de inferenciação.

Koch (2009) afirma que as estratégias interacionais são estratégias socioculturalmente realizadas que têm como objetivo manter por um bom tempo a interação verbal. Além das estratégias relacionadas à realização dos diferentes tipos de atos de fala, podemos citar as estratégias de preservação das faces, as chamadas *facework* e/ou de representação positiva de si próprio, as quais englobam o uso das formas de atenuação, assim como as estratégias de polidez, de negociação, de atribuição de causas aos mal-entendidos etc.

Sabemos que, na relação linguística, conflitos, mal-entendidos, situações de incompreensão são inevitáveis. Nesse sentido, é preciso que as dificuldades sejam identificadas, bem como o reconhecimento de suas causas. Koch (2009) destaca que, além disso, toda troca linguística envolve a negociação da própria situação e das regras que a regem. Assim, tudo o que envolve uma determinada situação, que diz respeito aos participantes, está sujeito à negociação. Ingedore Koch refere-se a uma construção social da realidade, já que, sendo a realidade social e formada no processo permanente de interpretação e interação, os seus vários itens podem ser considerados e negociados novamente de forma explícita ou implícita.

Dessa forma, para Koch (2009), as diferentes formas de interação têm como objetivo um jogo de linguagem. As estratégias textuais, por sua vez, que também devem ser consideradas interacionais e cognitivas, dizem respeito às escolhas textuais que os interlocutores fazem, realizando assim inúmeras funções e tendo como objetivo a produção de sentidos específicos. Koch (2009), ainda, comenta que, com a virada cognitiva, a Linguística Textual avança em direção a uma nova fase, que vai levar a um novo conceito de texto, o que permitirá desenvolvimentos fundamentais posteriores.

Cabe ainda destacar que a obra de Beaugrande e Dressler (1981 *apud* KOCH, 2009) constitui um dos momentos dessa mudança de direção. Desse modo, os autores buscam conceituar o que seja textualidade, definida, então, como o que faz com que um texto seja um texto, baseados no estudo do que denominam critérios de textualidade. Com a perspectiva sociocognitivo-interacionista não demorou para a separação entre exterioridade e interioridade, presente nas ciências cognitivas clássicas, ser questionada, principalmente pela divisão que acontece entre fenômenos mentais e sociais.

Essa mesma linguista pontua que as ciências cognitivas clássicas (cognição versus textualidade) vêm trabalhando com uma diferenciação bem nítida entre os processos cognitivos que acontecem no interior da mente humana e os processos que acontecem fora dela. Para o cognitivismo, o que interessa é explicar como os conhecimentos que um indivíduo tem estão organizados em sua mente e como eles são postos em ação para resolver situações problemas. O ambiente seria, dessa forma, apenas um meio a ser estudado e representado internamente, ou seja, seria uma fonte de informações para a mente de cada indivíduo.

Nesse sentido, Koch (2009) afirma que, na base do fazer linguístico, se encontra a interação e a troca de conhecimentos e de atenção: os acontecimentos linguísticos não são a junção de inúmeros atos individuais e independentes. Ao contrário, trata-se de uma atividade que se faz com os outros. Para Clark (1996 *apud* KOCH, 2009), a língua é um tipo de ação conjunta. Koch (2009) ressalta que são justamente essas ações conjuntas que englobam a coordenação de mais de uma pessoa para a sua realização, como, por exemplo, dois pianistas realizando um dueto ao piano, um casal dançando, duas pessoas remando uma canoa. Isso quer dizer que uma ação conjunta se diferencia de ações individuais não simplesmente pelo número de pessoas envolvidas, mas pela qualidade da ação, já que nela a presença de mais de um indivíduo e a coordenação entre eles é fundamental para que a ação aconteça.

Inseridas nessa perspectiva, segundo Koch (2009), as ações verbais são ações que podem ser realizadas de forma conjunta, uma vez que utilizar a linguagem é sempre envolver-se em algum acontecimento em que ela é o próprio lugar onde a ação é realizada, sempre em coordenação com os demais. Não se trata de ações simplesmente autônomas de sujeitos independentes e iguais; são ações que vão acontecendo em contextos sociais, com objetivos sociais e com tarefas distribuídas socialmente.

Assim, para Koch (2009), a noção de contexto, tão cara à Linguística Textual, é ampliada mais uma vez, pois inicialmente era visto apenas como co-texto, ou seja, segmentos textuais precedentes e subsequentes ao fenômeno em estudo, entretanto, posteriormente, passa

a constituir a própria interação e seus sujeitos, o que possibilita a construção do contexto, em grande parte, na própria interação.

Na concepção interacional da língua, na qual os sujeitos são considerados autores e/ou construtores sociais, o texto é considerado o próprio lugar da interação e os sujeitos ativos nele se constroem e por ele são construídos, de forma dialógica. Desse modo, Koch (2009) afirma que a produção da linguagem compõe atividade interativa bastante complexa de produção de sentidos, que acontece com base nos itens linguísticos que se encontram na superfície do texto e na sua forma de organização, porém que exige não simplesmente a ativação de um grande conjunto de conhecimentos (enciclopédia), mas a sua reconstrução e, dos próprios sujeitos, no instante da troca verbal.

A partir do grande interesse pela dimensão sociointeracional da linguagem e processos ligados a ela, segundo Koch (2009), surgem ou ressurgem inúmeras questões sobre os estudos da linguagem, entre os quais se encontram as diversas formas de progressão textual (referenciação, progressão referencial, formas de articulação textual, coesão, progressão temática, progressão tópica), a dêixis textual, o processamento sociocognitivo do texto, os gêneros textuais, inclusive da mídia eletrônica, envolvendo questões relacionadas ao hipertexto, a intertextualidade, entre outras.

Em função da análise que pretendemos realizar em nosso quarto capítulo, faremos um recorte entre todos esses conceitos e abordaremos a coesão, enquanto contribuição para a construção da textualidade de um texto.

2.2.2 COESÃO: UM PRINCÍPIO ORGANIZADOR DO TEXTO

Com relação aos princípios de construção textual do sentido, Beaugrande e Dressler (1981 *apud* KOCH, 2009) postulam sete critérios, entre eles coesão e coerência, focados no texto e outros cinco centrados no usuário: situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade. Neste trabalho, destacaremos um desses critérios focados no texto: a coesão, uma vez que temos o objetivo de analisá-la sob a ótica da referenciação, mais propriamente relacioná-la ao encapsulamento anafórico.

Segundo Koch (2009), devemos entender por coesão a maneira como os elementos linguísticos que se encontram na superfície do texto se relacionam, se interconectam, por

meio de ferramentas também linguísticas, de maneira a compor um tecido, uma tessitura, uma unidade de nível superior à da frase, enfim que dela se diferencie qualitativamente.

Halliday e Hasan (1976 *apud* KOCH, 2009), postulam a existência de cinco formas de coesão: a referência, a substituição, a elipse, a conjunção e a coesão lexical. Como, porém, a diferenciação entre referência e substituição, tal como realizada por estes estudiosos, era um tanto quanto questionável, e a elipse era por eles definida como uma substituição por zero, grande parte deles passou a classificar os recursos de coesão em dois grandes grupos, responsáveis pelos dois grandes movimentos de construção do texto: a remissão/referência a elementos anteriores (coesão remissiva e/ou referencial) e a coesão dada em sequência, feita de maneira a garantir a continuidade do sentido do texto. Segundo Koch (2009) no primeiro grupo permaneceram incluídas a referência, a substituição e a elipse de Halliday, assim como parte significativa da coesão lexical; ao mesmo tempo que o segundo grupo passou a envolver a outra parte da coesão lexical, assim como a conexão, ou também chamada de *conjunção hallidiana*.

Koch (2009) postula que a divisão da coesão lexical em dois grupos deve-se ao fato de Halliday ter apresentado que a mesma engloba duas formas de ação: a reiteração e a colocação. Segundo Ingedore Koch, a reiteração acontece por intermédio de repetição de um referente textual pela utilização dos mesmos itens lexicais, sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos e expressões referentes ao nome, tem a mesma tarefa dos outros recursos de remissão textual. No caso, a colocação oportuniza a progressão textual, garantindo, ao mesmo tempo, que o tema se mantenha.

Conforme Koch (2009), entre os mecanismos que apresentam condições de criar a coesão referencial, foram enumerados itens relacionados à gramática, como por exemplo, os pronomes de terceira pessoa, tanto os retos quanto os oblíquos, os demais pronomes (possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos, relativos), os numerais, o artigo definido e alguns advérbios locativos: lá, aí, ali. Estes elementos podem ter, no contexto do texto, função de coesão, ou seja, nem sempre atuam como elementos de coesão. Para melhor demonstrar esta ideia, a linguista cita os seguintes exemplos:

- (1) Vá buscar as crianças na escola. *Elas* saem às 17h.
- (2) Todos os livros estão na estante. *Os meus* são os de capa azul.
- (3) Entrei em casa e corri para o quarto. *Lá* estava o presente, em cima da cama.

Para Koch (2009), itens de ordem lexical também podem exercer a função de coesão referencial, no momento em que forem empregados com a função de confirmar referentes do texto, como por exemplo, a repetição do mesmo elemento, sinônimos, hiperônimos, nomes

genéricos e formas relacionadas ao nome, assim como nominalizações. Nesse sentido, podemos observar os seguintes exemplos citados por Koch (2009):

(4) E a música vinha de longe. *A música* era tranquilizante, doce, cheia de acordes suaves.

(5) A casinhola ficava no meio da floresta. *No casebre*, de chão batido e coberto de sapé, morava um velho lenhador.

(6) Os alunos da escolinha resolveram organizar uma festa junina. Mesmo sem a ajuda dos adultos, *a organização* nada deixou a desejar.

Podemos perceber, a partir do que Koch (2009) postula, que nos exemplos (1) e (3), a coesão acontece por intermédio de recursos de ordem gramatical, assim como ocorre nos exemplos (4) e (6), em que os instrumentos lexicais realizam a remissão a elementos do texto, os quais são retomados na parte seguinte.

Existe, ainda, uma outra maneira de remissão a referentes textuais, bastante claro, de caráter sintático: a elipse, conforme o seguinte exemplo:

(7) Durante muito tempo, os escoteiros tentaram obter socorro. (ϕ) Chamaram, (ϕ) gritaram, (ϕ) acenderam fogueiras, mas de nada adiantou.

Não demorou para os linguistas perceberem que nem sempre o referente de uma forma coesiva vem explícito no texto. Então, em um primeiro momento, autores como Isenberg (1968 *apud* KOCH, 2009) e Vater (1979 *apud* KOCH, 2009) trataram das anáforas ditas associativas, semânticas ou profundas, assim como segue nos seguintes exemplos dados por estes estudiosos:

(8) Ontem houve um casamento. *A noiva* usava um longo vestido branco.

(9) Pedro me molhou todo. *A água* me escorria pelo corpo abaixo.

(10) Era um belo povoado. *A igreja* ficava numa colina.

Depois de muitos outros exemplos, Ingedore Koch entre outros estudiosos verificaram que o referente da forma anafórica necessita ser retirado do conhecimento de mundo, por intermédio da inferência, assim como acontece no exemplo seguinte (19), onde os antecedentes dos pronomes *lo* e *isto* não se encontram explícitos no texto, mas necessitam ser inferidos:

(11) Quando encontrou Lúcia novamente, ela o tratou secamente, como se fosse um estranho. Ele devia tê-*lo* imaginado, ela jamais poderia conformar-se com *isto*.

Koch (2009) destaca também que são muito variados os graus de inferências exigidos para a recuperação do referente de uma maneira anafórica. Por esse motivo, há algum tempo, vem-se realizando uma diferenciação entre anáforas associativas, as quais são

baseadas em relações léxico-estereotípicas, representadas na memória em forma de modelos cognitivos) e anáforas indiretas, as quais exigem um determinado grau de inferência mais elaborado. Esta diferença pode ser visualizada a partir dos seguintes exemplos:

(12) “Quando enfim realizou o sonho de comprar um carro novo, o veterinário Wagner Magalhães Melo teve uma desagradável surpresa. Logo após a compra, Melo notou que o motor estava um pouco estranho” (Fernanda Medeiros e Marcos Rogério Lopes, “Carro novo também é motivo de transtornos”, *OESP*, 18 set.2000).

(13) Durante debate recente em uma Universidade, nos Estados Unidos, o ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque do PT, foi questionado sobre o que pensava da internacionalização da Amazônia. *O jovem* introduziu sua pergunta dizendo que esperava resposta de um humanista e não de um brasileiro (...) (*O Globo*, 23 out.2000).

Segundo a análise realizada por Koch (2009), no exemplo (12) temos uma anáfora associativa, onde existe a inferência automática de que se trata do motor do carro, já que todo carro possui motor. No caso do exemplo (13) é necessário inferir que, em uma universidade, os alunos são, em sua grande parte, jovens e que, por esse motivo, a pergunta foi realizada por um dos alunos da instituição. Por este motivo, a questão da referência é bastante complexa e merece ser estudada de forma minuciosa.

Por sua vez, a coesão sequencial, conforme Koch (2009), diz respeito aos procedimentos linguísticos por intermédio dos quais se estabelecem, entre as partes do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e sequências textuais), diferentes tipos de relações semânticas e/ou pragmático-discursivas, conforme se faz o texto progredir. Esta dependência mútua é garantida, em parte, pela utilização dos diferentes mecanismos de sequenciação existentes na língua e, em parte, pelo que se conceitua de progressão tópica.

No próximo capítulo, iremos tratar da coesão sob a ótica da referenciação, já que os fatores de coesão, elementos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada, ou seja, os referentes textuais, assumem importância crucial na construção do sentido do texto, uma vez que garantem a sua coesão, por meio de um processo de referenciação que se constrói no texto, enquanto estrutura que se organiza por meio de elementos linguísticos que se relacionam entre si.

Percebemos que, por muito tempo, a coesão, enquanto elemento formal de organização textual, foi estudada como um mero mecanismo de conexão entre palavras e partes de um texto. Mais recentemente, estudos linguísticos têm percebido que as conexões estabelecidas no interior do texto não são meras conexões, mas fenômenos referenciais que (re) constroem sentidos a cada vez que são constituídos. Esses fenômenos são resultado de

atividades discursivas, realizadas por sujeitos falantes que têm o texto como um mediador de suas relações.

3 A COESÃO VISTA PELA REFERENCIAÇÃO

Na introdução da obra *Referenciação e discurso*, as organizadoras Koch, Moratto e Bentes (2005) afirmam que entre os temas que têm ocupado lugar nas reflexões sobre a linguagem, a questão da referência é um dos mais frequentes e instigantes, como nos têm demonstrado alguns filósofos da linguagem, linguistas, lógicos, semioticistas, analistas do discurso, psicólogos, sociólogos. Para estas pesquisadoras, frequentemente, a referência tem sido compreendida como um problema de representação do mundo, uma vez que as formas linguísticas escolhidas para tal finalidade devem ser avaliadas em termos de correspondência e não como objetos que compõem o mundo real.

Segundo estas linguistas, essa ideia que permaneceu por muito tempo e que ainda hoje tem seus defensores, vem sendo colocada em questão por outros estudiosos que adotam uma perspectiva sociocognitiva, interacionista, no que diz respeito a uma relação entre linguagem e mundo, ou seja, segundo o que postula Mondada e Dubois (*apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) ao invés de destacar a relação entre palavras e as coisas, desvia-se a atenção para a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores.

Dentro dessa concepção, Koch e Marcuschi (1998) defendem que a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem não consiste em um simples processo de elaboração de informações, mas em um processo de (re)construção do próprio real. Nesse sentido, os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constróem-na no próprio processo de interação, ou seja, a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele.

Mondada (2001 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005) enuncia claramente esta tese quando propõe substituir a noção de *referência* pela de *referenciação* e, em consequência, a noção de *referente* pela de *objeto-de-discurso* (grifos da autora, Mondada). Para Mondada, a questão da referência é um assunto clássico da filosofia da linguagem, da lógica e da linguística. Nesse contexto, ela foi historicamente colocada como uma dificuldade de representação do mundo, de verbalização do referente, em que a forma linguística escolhida é avaliada em termos de verdade ou de correspondência com o mundo. Com relação

à referenciação, ela opera um deslizamento em relação a este primeiro quadro, uma vez que ela não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no interior da qual as versões do mundo são publicamente realizadas, avaliadas e termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos interlocutores.

Conforme Mondada (2001 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005), no interior dessas operações de referenciação, os enunciadores constroem objetos de discurso, entidades que não são elaboradas como expressões referenciais em relação especular objetos de mundo ou com sua representação cognitiva, mas entidades que são interativamente e discursivamente produzidas pelos participantes no ato de sua enunciação. Dessa forma, os objetos de discurso são entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes, ou seja, é no e pelo discurso que são colocados, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos de discurso que não preexistem a ele e que não têm uma estrutura fixa, mas que, ao contrário, surgem e se elaboram progressivamente na dinâmica do discurso. Podemos perceber que o objeto de discurso não remete a uma verbalização de um objeto autônomo e externo às práticas da linguagem; ele não é um referente que teria sido codificado linguisticamente. É essa proposta que norteia o presente estudo, ou seja, tomar a referenciação como um processo discursivo por meio do qual o produtor do texto manifesta intenções e/ou avaliações.

Para Koch (2005 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005), a referenciação constitui, portanto, uma atividade discursiva. O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, realizando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido. Isso quer dizer que as formas de referenciação, bem como os processos de remissão textual que se realizam por meio delas, constituem escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. É por este motivo que se defende que o processamento do discurso, visto que realizado por sujeitos sociais atuantes, é um processamento estratégico.

Assim, segundo Koch (2005 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005), a interpretação de uma expressão referencial anafórica, nominal ou pronominal, consiste não meramente em localizar um segmento linguístico no texto (um antecedente) ou um objeto específico no mundo, mas, sim, algum tipo de informação anteriormente alocada na memória discursiva.

Pelo fato de a referência, em um primeiro momento, estar associada às questões de ordem lógico-semântica, focadas empiricamente na análise do acesso metalinguístico do sujeito à realidade, nos últimos tempos, tem sofrido de forma positiva as consequências da introdução, com relação à análise da linguagem, daqueles itens tidos pela tradição do

estruturalismo como prescindíveis para a compreensão dos fenômenos linguísticos. São vários elementos que formam de maneira bastante complexa um conhecimento de interpretação relacionado às práticas sociais, das quais a linguagem é, sem dúvida nenhuma, a mais intensa, como a intersubjetividade, a interatividade, a reflexividade, a heterogeneidade, a discursividade, a argumentatividade etc. Podemos perceber uma nova visão de língua, que deixou de ser identificada com a capacidade apenas racional de corresponder ou ser equivalente à realidade e passou a ser analisada em meios às práticas humanas e às situações enunciativas.

Mondada e Dubois (1993 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) também destacam que, se o problema da referência nunca deixou de ser um dos assuntos mais tratados pela Linguística, é porque justamente é ela quem refaz, de modo permanente, a questão da significação nos estudos da linguagem.

De acordo com a perspectiva da Linguística Textual, o processo de referenciação é responsável pelo estabelecimento de coesão textual, já que está ancorado tanto na retomada anafórica ou na projeção catafórica, assim como no processo de interação com o texto. Nesse sentido, conforme Koch (2005), a coesão é compreendida como a operação que responde, do ponto de vista do texto, pela organização das unidades linguísticas textuais e pela conservação e/ou progressão textual das informações que o compõem. Isso quer dizer que a coesão estabelece uma relação entre as inúmeras partes do texto, ou seja, estabelece um entrelaçamento bastante significativo entre suas afirmações e sentenças. Nessa direção, a coesão contribui para a construção da textualidade dos enunciados.

Segundo Koch (2005), a coesão é o acontecimento que se refere ao modo como os elementos linguísticos estão presentes na superfície do texto, entrelaçados por intermédio de recursos também linguísticos, formando sequências que veiculam sentido de forma coesa e coerente. Nessa mesma perspectiva, Marchuschi (2005) também conceitua os fatores de coesão como aqueles que dão conta da sequenciação superficial do texto. Dessa forma, assumem papel fundamental os elementos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada, como por exemplo, os referentes textuais, que dão garantia à coesão do texto e expressam a visão de mundo do autor. Koch (2005) também destaca que são elementos referenciais os itens da língua que não podem ser compreendidos semanticamente por si mesmos, mas levam a outros itens do discurso necessários para a sua compreensão.

Na próxima seção, abordaremos a anáfora, um dos fenômenos da referenciação. Destacaremos o encapsulamento anafórico, uma vez que ele funciona simultaneamente como um recurso de coesão e como uma forma de organização do texto.

3.1 ANÁFORA: UM DOS PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO

A partir da década de 1990, além da ênfase dada aos processos de organização global dos textos, assumem importância particular as questões de ordem sociocognitiva que englobam temas como a referenciação.

Dessa forma, a fim de apresentar algumas noções indispensáveis para a realização deste estudo, destacaremos, neste terceiro capítulo, alguns tipos de anáfora, bem como algumas considerações sobre encapsulamento anafórico.

Segundo Dubois e Mondada (1993 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), a questão de saber como a língua refere o mundo tem sido discutida há um tempo em diversos campos conceituais. Diante disso, é importante resgatar a função desempenhada pela anáfora na dinâmica do texto. Para isso, abordaremos algumas questões gerais que envolvem a anáfora, como por exemplo, dois tipos de anafóricos: de forma ligada e de forma de retomada, denominações emprestadas de Berrendonner e Reichler-Béguelin (1989 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003).

Segundo Apothéloz (1995 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), as expressões anafóricas têm, como resultado, propriedades diferentes, e não apresentam as mesmas limitações, conforme sejam ou não controladas sintaticamente por seu antecedente, se houver um. No momento em que existe tal controle, a interpretação do anafórico tem a dedução de uma interpretação de ordem sintática; caso contrário, ela é dependente de elementos tanto do contexto quanto pragmáticos. É importante observar que, conforme estes linguistas, nem todo sintagma nominal é necessariamente utilizado para referir. Assim, existem utilizações não-referenciais dos sintagmas nominais, mesmo no caso dos definidos.

Para Halliday e Hasan (1976 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), a referência só é um tipo de relação anafórica, dentre outras. Mas, certos autores só utilizam o termo anáfora para designar as expressões referenciais. Nesse sentido específico do termo, somente os sintagmas nominais utilizados referencialmente apresentam disposição para o emprego de anafóricos.

Postula Apothéloz (2000 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005), que o processo de referenciação não termina na simples utilização de expressões referenciais, mas vai muito além disso, uma vez que o referente se constrói a partir de um conjunto de ações. Dessa

forma, os coenunciadores ajustam suas práticas conversacionais de um modo que constroem sentidos em cada momento de comunicação.

Devido a uma linha teórica de cognição social interacionalmente situada, Cavalcante (2005 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) diz que é da inter-relação entre língua e práticas que ocorrem na sociedade que surgem os referentes, ou os chamados objetos-de-discurso, por intermédio dos quais nos damos conta da realidade, a qual nos atinge. Nesse sentido, os referentes recebem um novo sentido, pois deixam de ser uma entidade congelada que recebemos e passamos para os outros, e passam a ser uma entidade de referencialidade constitutivamente indeterminada e efêmera. Cabe aqui destacar o seguinte comentário feito por Marcuschi (2004 *apud* CAVALCANTE *et al.*, 2005, p. 125-126):

Tudo indica que o melhor caminho não é analisar como representamos, o que representamos nem como é o mundo ou a língua e sim que processos estão envolvidos na atividade de referenciação em que a língua está envolvida. Não vamos analisar se o mundo está discretizado nem se a língua é um conjunto de etiquetas ou não. Vamos partir da ideia de que o mundo e o nosso discurso são constantemente estabilizados num processo dinâmico levado a efeito por sujeitos sócio-cognitivos e não sujeitos individuais e isolados diante de um mundo pronto.

Para Cavalcante (2005 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), é dessa instabilidade que se produzem os procedimentos de introdução referencial e de anáfora em sentido bastante amplo; também na continuação desses dois procedimentos é que se instauram os acontecimentos de *dêixis*. Assim, tanto as introduções quanto as anáforas podem se constituir dêiticas ou não-dêiticas, dependendo de como acontece o fenômeno da *dêixis*. A linguista entende que, para um procedimento referencial ser considerado dêítico, necessariamente precisa estabelecer relação com o ponto inicial em que se encontra o falante, ou o coenunciador. Dessa forma, se escolhermos como critério primordial a retomada de referentes no discurso, poderemos afirmar que a *dêixis* pode estar ligada ao conceito de anáfora e da introdução referencial, não as deixando de fora, mas inserindo nessa relação uma soma de subjetividades. Nessa direção, Cavalcante (2005 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), integra o grupo daqueles que defendem a ideia de que referência e anáfora não compõem termos que estabelecem um certo intercâmbio, uma vez que, em algumas situações, se apresente um objeto novo no texto sem que algum elemento cotextual sirva de âncora.

Outro fator destacado por Cavalcante (2005 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), relaciona-se ao termo referência que envolve não apenas o acontecimento

da anáfora, como também o da introdução referencial, o que nos permite confirmar que referência e anáfora não se sobrepõem inteiramente. Esta estudiosa comenta que inúmeros estudos têm apresentado que determinadas introduções de referentes apresentam determinado tipo de âncora no cotexto, o que lhes permite uma caracterização anafórica. Todos os estudos sobre o assunto vêm conferindo a esses acontecimentos a nomeação de anáforas, pois, mesmo que não resgatem de forma direta o mesmo objeto-de-discurso, e de forma aparente apresente um novo objeto, levam a uma outra utilização cotextual da qual elas passam a ser não propriamente novas, mas inferíveis na comunicação.

Marcuschi (1998 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005) postula que originalmente o termo anáfora, na retórica clássica, indicava a repetição de um sintagma e/ou expressão no início de uma frase. Atualmente, o conceito de anáfora encontra-se bastante distante da ideia original, uma vez que o termo é utilizado para designar expressões que, no texto, se remetem a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos de textos (retomando-os ou não), favorecendo assim para a continuação tópica e referencial.

A partir dessas ideias, na próxima seção trataremos dos seguintes tipos de anáfora: fiel e infiel, anáfora por nomeação, anáfora por silepse, anáfora nominal e pronominal, anáfora correferencial e não-correferencial, anáforas indiretas, as quais abrigam um subtipo mais associativo e outro mais inferencial, para por fim tratar da anáfora encapsuladora, à qual daremos uma atenção especial.

3.2 TIPOS DE ANÁFORA NO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO

Aphotelóz (1995 *apud* CAVALCANTE *et al.*, 2003) apresenta a noção de anáfora e de antecedente em geral, como a representação do sentido construído no texto, que depende dos pressupostos compartilhados pelos interlocutores da ação comunicativa e com outros fatores contextuais. Por essa razão, esse mesmo autor explora a ideia de desencadeador de antecedente, uma vez que defende a ampliação desta noção. Para tanto, argumenta que, em alguns casos, a interpretação do desencadeador de antecedente e a de antecedente não coincidem necessariamente e, por isso, o sentido que se constrói varia em função dessa interpretação. Este mesmo linguista, ao tratar dos tipos de anáforas, mostra que os seus mecanismos podem levar muito além da simples retomada de informação e contribuir significativamente para os aspectos mais construtivos do discurso.

Conforme Aphotelóz (1995 *apud* CAVALCANTE *et al.*, 2003), há casos em que a expressão anafórica é um sintagma nominal, cujo nome explora, para fins de identificação do referente, não somente uma denominação anterior a ele, mas características que lhe foram dadas no intervalo, por intermédio de uma predicação. Desse modo, argumenta que não se pode delimitar a noção de antecedente simplesmente pela sua relação semântica com a forma retomada, já que existem outros fatores envolvidos nessa questão, como por exemplo, o pragmático-discursivo. Com base nessa concepção, este estudioso distingue a anáfora fiel e infiel. Esta primeira ocorre quando um referente anteriormente introduzido no texto é retomado por intermédio de um sintagma nominal determinado ou por um demonstrativo, cujo núcleo é aquele mesmo do qual foi introduzido, como por exemplo, uma casa/esta casa. Dessa forma, a anáfora fiel é uma das possibilidades de correferência. Por outro lado, fala-se de anáfora infiel toda vez que o nome da forma de retomada é diferente daquele da forma introduzida, como por exemplo, uma casa/a habitação. Trata-se, portanto, da utilização de um sinônimo ou de um hiperônimo.

Segundo Apothéloz (1995 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), há também a anáfora por nomeação quando o SN (sintagma nominal) transforma em referente ou em objeto individualizado o processo denotado por uma afirmação anterior. Nesse sentido, dois fatores podem se destacar: a nomeação pode retomar o conteúdo proposicional desta afirmação; ou o ato de fala feito por intermédio da enunciação deste conteúdo. Devemos, também, destacar que uma nomeação pode ser construída por elementos implícitos, uma vez que pode permitir ao enunciador a manifestação de sua própria subjetividade ou a de outro. Dessa forma, as nomeações demonstram que os mecanismos da anáfora podem ir além de uma simples retomada de informação, e assim contribuem para os elementos que constroem o discurso. Este mesmo linguista também destaca que a retórica clássica postula a anáfora por silepse, a qual toma uma mesma palavra toda vez em dois sentidos distintos. No momento em que esta anáfora se manifesta nas retomadas anafóricas pronominais, este tipo realiza modificações com relação ao gênero e ao número gramatical. Nesse sentido, a definição da anáfora por silepse consiste em afirmar que se trata de uma concordância a partir do sentido construído no texto e não conforme a gramática normativa.

A anáfora associativa, conforme postula Apothéloz (1995 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), geralmente pode ser designada como sintagmas nominais definidos que apresentam simultaneamente duas características:

(a) Uma certa dependência interpretativa relativamente a um referente anterior apresentado ou designado, sendo que, às vezes, este referente é introduzido posteriormente.

(b) Ausência de correferência com a expressão que apresentou ou designou esse referente, seja anteriormente ou posteriormente.

Cabe ainda comentar que as anáforas associativas apresentam seu referente como identificável, sempre que ele não tiver sido ainda objeto de nenhuma ocorrência, e não revelar mais sua ligação com outros referentes ou com outros dados construídos de forma explícita.

Hawkins (1997 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) chama de desencadeador o antecedente da anáfora associativa. Segundo esse mesmo estudioso, o processo da anáfora do tipo associativa exige conhecimentos gerais, os quais são partilhados, apresentados sob a forma de afirmações que acionam amplas referências. Dessa forma, em apenas uma palavra, Kleiber (1990 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) afirma que a anáfora associativa funciona sobre os estereótipos. Assim, não existe nenhum motivo para que a informação da qual ela é dependente, interpretativamente considerando, seja limitada a termos referenciais.

Para Apothéloz (1995 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), em algumas situações, a informação aparece depois do anafórico, por um efeito de catáfora. Para este autor, o referente da anáfora associativa pode apresentar, caso tiver a mesma designação, um grau de clareza tão elevado que nada impede que o termo anafórico que o designa seja simplesmente um pronome.

O que segue nos faria pensar que, do ponto de vista da expressão, nada diferencia a anáfora associativa dos demais tipos de anáfora. Por outro lado, muitos escritores como Hawkins (1977 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) e Kleiber (1990 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), afirmam que os sintagmas demonstrativos não podem ser utilizados em anáfora associativa. Kleiber (1990 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) considera que, pelo fato de apresentar um caráter dêitico, os sintagmas demonstrativos identificam seu referente ancorando-se no contexto de enunciação e não nos conhecimentos gerais ou específicos. Por este motivo, estes sintagmas não poderiam ser utilizados de forma associativa.

Apothéloz (1995 CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), ainda, menciona que as anáforas por nomeação são, em algumas situações, consideradas, elas próprias, como anáforas associativas, o que demonstra claramente a sutileza que envolve este conceito. Esse mesmo linguista postula que para os critérios da semântica gerativa o léxico não é um elemento não-analisável. O autor comenta que os lexemas são os termos da superfície do texto, semanticamente complexos e derivados a partir de um todo subjacente que envolve primitivos semânticos.

Segundo Milner (1982 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), as anáforas nominal e pronominal ocorrem quando há relação entre duas unidades A e B, onde a interpretação de B depende totalmente da existência de A, a ponto de se poder afirmar que a unidade B somente é interpretável na medida em que ela resgata A, inteira ou parcialmente. Esta ligação acontece quando B é um pronome, cuja referência virtual só acontece pela interpretação de um N” que o pronome repete. O mesmo acontece quando B é um N”, cujo elemento definido, ou seja, cujo traço por ser identificado pelo referente, depende unicamente do contexto de sua ocorrência, de um certo N”, geralmente, o mesmo ponto de vista lexical.

Para Marcuschi (1998 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005), Milner apresenta a noção restrita de anáfora com a ideia de que a anáfora engloba continuidade (retomada) pelo menos parcial de referentes. Milner também transforma em condição fundamental a relação entre a anáfora e um antecedente textual quando propõe como fundamento da anáfora a relação entre duas unidades A e B (que o estudioso chamará de anaforizado e anaforizante). Esta ideia é válida, inclusive, para o caso de se tratar de anáforas nominais do tipo sinonímia ou repetição lexical (o autor diferencia anáforas nominais e anáforas pronominais). Entretanto, não apresenta como condição fundamental a retomada correferencial para o procedimento anafórico. Dessa forma, pode sustentar que anáfora e correferência não são noções equivalentes.

Milner (1982 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) inicia seu estudo pela anáfora pronominal, na qual o anaforizante é não-autônomo e sem referência virtual própria. Seu efeito é de fornecer uma referência virtual ao anaforizante, e não de identificar o referente real. O anaforizante, por sua vez, não tem, necessariamente, uma referência real, pois basta ter referência virtual. A referência real do anaforizado pode ser identificada ou não, identificável ou não. O anaforizado pode então ser definido ou indefinido, especificado ou genérico. Dessa forma, o autor conclui que a relação de anáfora tem por condição necessária e suficiente a correferência virtual.

Sobre a anáfora nominal, Milner (1982 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) postula que o anaforizante é autônomo e com referência virtual própria. Seu efeito é identificar o referente real do anaforizante, e não de fornecer referência virtual. Dessa forma, o anaforizante, assim como o anaforizado tem, necessariamente, referência real. Esta referência do anaforizado deve ser não-identificável: o anaforizado deve ser indefinido. A referência real do anaforizado deve ser identificável, ser particular e não pode ser nem genérica nem quantificada. Para concluir, o autor afirma que a correferência (virtual ou real) não é nem necessária, nem suficiente.

Cavalcante (2004) distingue dois tipos de anáfora pela realização ou não da retomada de referentes. Nesse sentido, a anáfora direta retoma, de forma total ou parcial, um referente, de modo que as anáforas indiretas apenas realizam um processo de remissão³¹ ao referente e aceitam quaisquer ocorrências de um referente novo para o cotexto, porém acessível ao co-enunciador, que pode construí-lo novamente por âncoras contextuais.

Esta mesma autora apresenta uma proposta de classificação bastante completa e complexa, uma vez que tem o objetivo de reorganizar os processos referenciais orientada por um critério de remissão/retomada. Para Cavalcante (2004), nessa perspectiva haveria, de um lado, as introduções de referentes no discurso sem nenhuma âncora no cotexto e, de outro lado, as diversas estratégias de continuidade referencial (os casos de anáforas). Para a referida classificação, a estudiosa adota o critério de retomada ou remissão. Em ambos os casos, seja anáfora direta com retomada total ou parcial, seja anáfora indireta, esse processo pode recategorizar ou não o termo referido. Por esse motivo, em algumas ocorrências repete-se a expressão referencial, já em outras, é substituída ou, então, transformada, com acréscimo de um termo. O recurso de recategorização pode ocorrer para evitar repetições ou para atribuir algum valor axiológico.

Koch (2004 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005), dividindo as anáforas em correferenciais e não correferenciais, inclui, entre estas últimas, as anáforas indiretas, as quais abrigariam um subtipo mais associativo e outro mais inferencial³² e as anáforas encapsuladoras³³. A diferenciação entre os subtipos associativo e inferencial estaria, conforme a autora, nos seguintes aspectos: “Na anáfora associativa, é preciso selecionar convenientemente termos pertencentes a um mesmo campo lexical, de modo a permitir, por meronímia, a construção dos referentes” (KOCH, 2004, p. 254 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005). Por outro lado, segundo a linguista, as anáforas indiretas propriamente ditas, não-associativas, ou mais inferenciais, não se estabeleceriam por uma condição léxico-estereotípica, mas sim por “uma relação indireta que se constrói inferencialmente, a partir do cotexto, com base em nosso conhecimento de mundo” (KOCH, 2004, p. 254 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005).

³¹ Conforme a aceção adotada por Cavalcante (2004), não implica retomada, pois só se deve utilizar a noção de retomada para os casos de recuperação total ou parcial de objetos discursivos, ou seja, para as situações correferenciais.

³² Cavalcante (2005 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), utiliza o termo mais associativo e mais inferencial porque, para elas, as fronteiras entre o que é lexicalmente associativo e não-associativo são ainda muito nebulosas e questionáveis, se mantivermos uma concepção de léxico como um módulo pronto e dado *a priori*.

³³ Trataremos deste tipo de anáfora em nossa próxima seção.

Levando em conta os estudos da referenciação e dentro deles os da anáfora, destacamos a encapsuladora. Esse percurso justifica-se na medida em que levantamos a hipótese de que a anáfora encapsuladora, por ser um recurso coesivo-referencial, traz em sua concepção e realização uma possibilidade de ser ela mesma uma escolha lexical, combinada num sintagma. Isso quer dizer que a anáfora encapsuladora pode ser um fenômeno que realiza, no interior de um texto, o sistema linguístico formado por signos que “ganham” valor quando em uso.

3.3 A ANÁFORA ENCAPSULADORA: UM FENÔMENO LINGUÍSTICO

Trataremos nesta seção do fenômeno de referenciação discursiva a anáfora encapsuladora, com o objetivo de mostrar que esse fenômeno linguístico é construído no decorrer de um texto e que evidencia tanto relações sintagmáticas quanto relações associativas, conforme concepções saussureanas.

Cavalcante (2004), ao apresentar seus estudos sobre as anáforas indiretas, subdivide-as em indireta e encapsuladora. Seu trabalho aborda os processos de referenciação de um modo geral, com estudo das expressões anafóricas e dêiticas. No presente trabalho, não trataremos destas últimas, uma vez que limitamos a análise às ocorrências de anáfora encapsuladora.

O encapsulamento anafórico trata, conforme Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), de um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora de uma porção precedente do texto. Segundo a autora, esta porção ou segmento pode ser de extensão e complexidade variada, ou seja, pode ser um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença. Para Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), estas formas anafóricas são muito diferentes dos exemplos-padrão de anáfora considerando-se os seguintes itens:

a) Os referentes dos SN anafóricos não são indivíduos, porém são referentes com um *status* ontológico diferenciado, já que são entidades de uma ordem superior como estados de coisa, eventos, situações, processos. A esses referentes Lyons (1977 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) chamou de entidades de segunda ordem ou fatos, proposições, atos de enunciação, que intitulou de entidades de terceira ordem.

b) O antecedente, se é legítimo falar de um antecedente, não é claramente explicitado no texto, porém deve ser construído novamente, ou até mesmo construído pelo ouvinte/leitor.

Na opinião de Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), o encapsulamento anafórico é um recurso coesivo muito importante, principalmente em textos argumentativos escritos e, que não tem recebido consideração tão suficiente quanto mereceria na discussão dos processos anafóricos. Nesse sentido, a estudiosa divide seu texto em um primeiro momento, em uma visão geral de como o conceito de encapsulamento anafórico tem sido elaborado na linguística contemporânea. Em um segundo momento, existe a discussão do papel do encapsulamento anafórico em relação ao eixo velho-novo. Terceiro, trata da função do encapsulamento anafórico como princípio organizador no discurso.

Gill Francis (1986 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) realizou um estudo a respeito do encapsulamento anafórico utilizando um título enganador de *Anaphoric nouns*. Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) chama o título de enganador na medida em que os nomes não são propriamente anafóricos, porém seriam nomes gerais que possuem um grande potencial anafórico. Nessa direção, Gill Francis iniciou um processo de compilação de uma lista de nomes possíveis, um conjunto que não pode ser delimitado, ao contrário, trata-se de uma lista interminável. Ela enfatiza os nomes ilocucionários e os nomes de opinião, os quais são utilizados para se remeter metadiscursivamente ao discurso enquanto está ocorrendo. Para Francis (1986 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), o resultado comum de sintagmas nominais com tais nomes é que eles são utilizados para resumir, para reformular informação.

D'Addio (1989, 1990 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) afirma que o encapsulamento anafórico, em primeiro lugar, é uma categorização do cotexto precedente. Tal categorização acontece por intermédio de nomes neutros, mas também ocorre na avaliação dos estados de coisa através de nomes avaliativos, os quais Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) chama de axiológicos³⁴.

Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), também afirma que a categorização e a avaliação são acontecimentos cognitivos e emotivos importantes do falante. Dessa forma, o encapsulamento anafórico pode ser entendido como uma anáfora pragmática.

³⁴ Para Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), a categorização e a avaliação são operações cognitivas e emotivas relevantes do falante. Nesse sentido, o encapsulamento anafórico pode ser considerado uma anáfora pragmática.

Após esta breve visão das contribuições mais importantes para a construção do conceito de encapsulamento anafórico, Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) formula quatro questões, as quais apresentaremos a seguir.

A primeira questão é como o encapsulamento pode ser visto em termos de eixo “velho-novo”? A segunda é por que os nomes anafóricos encapsuladores preferem os determinantes demonstrativos ao artigo definido? A terceira é em que sentido os encapsuladores não são apenas recursos coesivos, mas também um princípio de organização no discurso? E a quarta é que tipos de encapsulamento anafórico podem ser distinguidos?

Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) comenta que as quatro questões que formulou não foram colocadas ainda na literatura, considerando o tópico do encapsulamento anafórico e podem compor um guia para próximas pesquisas. Nesse sentido, a autora discute alguns aspectos dessas questões e afirma que o encapsulamento anafórico é dependente do contexto. Entretanto, os SN anafóricos somente veiculam informação velha, assim como o termo encapsulamento anafórico parece sugerir, e de que maneira tem sido mantido até agora. O argumento apresentado por esta estudiosa está relacionado ao que ocorre no encapsulamento anafórico, o qual vai além da apresentação de uma paráfrase que apenas resume um termo precedente do texto. Dessa forma, os encapsulamentos anafóricos podem ser vistos como novos por duas razões. Em um primeiro momento, porque o próprio elemento lexical é frequentemente novo, já que não teve sua ocorrência no texto precedente. Em um segundo instante, e que merece destaque, estamos trabalhando não simplesmente com categorização de informação contextual posta, mas também com hipóstase³⁵. Dessa forma, o que já se encontra no modelo discursivo é objetificado, ou seja, torna-se um referente. Segundo Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), na própria base da informação velha, um novo referente discursivo é construído e, dessa forma, transforma-se em argumento das próximas produções. Nessa direção, o encapsulamento anafórico acontece a partir de um processo bastante interessante de introdução de referentes no texto, os quais vão sendo criados na sua dinâmica.

Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) defende que a natureza estabelecida do referente do encapsulamento anafórico permite o uso de determinantes demonstrativos em vez do uso do artigo definido. Para a autora, embora o

³⁵ Segundo Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), o encapsulamento anafórico permite ao escritor atribuir uma força ilocucionária a algum enunciado. Esta categorização de um enunciado como um ato de fala particular produz uma mudança para o nível metacomunicativo. Nesse sentido, a hipóstase é constituída de um enunciado que é categorizado como uma premissa em uma estratégia argumentativa, tornando-se argumento de predicacões futuras.

artigo definido não seja deixado de fora de sintagmas nominais encapsuladores, existe, entretanto, uma certa preferência pelo uso do determinante demonstrativo. Por seu intrínseco poder dêitico, o demonstrativo apresenta um objeto textual novo ao leitor, ou o coloca em foco. Nesse sentido, o demonstrativo também pode ser utilizado como uma instrução ao leitor para que perceba o antecedente da expressão que apresenta o anaforizante. Dessa forma, no encapsulamento anafórico, a expressão referencial nova, a qual é motivada pelo discurso que a precede, funciona de forma retroativa como um meio de integração de sentidos. Assim, o sintagma nominal que realiza o processo de encapsulamento realiza um nível mais alto na organização semântica do texto. De maneira bastante interessante e frequente, o encapsulamento anafórico ocorre no término de um parágrafo e, assim, funciona como um método de organização na estrutura discursiva³⁶.

Para Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), como ponto de partida de um novo parágrafo, o encapsulamento anafórico é a sumarização imaginável mais curta de um termo discursivo anterior, ou seja, é um tipo de subtítulo que, ao mesmo tempo, interpreta um parágrafo precedente e funciona como ponto inicial para outro. Esta estudiosa destaca também que, quando o núcleo do sintagma nominal anafórico é um nome axiológico, o texto oferece uma avaliação dos acontecimentos e eventos descritos. Nesse sentido, aponta que essas mudanças da apresentação de detalhes para a generalização, por um lado, e da descrição de fatos ou eventos, por outro, são aspectos fundamentais no discurso argumentativo. O encapsulamento anafórico articula de forma bastante tranquila com esses pontos, uma vez que funciona, concomitantemente, como um recurso de coesão e como um método de organização, e pode ser uma excelente forma de manipulação do leitor. Como foi postulado por D'Addio (1988, 1990 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), a escolha do termo encapsulador não é sempre facilmente compreensível para o leitor, e pode chegar a partir de procedimentos complexos de inferência.

Ainda, com relação ao encapsulamento anafórico, Koch (2005 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005) afirma que, em se tratando de remissão textual, é bastante comum o uso de uma forma nominal para recategorizar segmentos precedentes ou subsequentes do cotexto, resumindo-os e encapsulando-os sob um determinado rótulo. Tratam-se, nesses casos, conforme Schwarz (2000 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005)

³⁶ Conforme Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), em sua função de estruturação e organização do texto, os encapsuladores anafóricos chegam muito perto dos conectivos textuais. E, de modo muito interessante, raros nomes gerais funcionando no encapsulamento anafórico também estão envolvidos na formação de conectivos. Portanto, os conectivos são fruto de um processo de gramaticalização. Existe uma transição do léxico para a gramática.

de anáforas complexas, que não nomeiam um referente específico, mas referentes textuais abstratos e frequentemente genéricos e inespecíficos, como por exemplo: estado, fato, fenômeno, circunstância, condição, evento, atividade, hipótese, entre outras.). Estes nomes-núcleo, ao serem utilizados, exigem uma realização lexical no contexto, exigindo assim do leitor/ouvinte a capacidade de compreensão não somente da expressão, como também da informação cotextual. Dessa forma, essas expressões nominais, que são, em grande parte, apresentadas por um demonstrativo, realizam duas tarefas textuais de grande importância, uma vez que não só rotulam uma parte do cotexto que as precede, mas, ao realizá-lo, produzem um novo referente textual que passará a compor um tema específico para os enunciados seguintes. Como maneiras de remissão a algo inserido no texto ou sugerido no cotexto, as expressões nominais possibilitam sua ativação na memória do interlocutor, ou seja, a alocação na memória operacional deste.

Por outro lado, Koch (2005 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005) afirma que, uma vez que realizam uma refocalização da informação cotextual, as expressões nominais têm, ao mesmo tempo, função predicativa. Isso quer dizer que se tratam de formas híbridas, que desempenham as funções referenciadoras e predicativas, ou seja, formas veiculadoras tanto de informação dada ou inferível quanto de informação nova. Schwarz (2000 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005) denomina a essa dupla função de tematização remática.

Para Koch (2005 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005), podem-se diferenciar dois tipos dessas formas anafóricas: as que simplesmente rotulam um segmento do texto, transformando-o em objeto-de-discurso e abrindo, assim, a possibilidade de progressão textual; as que realizam operações de nominalização, por meio de nomes deverbais ou não. Consistem em rotulações resultantes de encapsulamento operados sobre predicções antecedentes ou subseqüentes, ou seja, sobre processos e seus actantes, os quais passam a ser representados como objetos-acontecimento na memória discursiva dos interlocutores. Para a autora, do ponto de vista da dinâmica discursiva, apresenta-se um processo que foi (ou será) predicativamente significado, que acaba de ser (ou vai ser) posto no texto ou no cotexto.

Cavalcante e Mesquita (2011), abordam este mesmo tema afirmando que, dentro dos pressupostos da referenciação, uma anáfora encapsuladora manifesta-se sempre por uma expressão nominal ou pronominal que cumpre as seguintes funções:

a) Resumitiva, porque parafraseia, numa expressão, uma porção do cotexto, acrescida de muitas outras informações contextuais.

b) Coesiva, porque marca a articulação de ideias que vêm sendo desenvolvidas no texto e porque organiza tópicos textual-discursivos, auxiliando para a continuidade e para a progressão temática.

c) Metadiscursiva, porque a seleção da expressão encapsuladora revela a postura reflexiva do locutor ao voltar-se para o seu próprio dizer; e

d) Argumentativa, porque contribui efetivamente para a persuasão elaborada pelo enunciador.

Nesse sentido, Cavalcante e Mesquita (2011) comentam que, como organizador textual, o encapsulamento anafórico funciona como um princípio de integração semântica, já que, no mesmo instante em que interpreta uma porção textual precedente, funciona como uma alavanca para a sequência textual posterior, podendo atuar como um princípio argumentativo que não somente organiza o texto, mas também realiza operações avaliativas que direcionam o leitor em função de uma determinada orientação argumentativa construída pelo locutor. Isso acontece, particularmente, quando o núcleo do sintagma nominal anafórico for um nome avaliativo, ou seja, axiológico, linha teórica adotada para a realização deste estudo.

Segundo Cavalcante (2006 *apud* CAVALCANTE E MESQUITA, 2011), todas as anáforas encapsuladoras, até mesmo as pronominais, contribuem, de alguma maneira, para o desenvolvimento argumentativo de um texto, sobretudo porque auxiliam a organizar os argumentos na construção de uma produção textual.

A partir dessas considerações sobre referenciação e encapsulamento anafórico, no próximo capítulo, explicitaremos os procedimentos metodológicos e a análise adotados para viabilizar o objetivo proposto na realização deste estudo: mostrar que o encapsulamento anafórico é um recurso coesivo que mobiliza tanto combinações quanto escolhas para a construção do sentido do texto.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE

Em diferentes situações de pesquisa, a teoria abordada fornece a definição dos procedimentos a serem adotados para a realização de análises. Entretanto, a análise que pretendemos realizar não apresenta um dispositivo *a priori*. Assim, neste quarto capítulo explicitamos os procedimentos metodológicos adotados para a análise do *corpus*, a fim de viabilizar o objetivo proposto na realização deste estudo.

Dessa forma, selecionamos três crônicas de autores diferentes, extraídas de jornais e elencamos os seguintes procedimentos a serem adotados:

a) Apresentação do texto em análise, observando as características do gênero crônica: como ponto de partida, apresentaremos o texto selecionado e, juntamente, algumas considerações sobre o gênero em questão. Destacamos este trabalho de análise, uma vez que não faremos um capítulo específico sobre gêneros textuais e discursivos e nem sobre o gênero específico crônica, pois julgamos ser um assunto de domínio coletivo e também por não ser objetivo relevante, para este trabalho, realizar um estudo mais detalhado sobre o gênero crônica. No decorrer de nossas análises, traremos contribuições sobre o gênero que compõe o *corpus* de nosso trabalho.

b) Comentário sobre o que o texto diz: neste segundo momento da análise, faremos alguns comentários sobre o texto, levando em consideração as partes que o compõem e o seu todo, ou seja, aqui teremos a preocupação de abordar de que trata o texto.

c) Identificação da anáfora encapsuladora e do termo e/ou ideia retomada pela anáfora: nesta etapa, identificaremos a expressão que constitui a anáfora encapsuladora e o termo e/ou ideia que é retomada pela anáfora encapsuladora. Para tanto, utilizaremos um quadro explicativo que traz o referente e a expressão nominal anafórica correspondente.

d) Trabalho sistêmico com o léxico que compõe a anáfora em duas dimensões - da escolha e da combinação: nesta quarta etapa, vamos analisar o termo e/ou ideia que compõe a anáfora, ou seja, o termo escolhido pelo(a) autor(a) do texto que, pelo eixo da escolha, poderia ter sido outro, e qual é a relação desse termo e/ou ideia com outros do texto, a fim de construirmos sentido. Neste momento da análise, pretendemos observar o termo (nominal) axiológico formado por expressão nominal e o termo pronominal, refletindo sobre a construção do sentido do texto, provocado pela escolha desses termos que se combinam com outros, estabelecendo certas relações sintático-semânticas no texto.

e) Relação do item c e d: com este último item, queremos mostrar que o termo e/ou a ideia escolhida pelo produtor do texto funciona com uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente dele e por esse motivo constrói a anáfora encapsuladora, fenômeno linguístico que estabelece relações sintagmáticas e associativas.

Sabemos que muito mais poderá ser dito dos textos a seguir. Mas, nosso objetivo aqui é mostrar que a anáfora encapsuladora reúne algumas propriedades que só lhe são constituídas pelo movimento que faz(em) no texto. A escolha lexical no inventário da língua, a combinação desse léxico escolhido com outros que o definem nas relações sintagmáticas construídas, o valor semântico daí construído são aspectos que devem ser observados quando se pensa em construção do sentido de um texto.

4.1 ANÁLISE 1

Partindo de uma abordagem linguística, com base na teoria da referenciação, mais propriamente no que diz respeito ao encapsulamento anafórico e na construção do sentido do texto a partir das relações sintagmáticas e relações associativas apresentadas no *Curso de Linguística Geral*, escolhemos analisar, nesse primeiro momento, a crônica³⁷ *Passeio completo* da escritora Martha Medeiros, publicada no Jornal Zero Hora em 21 de setembro de 2008.

Segundo Amaral (2008), a palavra “ crônica”, em sua origem, está associada à palavra grega “*khrónos*”, que significa tempo. De *khrónos* veio *chronikós*, que quer dizer “relacionado ao tempo”. No latim existia a palavra “*chronica*”, para designar o gênero que fazia o registro dos acontecimentos históricos, verídicos, numa sequência cronológica, sem um aprofundamento ou interpretação dos fatos. Como se comprova pela origem de seu nome, a crônica é um gênero textual que existe desde a Idade Antiga e vem se transformando ao longo do tempo. Justificando o nome do gênero que escreviam, os primeiros cronistas

³⁷ O texto “Os gêneros do discurso”, publicado na coletânea *Estética da criação verbal* (2003) traz importantes contribuições para as noções de texto, diálogo e produção de sentido. Nesse sentido, Bakhtin (2003), ao produzir a noção de texto, direciona para suas regularidades relativas que configuram os gêneros discursivos, práticas sociais dinâmicas que garantem as trocas verbais entre os indivíduos a partir de diferentes situações de atividade. Dessa forma, os estudos dos gêneros discursivos ganharam destaque desde Platão e Aristóteles, mas nessa época estudavam-se apenas as formações literárias.

relatavam, principalmente, aqueles acontecimentos históricos relacionados às pessoas mais importantes, como por exemplo, reis, imperadores, generais etc.

Segundo Sá (1987), no Brasil, a crônica surgiu com Pero Vaz de Caminha, na medida em que ele retratou ao rei, de modo subjetivo, como era a terra recém descoberta, os índios, seus costumes, naquele momento de confronto entre a cultura européia e a cultura primitiva, apresentando uma visão mais semelhante a de um cronista do que de um historiador. A partir de Caminha, o registro do elemento circunstancial passa a ser o princípio básico da crônica.

Amaral (2008) destaca ainda que a crônica contemporânea é um gênero que se estruturou por volta do século XIX, com a implantação da imprensa em diferentes lugares. A partir dessa época, os cronistas, além de fazerem o relato em ordem cronológica dos grandes acontecimentos históricos, também passaram a registrar a vida social, a política, os costumes e o cotidiano do seu tempo, publicando seus escritos em revistas, jornais e folhetins. Ou seja, de um modo geral, importantes escritores começam a usar as crônicas para registrar, de modo ora mais literário, ora mais jornalístico, os acontecimentos cotidianos de sua época, publicando esses textos em veículos de grande circulação.

Na crônica que selecionamos para esta primeira análise, merecem atenção os referentes que, pela operação de encapsulamento anafórico, são retomados, conforme destacamos no texto e no Quadro 2.

Passeio completo	
1	Outro dia o programa Saia Justa mostrou uma reportagem sobre <i>as bonitas e</i>
2	<i>doces mulheres da Guatemala</i> , seus hábitos e costumes. A matéria era focada em
3	moda: elas mostravam o seu jeito de vestir, suas tranças e suas estampas. Assim que o
4	sol desponta, essas mulheres se preparam para o dia com muitas saias e blusas
5	coloridas, que denunciam um astral de celebração que dura de segunda a segunda. A
6	repórter então perguntou: “E o que vocês vestem em dia de festa”? A resposta: “ <i>A</i>
7	<i>mesma coisa</i> ”! No máximo, estréiam uma roupa nova, mas não diferente das que
8	costumam usar em suas tarefas cotidianas.
9	<i>Isso</i> me fez lembrar de uma teoria que eu defendo e que não sei se serve apenas
10	para mim ou se as companheiras concordam: em dia de festa, nunca ficamos tão
11	bonitas quando no dia-a-dia.

12	Quando eu chego numa festa, geralmente penso: que trabalhão deu para cada uma
13	de nós se enfeiar. A maquiagem é demais. A base no rosto envelhece. O brilho é
14	vulgar. O salto nos deixa capengas. Há excesso de adereços. Todas olhando pro celular
15	para ver que horas são (mulher quase nunca usa relógio de pulso em festa), contando os
16	minutos para voltar pra casa, passar um demaquilante no rosto, colocar uma pantufinha
17	nos pés e cair na cama para, no dia seguinte, aí sim, vestir um jeans, uma camisa
18	branca, amarrar uma echarpe em volta do pescoço, passar um blush e voltar a ser uma
19	mulher sensacional.
20	<i>Rituais, essa praga.</i> Me convidem para uma balada mais chique e entro
21	automaticamente no meu inferno astral. Missão: montar um personagem e deixar de ser
22	eu mesma. Pronta para a guerra, me olho no espelho e pergunto: quem é essa vestindo
23	uma peça de roupa que nem foi totalmente paga e que daria tudo para estar com a
24	mesma camiseta que vestia à tarde?
25	Não que eu seja uma vítima da moda. Em dia de festa, tomo banho e coloco uma
26	roupa nova, <i>ao estilo guatemalteco</i> , mas é preciso seguir as regras da sociedade, que é
27	carrasca: não posso ir de qualquer jeito num casamento, usar um vestidinho de algodão
28	num jantar cerimonioso, vestir bermuda na hora de percorrer um tapete vermelho.
29	Tapete vermelho: de onde tirei isso? Baixou Hollywood na crônica. Estique um
30	tapete vermelho em frente a <i>qualquer mulher</i> e ela arriscará um penteado que a
31	envelhecerá 10 anos, passará um batom escarlata que a deixará igual a uma dona de
32	inferninho, usará uma bolsa minúscula em que não caberá nem a chave de casa e se
33	atreverá a usar uma cor inusual que afugentará qualquer candidato a marido – mas ela
34	já tem o seu garantido, lógico. E o coitado ainda será obrigado a dizer “você está
35	linda”, torcendo para que <i>aquela estranha</i> seja mesmo a mulher dele.
36	O mesmo tipo de roupa para o dia, o mesmo tipo de roupa para a noite e o mesmo
37	para festas – <i>isso</i> sim é personalidade e estilo. Um dia quero ser moderna como as
38	<i>camponesas da Guatemala</i> .
	MEDEIROS, Martha. <i>Jornal Zero Hora</i> , 21 de setembro de 2008.

A partir da leitura da crônica selecionada, podemos perceber que a autora do texto apresenta um primeiro tópico em seu texto: um programa de TV chamado Saia Justa, o qual mostrou uma reportagem sobre as bonitas mulheres da Guatemala, seus hábitos e seus costumes. Essa reportagem era focada em moda: o jeito de vestir dessas mulheres, seus

hábitos desde que o sol desponta. A repórter então questiona essas mulheres sobre o que elas usam em dia de festa. As mulheres respondem: a mesma coisa.

Esse tópico remete a outros tópicos e a defesa do ponto de vista da autora do texto, que devemos usar a mesma coisa em nosso dia a dia, à noite e em dia de festa, já que é nessa última situação que temos um trabalhão para nos enfeiar. Nesse sentido, para todas as exigências impostas pela sociedade, a cronista escolhe a expressão: *Rituais, essa praga*, demonstrando uma avaliação, já que se trata de um ponto crucial no discurso argumentativo da escritora sobre os momentos de festa, os quais ela compara com a guerra.

A partir dessa apresentação sobre o texto, nos interessa acionar nosso terceiro procedimento de análise. Para tanto, apresentaremos o Quadro 2 com o objetivo de identificar o termo e/ou ideia retomada pela expressão nominal anafórica utilizada no texto em análise, a fim de estabelecer relação e progressão com os nossos próximos critérios metodológicos.

Referente	Expressão Nominal Anafórica
(1º) [A mesma coisa! No máximo, estréiam uma roupa nova, mas não diferente das que costumam usar em suas tarefas cotidianas.]	<i>isso</i> (9)
(2º) [Quando eu chego numa festa, geralmente penso: que trabalhão deu para cada uma de nós se enfeiar. A maquiagem é demais. A base no rosto envelhece. O brilho é vulgar. O salto nos deixa capengas. Há excesso de adereços.]	<i>Rituais, essa praga</i> (20)
(3º) [... as bonitas e doces mulheres da Guatemala, seus hábitos e seus costumes.]	<i>ao estilo guatemalteco</i> (26)
(4º) [... qualquer mulher]	<i>aquela estranha</i> (35)
(5º) [O mesmo tipo de roupa para o dia, o mesmo tipo de roupa para a noite e o mesmo para festas.]	<i>isso</i> (37)
(6º) [... doces mulheres da Guatemala ...]	<i>camponesas da Guatemala</i> (38)

Quadro 2: Identificação do referente e expressão nominal anafórica (crônica 1)

As expressões nominais destacadas no quadro acima enquadram-se no que Cavalcante (2005 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), apresenta como

anáfora encapsuladora, uma vez que resumem, necessariamente, conteúdos do cotexto, pois reativam não exatamente um referente em foco, porque não há uma âncora específica sendo correferencialmente retomada, mas o encapsulamento das proposições enumeradas.

De acordo com Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), o sintagma nominal anafórico é construído com um nome geral como núcleo lexical e tem uma clara preferência pelos demonstrativos, assim como aconteceu na primeira e terceira ocorrências pontuadas acima. A expressão anafórica *isso* retoma o que foi dito no parágrafo anterior pela autora do texto, ou seja, possibilita a seguinte predicação: a pergunta feita pela jornalista às mulheres da Guatemala sobre o que elas vestem em dia de festa e a resposta dada por elas, que no máximo, estreiam uma roupa nova, mas não diferente das que costumam usar em suas tarefas cotidianas. Já, na terceira ocorrência, o termo anafórico retoma a avaliação dos fatos descritos realizada pela cronista para a utilização do mesmo tipo de roupa para o dia, o mesmo tipo de roupa para a noite e o mesmo para festas.

Tomando ainda como apoio os estudos realizados por Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), pelo encapsulamento anafórico, um novo referente discursivo é criado sob a base de uma informação velha, tornando-se o argumento de predicações posteriores, assim como no segundo caso identificado no texto. Nesse sentido, Koch (2005 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005), postula que, uma vez que realizam esse processo de refocalização da informação cotextual, essas anáforas têm, simultaneamente, função predicativa. O que quer dizer que trata-se de expressões nominais anafóricas que realizam tanto funções referenciadoras quanto predicativas, ou seja, são formas veiculadoras de informações que já foram dadas ou inferíveis.

Analisando mais atentamente o termo *rituais*, podemos perceber que se trata de uma escolha axiológica que denuncia a intencionalidade de quem produz o texto, uma vez que o sentido que construímos com esse termo é um em particular, pois, caso utilizássemos outro, teríamos uma outra intenção, um outro sentido construído, uma outra avaliação dos fatos ou eventos. Essa escolha axiológica trata-se de uma anáfora encapsuladora, pois retoma o que está dito em todo parágrafo anterior e porque mostra uma clara estratégia argumentativa: o trabalho que temos para nos enfeiar quando vamos a uma festa, pois a maquiagem é demais, a base nos envelhece, o brilho é vulgar, o salto nos deixa capengas, há excesso de adereços, entre outras exigências. Dessa forma, o encapsulamento anafórico opera de uma forma bastante tranquila com esses pontos, pois funciona simultaneamente como um recurso coesivo e como um princípio organizador, já que se trata de um poderoso meio de intencionalidade por quem produz o texto, como acabamos de observar.

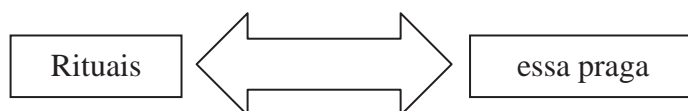
É importante ainda destacar o que Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003) postula sobre a predominância da ocorrência de determinantes demonstrativos na forma de realização da anáfora encapsuladora, o que é possível verificar em *essa praga*. Nesse sentido, a linguista afirma que existe uma preferência pelo determinante demonstrativo por conter um caráter dêitico próprio, o qual apresenta um objeto textual novo ao leitor, ou o coloca em foco. Além dessa característica, o demonstrativo também deve ser avaliado como uma orientação ao leitor, para que descubra o que vem antes da expressão anafórica. Assim, verificamos que o uso da expressão *essa praga* faz com o que o leitor descubra o antecedente *rituais*, termo o qual retoma todo o conteúdo do parágrafo anterior como analisado anteriormente. Dessa forma, a escolha *essa praga* retoma *rituais* sintática e semânticamente porque é nessa retomada e é nessa escolha de *praga* que se constrói o sentido do texto. Portanto, a expressão nominal *rituais, essa praga* é um caso de realização da anáfora encapsuladora, que acontece tendo um determinante demonstrativo acompanhando o nome núcleo, pois o determinante coloca em foco o novo objeto de discurso, acionando, assim, a participação do leitor para retornar à ideia anterior e construir sentido com o texto.

Outras expressões nominais utilizadas pela escritora do texto, também se constituem de anáforas encapsuladoras, como nas ocorrências destacadas no quadro acima: *ao estilo guatemalteco, aquela estranha, camponesas da Guatemala*. Isso porque, tomando como apoio os estudos realizados por Cavalcante e Mesquita (2011), podemos observar o funcionamento desses encapsulamentos anafóricos enquanto organizadores do texto, agindo como um princípio de integração semântica, já que, ao mesmo tempo em que interpreta uma parte textual anterior, funciona como um suporte para a sequência posterior do texto. Assim, estas anáforas encapsuladoras atuam como um princípio argumentativo que não somente organizam o texto, mas também realizam operações avaliativas que podem direcionar o leitor em função de uma determinada orientação argumentativa construída pelo locutor, o que demonstra uma escolha axiológica.

Entretanto, pretendemos ir além em nossa análise. Trazemos aqui novamente o questionamento que se encontra no capítulo V do CLG (2006): num estado de língua, tudo se baseia em relações, então como elas funcionam? Segundo o CLG (2006) de um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em razão de seu encadeamento, relações fundadas no caráter linear da língua, que exclui a chance de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Esses elementos se alinham um após o outro na cadeia da fala e da escrita. Tais combinações que se apoiam na extensão do texto podem ser chamadas de sintagmas. Dessa forma,

colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos. Parece-nos que o processo de referência, mais propriamente com relação aos encapsulamentos anafóricos destacados anteriormente, encontra-se nas relações sintagmáticas apresentadas no CLG, uma vez que se tratam de combinações que ocorrem na horizontalidade do texto, ou seja, na combinação de signos selecionados por um sujeito falante que são responsáveis pelo estabelecimento de coesão do texto. Assim, a coesão estabelece as relações entre as partes do texto, já que estabelece um entrelaçamento importantíssimo entre as escolhas lexicais de uma produção, pois contribui para a construção da textualidade dos enunciados, através das relações (em presença ou ausência) que estabelece entre os signos dispostos no texto que se constituem em anáforas encapsuladoras.

Uma outra afirmação apresentada no CLG (2006), que nos interessa é a seguinte: colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos, como por exemplo:



Dessa forma, o termo *rituais* só adquire valor e/ou sentido porque depende de sua oposição com o termo *essa praga* e vice-versa. Da mesma forma, acontece com os termos ao estilo guatemalteco; aquela estranha; camponesas da Guatemala. Podemos observar que os termos que foram colocados em uma relação sintagmática são justamente aqueles que compõem as anáforas encapsuladoras, as quais tratam de um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora de uma porção precedente do texto, assim como comenta Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003).

Por outro lado, conforme o *Curso* (2006), fora do discurso, as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e, assim, se formam grupos dentro dos quais se destacam relações muito diversas. Para o CLG (2006), os grupos formados por associação mental não se limitam a aproximar os termos que apresentem algo em comum, pois a associação realizada capta também a natureza das relações que os unem em cada caso e cria, com isso, séries associativas indefinidas. Isso quer dizer que a escolha realizada pela escritora *Rituais*, *essa praga* poderia ser substituída por outras expressões, como, por exemplo: *Tarefas*, *esse incômodo*; *Regras*, *esse tormento*...

O que queremos mostrar é que a anáfora encapsuladora, construída num processo de referência engendrado no decorrer da formulação do texto, é um fenômeno linguístico que

evidencia relações: sintagmáticas por retomar algo já dito no decorrer do texto, e associativas, pois evidencia uma escolha do produtor do texto, que – por essa escolha – impõe um valor ao que apresenta, uma vez que a anáfora encapsuladora é formada por uma entidade lexical, que traz um valor axiológico mais marcado quando formada por expressão nominal. Assim, esta anáfora constrói um sentido para o texto estruturado por meio de escolhas e combinações que resultam no texto que se lê.

4.2 ANÁLISE 2

Para uma segunda análise, escolhemos a crônica *Tiririca e Sarney* do escritor Luis Fernando Verissimo, publicada no Jornal Extra Classe em março de 2011.

Conforme Amaral (2008), os autores que produzem crônicas como gênero literário, recriam os fatos que relatam e escrevem de um ponto de vista pessoal, buscando atingir a sensibilidade de seus leitores. Dessa forma, as crônicas que apresentam essa característica chegam a ser confundidas, por seus leitores, com contos. Embora apresente característica literárias, o gênero também apresenta características jornalísticas: por relatar o cotidiano de modo conciso e de serem publicadas em jornais, as crônicas têm existência breve, isto é, interessam aos leitores que podem partilhar esses fatos com os autores por terem vivido experiências semelhantes.

Na visão de Sá (1987), a crônica, assim como o jornal, nasce, cresce, envelhece e morre em vinte e quatro horas. Esse tom jornalístico confere-lhe uma certa fugacidade e um traço popular contrário ao caráter eterno e elitista do gênero literário. Quem sabe, por essas características, a crítica literária, em geral, a considere um gênero menor.

Amaral (2008), afirma que as características atuais do gênero, porém, não estão relacionadas somente ao desenvolvimento da imprensa. Estão também intimamente relacionadas às transformações sociais e à valorização da história social, isto é, da história que considera importantes os movimentos de todas as classes sociais e não só os das grandes figuras políticas ou militares. No registro da história social, assim como na escrita das crônicas, um dos objetivos é mostrar a grandiosidade e a singularidade dos pequenos acontecimentos do cotidiano.

Para Amaral (2008), ao escrever as crônicas contemporâneas, os cronistas organizam sua narrativa em primeira ou terceira pessoa, quase sempre como quem conta um caso, em

tom intimista. Ao narrar, inserem em seu texto trechos de diálogos, recheados com expressões cotidianas. Escrevendo como quem conversa com seus leitores, como se estivessem muito próximos, os autores os envolvem com reflexões sobre a vida social, política, econômica, por vezes de forma humorística, outras de modo mais sério, outras com um jeito poético e mágico que indica o pertencimento do gênero à literatura.

Na segunda crônica que selecionamos, merecem atenção os referentes que, pela operação de encapsulamento anafórico, são retomados, conforme destacamos no texto e no Quadro 3.

Tiririca e Sarney	
1	Richard Nixon certa vez defendeu a nomeação de um juiz reconhecidamente
2	inadequado para a Corte Suprema americana com o argumento de que a mediocridade
3	também precisava estar representada no tribunal. Todos os tipos de cidadãos devem ser
4	representados numa democracia.
5	Nesse sentido, o recém empossado Congresso brasileiro talvez seja o mais
6	representativo da nossa história. Além dos medíocres, muitos outros brasileiros têm
7	voz, ou pelo menos presença de terças a quintas, no Congresso. Alguns setores são até
8	super-representados, como o dos grandes proprietários rurais e dos milionários. Apesar
9	<i>destes</i> pertencerem à menor minoria no país, têm uma bancada bem maior que a da
10	maioria pobre. Mas, em geral, todos os eleitores brasileiros, todos os tipos e todas as
11	características nacionais, têm representação em Brasília. Não lamente o novo
12	Congresso, portanto. <i>Eles são nós.</i>
13	Tomemos o Tiririca e o Sarney. <i>Os dois</i> seriam exemplos, respectivamente, de
14	desvirtuamento do processo eleitoral e de aviltamento dos costumes políticos, <i>uma</i>
15	<i>vergonha. Ou duas vergonhas.</i> Tiririca, um inocente transformado em legislador por
16	uma galhofa, Sarney eternizando-se no comando do Senado pelo seu poder de manobra
17	e de conchavo, <i>um cordeiro</i> e <i>uma raposa</i> representando os extremos da nossa
18	desilusão com a <i>fauna parlamentar.</i>
19	Mas Tiririca não representa apenas os palhaços do Brasil. A galhofa que o elegeu é
20	uma manifestação política, ou antipolítica, que tem história no país e/ou representa os
21	que não sabem nada de nada em não querem saber, ou os que sabem tanto, que votam
22	em palhaços e rinocerontes para protestar. De qualquer forma, os simples e os enojados
23	

24	também têm sua bancada.
25	E existe algo mais brasileiro, folclórico e até enternecedor do que Sarney e seu amor
26	pela mesa diretora? Falar mal do Sarney é um pouco como falar mal de um velho tio
27	excêntrico, mas cujas peripécias divertem a família. Tudo se perdoa e tudo se aceita
28	com a frase “Que figura...”. <i>O indestrutível Sarney</i> representa a persistência do gosto
29	nacional por “figuras”.
30	Mas há um caso flagrante de subrepresentação no Congresso, além dos sem-terra e
31	dos pobres. Quando o senador Paim olha em volta do Senado, não vê nenhum outro
32	negro como ele, a não ser um eventual garçom servindo o cafezinho. <i>Nada é perfeito.</i>
VERISSIMO, Luis Fernando. <i>Jornal Extra Classe</i> . Março de 2011.	

Na crônica selecionada, o escritor Luis Fernando Verissimo inicia o seu texto argumentando que a mediocridade também precisava estar representada no tribunal, uma vez que todos os tipos de cidadãos devem ser representados numa democracia.

Este primeiro tópico apresentado pelo escritor serve para acionar um segundo tópico: o fato do recém empossado Congresso brasileiro, talvez, ser o mais representativo da nossa história, pois além dos medíocres, outros brasileiros marcam a sua presença de terças a quintas, no Congresso. Há bancadas menores e maiores, mas todos os eleitores brasileiros com diferentes características nacionais, têm representação em Brasília; portanto, não podemos lamentar, o novo Congresso somos nós.

A partir dessas ideias, o cronista apresenta os exemplos de duas figuras políticas: Tiririca e Sarney que, em sua opinião, representam duas vergonhas políticas. Tiririca, um cordeiro, um inocente transformado em legislador. Sarney, uma raposa, eterno no comando do Senado. Ambos, representam os extremos da nossa desilusão com relação à política brasileira, representam a fauna parlamentar, expressão utilizada por Luis Fernando Verissimo. Será que a eleição de Tiririca representa uma manifestação política daqueles que não sabem nada, ou por saberem tanto, votam em palhaços como forma de protesto? De qualquer maneira, segundo o escritor do texto, independente do posicionamento, todos têm sua bancada. Sarney, por sua vez, é excêntrico, indestrutível e representa a persistência do gosto nacional por “figuras”.

Entretanto, para o cronista, existe um caso bastante claro de subrepresentação no Congresso que é o fato de o senador Paim ser o único representante negro no Congresso Nacional. Assim, conforme o escritor, nada é perfeito.

Logo após esta breve apresentação sobre o texto, interessa-nos acionar nosso terceiro procedimento de análise. Para tanto, apresentaremos o Quadro 3 com o objetivo de identificar o termo e/ou ideia retomada pela expressão nominal anafórica utilizada no texto em análise, a fim de estabelecer relação e progressão com os nossos próximos critérios metodológicos.

Referente	Expressão Nominal Anafórica
(1º) [Alguns setores são até super-representados, como o dos grandes proprietários rurais e dos milionários.]	<i>destes</i> (linha 9)
(2º) [Não lamente o novo Congresso, portanto.]	<i>Eles são nós</i> (linha 12).
(3º) [Tomemos o Tiririca e o Sarney.]	<i>Os dois</i> (linha 13)
(4º) [Os dois seriam exemplos, respectivamente, de desvirtuamentodo processo eleitoral e de aviltamento dos costumes políticos...]	<i>Uma vergonha</i> (linhas 14-15)
(5º) [Tomemos o Tiririca e o Sarney. Os dois seriam exemplos, respectivamente, de desvirtuamentodo processo eleitoral e de aviltamento dos costumes políticos, uma vergonha.]	<i>Ou duas vergonhas</i> (linha 15)
(6º) [Tiririca, um inocente transformado em legislador por uma galhofa, Sarney eternizando-se no comando do Senado pelo seu poder de manobra e de conchavo, ...]	<i>um cordeiro e uma raposa</i> (linha 17)
(7º) [... um cordeiro e uma raposa representando os extremos da nossa desilusão...]	<i>fauna parlamentar</i> (linha 18)
(8º) [Falar mal do Sarney é um pouco como falar mal de um velho tio excêntrico, mas cujas peripécias divertem a família. Tudo se perdoa e tudo se aceita com a frase “Que figura...”].	<i>O indestrutível Sarney</i> (linha 27)
(9º) [Quando o senador Paim olha em volta do Senado, não vê nenhum outro negro como ele, a não ser um eventual garçom servindo o cafezinho.]	<i>Nada é perfeito</i> (linha 31)

Quadro 3: Identificação do referente e expressão nominal anafórica (crônica 2)

Como vimos anteriormente, de acordo com Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), o sintagma nominal anafórico é construído com um nome geral como núcleo lexical e tem uma clara preferência pelos demonstrativos, assim como acontece na primeira ocorrência, com o uso do pronome *destes*. Esse termo anafórico pode ser considerado neutro, já que é o que os estudos afirmam sobre o uso dos demonstrativos. Entretanto, quando pensamos no sentido que o demonstrativo *destes* constrói no texto, verificamos que retoma a ideia apresentada pelo cronista que alguns setores do Congresso são super-representados, como o caso dos grandes proprietários rurais e dos milionários, assim como estabelece relação com a ideia posterior apresentada, auxiliando na organização discursiva do texto: apesar de pertencerem à menor minoria no país, têm uma bancada bem maior que a da maioria pobre.

A expressão anafórica *eles são nós* está ancorada no segmento anterior, ou seja, a todas as representações em Brasília e, inclusive a todos nós, brasileiros, que elegemos esse Congresso. A construção de sentido para essa expressão não ocorre somente por intermédio dessa referência. Ela tem auxílio de outro elemento do trecho antecedente: todos os eleitores brasileiros, todos os tipos e todas as características nacionais, têm representação em Brasília. Desse modo, pela relação de sentido estabelecida entre esse trecho e a própria expressão anafórica, trata-se de uma nominalização em que o núcleo da expressão nominal mostra uma avaliação por parte do locutor, indicando como essa extensão do discurso precisa ser compreendida. Nesse sentido, Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), afirma que nem sempre o antecedente anafórico é claramente delimitado no texto, porém, mesmo assim, pode ser identificado pelo leitor.

A terceira anáfora *os dois* faz referência, de modo resumido, às figuras políticas de Tiririca e Sarney. Neste caso, o termo anafórico encapsulador apresenta um valor bem mais neutro, uma vez que traz um funcionamento linguístico de sumarização de integração semântica. Mas, mesmo de forma neutra, precisamos observar que põe em foco as próximas predicções do texto: exemplos de desvirtuamento do processo eleitoral e de aviltamento dos costumes políticos. Estas predicções são retomadas pelas expressões nominais *uma vergonha* ou *duas vergonhas* e, ao mesmo tempo, retomam as figuras políticas de Tiririca e Sarney. Nesses casos, as duas expressões anafóricas encapsuladoras desempenham o recurso de sumarização de integração semântica, no entanto qualificam os referentes Tiririca e Sarney de “vergonhas”. Temos aqui a anáfora encapsuladora desenvolvendo uma função que a escolha e a combinação lexicais possibilitam: num universo de escolhas, o produtor do texto seleciona

unidades da língua que possam, em relação com outras, demonstrar sua impressão a respeito de quem pretende descrever, estabelecendo relações (sintático-semânticas) avaliativas. Essas relações colocam em foco as figuras políticas de Tiririca e Sarney para auxiliar na organização informacional do texto, pois, como objetos do discurso, essas anáforas passam a ser foco das próximas predicções sumarizando o que se quer dizer deles.

A anáfora *um cordeiro* retoma diretamente Tiririca e *uma raposa* retoma diretamente Sarney. Já a expressão anafórica *fauna parlamentar* conota uma ponderação do cronista que atribui valor axiológico à expressão. Nesse sentido, a escolha de *fauna* como núcleo do sintagma nominal é determinada pelas expressões *um cordeiro* e *uma raposa*. Segundo Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), essa anáfora só é possível como objeto de discurso que se constrói fazendo referência a elementos anteriormente apresentados, em razão da construção de um determinado sentido alcançado a partir da verificação e funcionamento das ideias apresentadas no texto e formalizados por intermédio de atributos que lhe foram conferidos por uma predicção. Um outro aspecto a ser abordado aqui é o aspecto avaliativo, ou seja, o valor dos signos *cordeiro* e *raposa*. Podemos observar que essas anáforas encapsuladoras são resumitivas porque garantem um sentido provocado pelo valor dos signos *cordeiro* e *raposa*, combinados num sintagma. A seleção lexical *cordeiro* e *raposa*, bem como a combinação destes termos com outros do texto, evidenciam o quanto a dicotomia sincronia e diacronia é necessária para pensarmos as relações de escolhas e combinações na organização de um texto e, por esse motivo, estas escolhas lexicais ocorrem por parte de um produtor de texto leitor, que demonstra conhecimento de mundo, que estabelece relações, que tem esses sintagmas disponíveis em um determinado tempo e que sabe como contextualizá-los. Podemos dizer que, aqui, há um deslocamento dos termos “cordeiro”, “raposa” e “fauna” que evidenciam sincrônica e diacronicamente o movimento textual construído pelo produtor-leitor do texto, quando mobiliza conhecimentos de mundo anteriores e, por isso, provoca uma ideia de que tipo de políticos são citados. A carga semântica dessas escolhas revela um implícito que explicita a impressão que o texto quer trazer – de forma irônica – dos referentes Tiririca e Sarney – cordeiro e raposa.

No penúltimo parágrafo do texto, *o indestrutível Sarney* constitui uma anáfora encapsuladora, formada por meio de um adjetivo determinante que permite ao leitor retomar várias informações sobre Sarney: o amor dele pela mesa diretora do Congresso; o fato de poder ser comparado a um velho tio excêntrico; representar a persistência do gosto nacional por “figuras”, o que confirma a ideia de “raposa”, político perspicaz, que articula no cenário

político nacional há anos e se mantém no poder como uma “velha raposa” que sabe como administrar seus adversários.

No caso da anáfora encapsuladora *Nada é perfeito*, rotula o último parágrafo do texto, o caso flagrante de subrepresentação no Congresso do senador Paim por ser o único representante negro. Essa anáfora formada por uma expressão avaliativa, contribui para a organização do texto e para colocar em foco a possibilidade de o recém empossado Congresso brasileiro ser o mais representativo da nossa história. Portanto, este sintagma tem valor argumentativo, pois trata-se de uma escolha axiológica que demonstra o posicionamento do cronista em relação ao assunto tratado, possibilitando e/ou convocando o leitor construir sentido com o texto.

Com esta segunda análise, podemos verificar novamente que a anáfora encapsuladora é construída a partir de relações sintagmáticas quanto associativas. Sintagmáticas pelo fato de organizarem-se no eixo horizontal do texto, ou seja, de retomar algo que já foi dito no decorrer do texto, como por exemplo com o uso do sintagma *destes* que retoma a ideia do início do segundo parágrafo: o fato de alguns setores são até super-representados, como o dos grandes proprietários rurais e dos milionários. Associativas porque evidencia uma escolha de quem escreve o texto. Essa escolha que se dá numa perspectiva vertical, pois num universo de unidades da língua o produtor do texto escolhe esta e não outra unidade. Isso revela um valor axiológico da escolha, como por exemplo com a utilização das expressões nominais: *um cordeiro, uma raposa*, que possibilitam a construção de sentidos desejados na leitura do texto.

Como podemos perceber, esse processo de avançar e retornar as ideias dadas e novas do texto permite o processo de referenciação e progressão textual. Nesse sentido, em todos os casos analisados a anáfora encapsuladora manteve sua característica básica: sintetizar um segmento do texto. Isso nos permite reconhecer diferentes funções deste recurso linguístico: a organização de informações e estrutura do próprio texto, no momento em que sintetiza informações de um trecho anterior e, ao mesmo tempo, dá início a um novo parágrafo; a constituição de novos objetos de discurso e, principalmente, a orientação argumentativa construída por meio de expressões nominais axiológicas. Destacamos que essas expressões nominais são escolhidas num universo de unidades da língua de modo proposital e combinadas, sintagmaticamente, de modo que provoquem relações tais que evidenciem um sentido possível no texto. Essas relações, ainda, possibilitam que essas unidades da língua construam valores próprios e singulares daquela relação e não de outra. Até porque em outra situação textual, os valores linguísticos serão construídos pelas relações sígnicas construídas com o propósito daquele texto.

4.3 ANÁLISE 3

Para uma terceira análise, escolhemos a crônica *Um século injustiçado* do escritor David Coimbra, publicada no Jornal Zero Hora em março de 2012.

Conforme Amaral (2008), uma forte característica do gênero crônica é ter uma linguagem que mescla aspectos da escrita com outros da oralidade. Este gênero, mesmo quando apresenta aspectos de gênero literário, por conta do uso de linguagem coloquial e da proximidade com os fatos cotidianos, é visto como literatura “menor”. Isto acontece até mesmo com o registro de obras de grandes autores como Machado de Assis, por exemplo, pois com relação aos seus romances os críticos os consideram verdadeiras obras de arte, já suas crônicas são encaradas como produções de segundo plano. Essa classificação como gênero menor não diminui sua importância. Por serem breves, de fácil acesso, envolventes, elas possibilitam leituras prazerosas a muitos leitores que nem sempre têm acesso aos romances.

Segundo Amaral (2008), hoje, os cronistas nem sempre são romancistas que produzem crônicas para garantir sua sobrevivência. Há aqueles que vêm do meio jornalístico ou de outras mídias, como rádio e TV. Por isso, a publicação do gênero também ocorre em meios diversificados, pois há cronistas que leem suas crônicas em programas de TV ou rádio e outros publicam em sites na internet.

Pelo fato de os autores serem originários de diferentes campos de atividade e de publicarem seus textos em várias mídias, as crônicas atuais apresentam marcas dessas atividades. Por esse motivo, há, atualmente, diferentes estilos de crônicas, associados ao perfil de quem as escreve. Segundo Amaral (2008), todos os estilos, porém, acabam por encaixar-se em três grandes grupos de crônicas: as poéticas, as humorísticas e as que se aproximam dos ensaios. Estas últimas têm tom mais sério e analisam fatos políticos, sociais ou econômicos de grande importância cultural.

Na crônica que selecionamos para esta última análise, merecem atenção os referentes que, pela operação de encapsulamento anafórico, são retomados, conforme destacamos no texto e no Quadro 4.

Um século injustiçado

1 Faça uma experiência antropológica. Perca um pouco do seu tempo e “navegue”
2 pela internet. Assista ao que é mais assistido e leia o que é mais comentado nas
3 chamadas “redes sociais”. Você ingressará em um *minuto sombrio*, uma espécie de pré-
4 humanidade, onde não interessa o conteúdo, onde não existe reflexão, o que importa é a
5 sensação. O que vinga é a velocidade e a superficialidade. O que faz sucesso faz sucesso
6 apenas porque faz sucesso.

7 Pergunta: por que milhões de pessoas acessaram o tal vídeo da “Luísa está no
8 Canadá”?

9 Resposta: porque milhões de pessoas acessaram o tal vídeo da “Luísa está no
10 Canadá”.

11 As pessoas se ofendem por causa de times de futebol, descobrem conspirações
12 políticas embaixo de cada acento circunflexo e tecem interpretações de texto que
13 independem do que está escrito. É como se o homem tivesse sido rebaixado de nível.
14 Você se perguntará o que está acontecendo com as pessoas, jogará suas mãos para o céu
15 e bradará:

16 — Senhor! Em que valhacouto de semianalfabetos se transformou o século 21?

17 *Mas você estará errado.* Estará cometendo uma injustiça com o século 21. O século
18 21 não trouxe mudança alguma. Por um motivo rasteiro:

19 Porque as pessoas sempre foram assim.

20 Eis uma das obras mais admiráveis da internet: a exposição do lado obscuro do
22 homem comum. Com a internet, as pessoas estão desprotegidas de suas próprias
23 opiniões. Elas tornam público o que pensam sem nenhum filtro, muito menos o da
24 própria reflexão. Antes do advento da internet, não eram muitos os indivíduos vitimados
25 por suas opiniões. Expunham-se alguns jornalistas, alguns artistas e algumas
26 “autoridades”. Só esses propalavam bobagens em público. O mundo parecia mais
27 sensato. Não pela qualidade; pela quantidade.

28 Mas a tecnologia das comunicações foi se sofisticando. No fim do século 20, com a
29 facilidade da interatividade, leitores não apenas liam, escreviam; ouvintes não se
30 contentavam em ouvir, queriam falar; telespectadores não se limitavam a assistir, faziam
31 tudo para aparecer. E, por fim, a internet surgiu e, numa ânsia de se expressar, todos
32 passaram a falar, a escrever, a dançar, a cantar, a declamar, a discursar, a representar e a

33	propagar suas ideias. Todos têm ideias, <i>uma tragédia</i> . Assim, o mundo do século 21
34	parece ter se transformado num lugar infestado de idiotas. Ilusão. A diferença é que
35	antes as pessoas estavam protegidas pelo silêncio.
36	<i>E esse é o grande ensinamento</i> a se tirar disso tudo: o silêncio é uma bênção. O
37	silêncio protege. Portanto, não repita bordões da internet, não tente ser sábio em 140
38	toques, não publique intimidades no Facebook. Fique quieto. Você parecerá mais
39	inteligente.
	COIMBRA, David. <i>Jornal Zero Hora</i> , 3 de fevereiro de 2012.

Na crônica selecionada, o escritor David Coimbra inicia o seu texto convidando o leitor a fazer uma experiência antropológica, ou seja, perder um pouco de seu tempo para navegar pela internet, assistir ao que é mais acessado e ler o que é mais comentado nas chamadas “redes sociais”. Logo após, o escritor avisa o leitor que este ingressará em um minuto sombrio, uma espécie de pré-humanidade, onde não interessa o conteúdo, onde não existe reflexão, o que importa é a sensação. O que vinga é a velocidade e a superficialidade. Dessa forma, o que faz sucesso faz sucesso apenas porque faz sucesso.

Em um segundo momento, o escritor questiona o leitor sobre o porquê de milhões de pessoas acessaram o tal vídeo da “Luísa está no Canadá”. Em seguida, ele responde com o mesmo questionamento: por que milhões de pessoas acessaram o tal vídeo da “Luísa está no Canadá”.

No parágrafo posterior, David Coimbra apresenta um tópico sobre a atual sociedade, onde as pessoas fazem suas próprias interpretações, as quais independem do que está escrito, e se ofendem por qualquer motivo. Diante dessa leitura, a impressão que temos é que o ser humano foi rebaixado de nível, o que nos leva a caracterizar o século 21 como um amontoado de semianalfabetos. Em seguida, o escritor apresenta o seu ponto de vista sobre essa problemática: estaremos errados se pensarmos assim, estaremos sendo injustos com o século 21, pois este século não trouxe nenhuma mudança, uma vez que as pessoas sempre foram assim.

Em um próximo momento, o cronista apresenta o tópico sobre uma das obras mais admiráveis da internet: a exposição do lado obscuro do homem comum. Dessa forma, as pessoas estão desprotegidas de suas próprias opiniões, já que elas tornam público o que pensam sem nenhum critério de seleção, muito menos o da própria reflexão. Antes da invenção da internet, eram poucos os indivíduos vitimados por suas opiniões, pois

expunham-se alguns jornalistas, alguns artistas e algumas “autoridades”. Assim, somente estes falavam bobagens em público, o que deixava o mundo mais sensato. Não pela qualidade; pela quantidade.

Entretanto, segundo o escritor, a tecnologia das comunicações foi se aprimorando e no final do século 20 muita coisa mudou: as pessoas não se limitavam mais a se comunicarem de uma única forma, mas passaram a estabelecer comunicação de diferentes formas. Finalmente, a internet surgiu e, a ansiedade de expressão aumentou consideravelmente, todos encontraram uma maneira de propagar suas ideias, o que compõe uma tragédia do ponto de vista do cronista. Assim, o mundo do século 21 parece ter se transformado num lugar cheio de idiotas, o que é uma grande ilusão, pois a diferença é que antes as pessoas estavam protegidas pelo silêncio.

No último parágrafo, o escritor conclui que a grande lição a se tirar disso tudo é que o silêncio é uma bênção, ele protege. Portanto, não devemos repetir chavões da internet, não devemos tentar ser sábio em 140 toques, nem publicar intimidades no Facebook. Devemos ficar quietos e, assim, pareceremos mais inteligente.

Depois desta breve apresentação sobre o texto, nos interessa acionar nosso terceiro procedimento de análise. Para tanto, apresentaremos o Quadro 4 com o objetivo de identificar o termo e/ou ideia retomada pela expressão nominal anafórica utilizada no texto em análise, a fim de estabelecer relação e progressão com os nossos próximos critérios metodológicos.

Referente	Expressão Nominal Anafórica
(1º) [Faça uma experiência antropológica. Perca um pouco do seu tempo e “navegue” pela internet. Assista ao que é mais assistido e leia o que é mais comentado nas chamadas “redes sociais”.]	<i>minuto sombrio</i> (3)
(2º) [As pessoas se ofendem por causa de times de futebol, descobrem conspirações políticas embaixo de cada acento circunflexo e tecem interpretações de texto que independem do que está escrito. É como se o homem tivesse sido rebaixado de nível.]	<i>valhacouto de semianalfabetos</i> (16)
(3º) [__ Senhor! Em que valhacouto de	<i>Mas você estará errado</i> (17)

semianalfabetos se transformou o século 21?]	
(4º) [Mas a tecnologia das comunicações foi se sofisticando. No fim do século 20, com a facilidade da interatividade, leitores não apenas liam, escreviam; ouvintes não se contentavam em ouvir, queriam falar; telespectadores não se limitavam a assistir, faziam tudo para aparecer. E, por fim, a internet surgiu e, numa ânsia de se expressar, todos passaram a falar, a escrever, a dançar, a cantar, a declamar, a discursar, a representar e a propagar suas ideias.]	<i>uma tragédia</i> (33)
(5º) [...o silêncio é uma bênção. O silêncio protege. Portanto, não repita bordões da internet, não tente ser sábio em 140 toques, não publique intimidades no Facebook. Fique quieto. Você parecerá mais inteligente.]	<i>E esse é o grande ensinamento</i> (36)

Quadro 4: Identificação do referente e expressão nominal anafórica (crônica 3)

A primeira anáfora recupera a ideia anterior: fazer a experiência antropológica de navegar pela internet. É possível observar que, nesse caso, a escolha lexical se deve ao fato de o escritor posicionar-se diante dos conteúdos disponíveis na internet. Como já destacado por Conte (1996 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), dessa forma um novo objeto de discurso é criado a partir da informação velha e torna-se o referente de predicções posteriores. Assim, *minuto sombrio* além de resumir a informação dada anteriormente, atribuindo-lhe uma característica axiológica, ainda serve como objeto de discurso sobre o qual recai a próxima informação veiculada, processo que só pode acontecer inserido na dinâmica textual.

Com relação à segunda ocorrência, constatamos que a anáfora conota uma ponderação do escritor que atribui valor axiológico à expressão. A escolha de *semianalfabetos* como núcleo do sintagma nominal é determinada pelas expressões *As pessoas se ofendem, descobrem conspirações, tecem interpretações, rebaixado de nível*. Conforme Apothéloz (1995 *apud* CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003), essa anáfora só é possível nesse texto,

como objeto de discurso que se constrói fazendo referência a elementos anteriormente citados, em razão da construção de um significado específico alcançado a partir da verificação e funcionamento das ideias no texto e formalizados por meio de atributos que lhe foram dados por uma predicação.

A terceira anáfora introduz também um novo tópico discursivo, uma das funções que frequentemente a anáfora encapsuladora assume; funciona como um subtítulo que, ao mesmo tempo, interpreta um trecho precedente e funciona como ponto de partida para um novo. Acontece aqui uma mudança de tópico, mas que preserva a continuidade apresentando uma informação nova dentro de um esquema dado, já que, nesse momento, o escritor apresenta sua opinião sobre o século 21 e, no mesmo instante, faz o leitor acionar um conhecimento de mundo sobre uma época que já passou e que se caracterizava da mesma forma. A diferença é as pessoas permaneciam em silêncio e não expunham tanto suas intimidades como hoje. Ainda segundo explica Koch (2005 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005), as anáforas encapsuladoras funcionam como um eixo dorsal do texto, traçado a partir de objetos de discurso que possibilitam orientar o leitor para determinadas leituras do texto.

A anáfora *uma tragédia* faz referência, de modo resumido, ao fato de os avanços tecnológicos permitirem às pessoas propagarem com tanta facilidade suas ideias. Nesse caso, a expressão anafórica encapsuladora apresenta valor neutro, funcionando apenas como recurso de sumarização de integração semântica. Entretanto, mesmo de forma neutra, coloca em foco a tragédia em que se transformou o século 21 devido à propagação ilimitada de ideias, bem como auxilia na organização da estrutura discursiva do texto, pois como objetos de discurso, essas anáforas passam a ser foco das próximas predicções.

Com a última anáfora, conseguimos acionar o que afirma Koch (2005 *apud* KOCH; MORATO; BENTES, 2005), já que este termo realiza uma refocalização da informação cotextual, pois as expressões nominais têm, ao mesmo tempo, função predicativa. Isso quer dizer que se tratam de formas híbridas, que desempenham as funções referenciadoras e predicativas, ou seja, formas veiculadoras tanto de informação dada ou inferível quanto de informação nova. A anáfora *E esse é o grande ensinamento* trata-se de uma forma veiculadora de uma informação nova: o silêncio é uma bênção. O silêncio protege. Portanto, não repita bordões da internet, não tente ser sábio em 140 toques, não publique intimidades no Facebook. Fique quieto. Você parecerá mais inteligente.

Nas observações que realizamos, caracterizamos a anáfora encapsuladora como um recurso linguístico de referência, bem como uma estratégia argumentativa responsável pela construção do sentido do texto, a partir da orientação avaliativa expressa pelo sintagma

nominal. Nessa combinação, destaca-se a capacidade avaliativa das expressões nominais, pois os nomes núcleo, embora não signifiquem por si só, estabelecem relações com os demais elementos linguísticos e, por esse motivo, encontram-se nas relações sintagmáticas apresentadas no CLG, uma vez que são responsáveis pela coesão do texto.

Portanto, escolhas lexicais, combinações entre signos, relações sintáticas, valores construídos, anáfora encapsuladora são elementos fundamentais e necessários, uns em relação aos outros para a construção da coesão de um texto e, por sua vez, de seu sentido.

Combinações, associações, relações, valores construídos, retomadas, resumos, sentidos são elementos que coadunam para a construção de um texto, considerando: a) a organização da sua informação; b) a construção de cadeias sintático-semânticas que viabilizam as relações (em presença e em ausência) entre signos que “ganham” valor na dependência e necessidade e arbitrariedade que a língua, mesmo em uso, lhes impõe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomo-nos, neste trabalho, estabelecer um diálogo entre as relações sintagmáticas e associativas apresentadas no *Curso* e uma perspectiva teórica mais recente da Linguística Textual: o encapsulamento anafórico. Inicialmente, algumas questões inquietavam-nos, entre as quais: como funcionam as relações que são estabelecidas em um estado de língua? Será que a dicotomia língua e fala não é necessária para pensarmos as relações de escolhas e combinações na organização de um texto? É possível estabelecer ligação entre as relações sintagmáticas e associativas apresentadas no *Curso* e a anáfora encapsuladora, um dos processos de referenciação da Linguística Textual? Nossa hipótese era a de que esta relação seria possível, uma vez que a anáfora encapsuladora é um fenômeno linguístico que pode ser entendido como uma rede, em que cada parte está relacionada com as demais que compõem este todo que é o texto que lemos, e por esse motivo evidencia essas relações apresentadas pelo *Curso*.

A fim de realizar nosso propósito, dividimos o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, fizemos um recorte de alguns conceitos que foram mesclados com considerações presentes no CLG e com considerações feitas por leitores de Saussure. Detivemo-nos a apresentar os seguintes conceitos: língua e fala, significante e significado, sincronia e diacronia, relações sintagmáticas e associativas.

No segundo capítulo, contextualizamos as origens e precursores da Linguística Textual, seus principais conceitos: texto, textualidade e a coesão enquanto contribuição para a construção da textualidade dos enunciados.

Apresentadas as considerações de Koch referentes à Linguística Textual, no terceiro capítulo, abordamos as questões de ordem sociocognitiva, que englobam temas como a referenciação, tipos de anáfora e o encapsulamento anafórico enquanto recurso coesivo.

No quarto e último capítulo, deparamo-nos com uma limitação: foi-nos necessário definir os procedimentos metodológicos para a realização de nossa primeira análise, pois o diálogo que pretendíamos estabelecer não apresentava um dispositivo *a priori*. Após a seleção das três crônicas veiculadas em diferentes jornais de nosso Estado, procedemos à análise de elementos apresentados pelo *Curso*, pela Linguística Textual e mais propriamente dos aspectos relacionados à referenciação, o encapsulamento anafórico.

Ao proceder às análises, procuramos destacar o funcionamento da anáfora encapsuladora como um fenômeno linguístico que estabelece relações sintagmáticas e associativas e por isso expressa a argumentatividade do texto e determina a construção de sentidos. Dessa forma, buscamos relacionar a teoria e a prática, e acreditamos ter encontrado respostas a muitos dos questionamentos que motivaram a realização desta pesquisa. Esse mecanismo da anáfora organiza a informação contida no texto e, sobretudo, faz com que a progressão lexical e temática aconteçam no decorrer do texto, evidenciando relações sintagmáticas e associativas. Cabe, ainda destacar, que o uso da expressão nominal que constitui a anáfora torna-se muito mais avaliativa do que qualquer outra, o que evidencia uma postura axiológica por parte de quem produz o texto.

Nesse contexto, entendemos que o encapsulamento anafórico é um recurso linguístico que permite tornar mais significativo o estudo do texto, uma vez que o entendimento de seu funcionamento deixou de ser apenas o reconhecimento da substituição lexical por outra, passando a ser a própria construção de sentidos a partir de inúmeros objetos de discurso que provocam efeitos de sentido. Destacamos, ainda, que esse mecanismo da anáfora organiza a informação contida no texto, além de fazer com que a progressão lexical e temática aconteçam no decorrer deste processo, o que comprova o fato de se tratar de um fenômeno linguístico que evidencia tanto relações sintagmáticas quanto associativas.

Por essa razão, consideramos de fundamental importância que se desenvolvam pesquisas que abordam conceitos e concepções que contribuam para a construção do sentido e orientação argumentativa do texto, que instiguem a reflexão sobre o ensino da língua portuguesa em sala de aula. Dessa forma, este trabalho nos mostra a importância de pensarmos a língua em uso, ou seja, para ensinar língua portuguesa e ver como os sentidos se constroem em textos e textos reais, só é possível vê-la – a língua – em uso, ou seja, em textos.

Nesse sentido, acreditamos que a Linguística Textual pode dar ao professor de português os subsídios indispensáveis para a realização do trabalho com texto, pois a ela cabe o estudo dos recursos linguísticos e condições que presidem à construção da textualidade e, em decorrência, à produção textual dos sentidos. Isto significa, uma revitalização do estudo da gramática, no sentido de evidenciar de que maneira o trabalho de seleção e combinação dos elementos linguísticos vão funcionar como instruções ou sinalizações a orientar a busca pela construção do sentido do texto.

REFERÊNCIAS

AMARAL, H. *O gênero textual crônica*. Disponível em: http://escrevendo.cenpec.org.br/ecf/index.php?option=com_content&view=article&id=942&catid=18:artigos&Itemid=148. Acesso em: 05 dez. 2008.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*; tradução de Carlos A.L.Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 1997.

CÂMARA, Jr., Joaquim Mattoso. *História da linguística*; tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1975.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães e MESQUITA, Livia de Lima. Argumentação e polifonia em anáforas encapsuladoras. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 55-63, 2011.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Processos de referenciação – uma revisão classificatória. In: ENANPOLL, XIX. Maceió, julho de 2004. **Anais**.

CHAROLLES, Michel. Introdução aos problemas da coerência dos textos. *O Texto: leitura e escrita*; tradução Paulo Otoni. São Paulo: Pontes, 1997.

CHOMSKY, Noam. Novos Horizontes no Estudo da Linguagem. *Delta*, São Paulo, v. 13, 1997.

DASCAL, Marcelo. *Fundamentos metodológicos da linguística Pragmática*. v. IV, 1986.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore. *Linguística textual: introdução*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FLORES, Valdir do Nascimento. O linguista e a linguística no CLG. *Nonada Letras em Revista*, Porto Alegre, n.12, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. Saussure, Benveniste e a Teoria do Valor e do Homem na Língua. *Letras & Letras*, Uberlândia, v.25, n.1, p.73-84, jan./jun.2009.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça e L. A. Marcuschi. Processos de referenciação na produção discursiva. *Delta*, número especial, 1998, v.14, pp. 169-90.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O desenvolvimento da Linguística Textual no Brasil. *Delta*, São Paulo, v.15, 1999.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A coesão textual*. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATTO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fonte, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *A Construção do Mobiliário do Mundo e da Mente: Linguagem, Cultura e Categorização*. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M. e BENTES, A.C. (Orgs.) *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

MILANI, Sebastião Elias. Historiografia de Saussure: O Curso de Linguística Geral. *Letras & Letras*, Uberlândia, v.25, n.1, p.55-71, jan./jun.2009.

NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. Organizadores: Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan; tradução de Cristina de Campos Velho Birck et al. São Paulo: Contexto, 2009.

NORMAND, Claudine. *Saussure*; tradução Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. *A língua como objeto da Linguística*. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à linguística (I): objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 75-93.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

SÁ, J. *A crônica*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

SAUSSURE, Ferdinand de, 1857-1913. *Curso de linguística geral*; organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio da edição brasileira Isaac Nicolau Salum; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVEIRA, Eliane. *As marcas do movimento de Saussure na fundação da linguística*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

SILVEIRA, Eliane. Revisitando uma das chamadas 'Exclusões Saussureanas': A história. *Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, XXXIII, p. 1226-1231, 2004.

VAN DIJK, Teun A. *La ciencia del texto*. 5. ed. Barcelona: Paidós, 1997.